

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS  
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO AMBIENTAL

**Políticas Públicas para o Desenvolvimento e para a Conservação  
no Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR-163**

Adrilane Batista de Oliveira

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup>Magda Eva Soares de Faria Wehrmann

Dissertação de Mestrado

Brasília, DF. Agosto /2011

OLIVEIRA, Adrilane  
**Políticas Públicas para o Desenvolvimento e para  
Conservação no Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR - 163/**  
Adrilane Batista de Oliveira  
Brasília, 2011.  
p.: 168

Dissertação de Mestrado. Centro de  
Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

1. Políticas Públicas. 2. Desenvolvimento. 3. Conservação.  
4. Desmatamento. I. Universidade de Brasília. CDS.  
II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

---

Adrilane Batista de Oliveira

# **Políticas Públicas para o Desenvolvimento e para a Conservação no Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR-163.**

Adrilane Batista de Oliveira

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção de Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Políticas Públicas e Gestão Ambiental, opção acadêmica.

Aprovado por:

---

Madga Eva Soares de Faria Wehrmann, Doutora (CDS-UnB)  
(Orientadora)

---

Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti, Doutora (CDS-UnB)  
(Examinador Interno)

---

Josiane Socorro Aguiar de Souza, Doutora (UnB - Gama)  
(Examinadora Externa)

Brasília – DF, 12 de Agosto de 2011.

Ao meu pai pelo amor e apoio incondicional a todos os meus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que uma jornada nunca é feita só, mas em conjunto com várias pessoas que encontramos pelo caminho. Assim, neste trabalho, agradeço em especial:

A querida professora **Magda Wehrmann** que durante todo o período da orientação me auxiliou, encorajou e acreditou em mim, quando até eu mesma duvidava se conseguiria chegar ao fim. Sempre solicita, tenho certeza absoluta que sem ela essa dissertação não seria possível.

Professor **Paulo Ricardo** co orientador, que acompanha há algum tempo e sem o qual não teria feito nem a inscrição do mestrado.

Queridos **Josiane, Janaína e Rudifantástica** equipe do Laboratório de Energia Ambiental (LEA), que foi vital para a realização deste trabalho. Estiveram presentes me acompanhando e auxiliando sempre que possível desde a escolha do tema, ao campo de estudo, as dúvidas existenciais e até mesmo nas pausas para uma cervejinha. Equipe de trabalho extraordinária, profissionais e seres humanos exemplares, que para mim servem como modelos a serem seguidos. Os conselhos por eles me dados certamente vão além da dissertação, e me acompanharão por toda a minha vida acadêmica e profissional. Um muito obrigada a cada um dos três.

Ao **Projeto Estal: Levantamento do Potencial de Geração de Eletricidade a partir de Fontes Alternativas Renováveis para Sistemas Isolados no Distrito Florestal Sustentável - DFS da BR-163**, que possibilitou o financiamento do campo desta dissertação.

A minha melhor amiga **Camylla Portela**. Companheira de todas, todas as horas mesmo. Presente nos momentos bons, ruins, de alegria e desespero. Sempre me acompanhando de perto com muito mais do que palavras, mas com uma amizade verdadeira.

Ao meu maior, melhor e mais bonito amigo **Fábio Fernandes**, que me ensinou que onde menos se espera é possível encontrar grandes tesouros. Um exemplo é a conquista da amizade de um dentista numa lotação Gama – Oeste.

A **Venicius Mendes**, companheiro de aulas, de ônibus, de noites e finais de semana na biblioteca e de perrengues. Amigo querido cuja única coisa que tenho a fazer é agradecer por toda a força dada por ele. Sem palavras para descrever o quanto ele foi essencial nesse processo.

A xurupitas queridas que sempre estiveram presentes quando eu mais precisei: **Gabriela Guimarães e Cássia Coutinho** .

A turma do “bem” do CDS, **Valéria Gentil, Alberto Cabral, Silvinha, Fernando, Carol, Neuza** e toda a galera da turma de Mestrado de 2009.

A **Cláudia**, pelos cafés, pães de queijo, aspirinas e broncas sempre que necessário durante essa jornada.

Aos meus irmãos **Junior, Daniel e Rafael**. Por me darem força sempre para seguir em frente.

E por fim e não menos importante a todos que direta ou indiretamente colaboraram para conclusão dessa dissertação.

“Fazer o país crescer cinquenta anos em cinco”  
(Juscelino Kubitscheck)

“Dar homens a uma terra sem homens e dar terra homens sem terra”  
(Emílio Garrastazu Médici)

“O Homem é parte da natureza e a sua guerra contra a natureza é inevitavelmente uma guerra contra si mesmo... Temos pela frente um desafio como nunca a humanidade teve, de provar nossa maturidade e nosso domínio, não da natureza, mas de nós mesmos”.  
(Rachel Carson)

“Devemos ir além da história ruidosa do evento, se não para chegar à história quase imperceptível da longa duração, pelo menos para captar os traços mais discretos de uma conjuntura histórica.”  
(Fernand Braudel)

“A utopia está lá no Horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”  
(Eduardo Galeano)

“Nunca antes na história desse país...”  
(Luís Inácio Lula da Silva)

“O Produto Interno Bruto mede tudo, exceto aquilo que faz a vida valer a pena.”  
(Robert Kennedy)

## RESUMO

As políticas públicas para desenvolvimento na Amazônia Brasileira desenvolvidas nas décadas de 1960 e 1970 estão diretamente relacionadas com um projeto nacional de desenvolvimento, que tinha forte apoio do governo militar e que tinha como base a construção de rodovias, a ocupação ordenada de “vazios demográficos”, a produção agropecuária e a intervenção estatal. A rodovia federal Cuiabá – Santarém (BR – 163) foi uma das obras compreendidas como essenciais no que tange às políticas para Amazônia compreendidas dentro desse grande projeto nacional de desenvolvimento. O projeto de construção da BR – 163 foi iniciado na década de 1970 e logo depois foi abandonado. No final de década de 1990 com o avanço do setor agropecuário nas regiões Centro – Oeste e Norte do país houve um forte apelo para a retomada do projeto. Com vistas a atender as crescentes demandas pelo asfaltamento da referida rodovia, o governo anunciou a retomada do projeto no ano 2000. Diante da iminência de asfaltamento da referida rodovia houve uma manifestação, principalmente da sociedade civil organizada, a fim de exigir medidas de mitigação de impactos socioambientais. A fim de amenizar possíveis impactos desagregadores no que tange a questões ambientais, sociais e até mesmo econômicas, o Governo Federal em uma ação interministerial optou pela criação de um Distrito Florestal Sustentável (DFS) na área de influência da BR – 163. Essa dissertação de mestrado se propõe a verificar se de fato o DFS conseguiu atenuar os impactos ambientais na região, considerando que se encontra numa área com diversas políticas desenvolvimentistas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Desenvolvimento; Conservação; Distrito Florestal Sustentável ; BR-163.

## **ABSTRACT**

The public policies for the development of the Brazilian Amazon, created during the 60's and 70's, are directly related to a common national Project of development, that had a strong support of the military government and was based on the construction of highways, organized occupation of "empty demographic spaces", the agricultural production and State intervention. The federal highway between Cuiabá and Santarém (BR – 163) was one of the works considered essential, regarding Amazon's policies among this big national project of development. The building project of BR – 163 was initiated at the 70's and abandoned right after its start. At the end of the 90's, with the advance at the agricultural sector on the Midwest and North regions of the country, there was a strong appeal for the recovery of that project. Looking forward to meet the growing demands for the paving of that highway, the government announced the return of the project at the year of 2000. With the imminence of the paving of the referred highway, there was a manifestation of the organized civil society, demanding measures of mitigation of the socio-environmental impacts. In order to ease the possible dangerous impacts, regarding environmental, social and even economic issues, the Federal Government (on an action among ministries) created a Sustainable Forest District (DFS) at the area under the influence of the BR – 163. This master's dissertation has the proposal to check if the DFS has in fact been able to soften the environmental impacts on that region, considering that it is on an area among several development policies.

Key Words: Public Policies, Development, Conservation, Sustainable Forestry District; BR – 163.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1: CICLO DE RETROALIMENTAÇÃO NEGATIVO.....	26
ILUSTRAÇÃO 2: DIVISÃO DESIGUAL DAS RIQUEZAS.....	35
ILUSTRAÇÃO 3: INTERAÇÃO SOCIEDADE, ECONOMIA E MEIO AMBIENTE NA SEARA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. .....	49
ILUSTRAÇÃO 4: CORTE DA BR 163 E DA BR – 230 NO ESTADO DO PARÁ .....	71
ILUSTRAÇÃO 5: INFLUÊNCIA LOGÍSTICA DA BR -163 SOBRE O TERRITÓRIO NACIONAL.....	72
ILUSTRAÇÃO 6: DIVISÃO MUNICIPAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR – 163 .....	74
ILUSTRAÇÃO 7: MESORREGIÕES E SUB – ÁREAS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR - 163 .....	76
ILUSTRAÇÃO 8: ÁREA DE ESTUDO .....	78
ILUSTRAÇÃO 9: ESTRUTURA DAS AGRÓPOLIS .....	93
ILUSTRAÇÃO 10: EIXOS PRINCIPAIS DA CARTA DE SANTARÉM.....	105
ILUSTRAÇÃO 11: DISTRITO FLORESTAL SUSTENTÁVEL DA BR – 163 E AS BR-163 E BR-230 .....	110
ILUSTRAÇÃO 12: LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO FLORESTAL SUSTENTÁVEL DA BR-163.....	113
ILUSTRAÇÃO 13: DISTRITO FLORESTAL DA BR-163 COM DESTAQUE PARA OS LIMITES DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS.....	120
ILUSTRAÇÃO 14: ASSENTAMENTOS DO INCRA EM TORNO DAS BR – 230 E DA BR – 163 EM 2008 ....	121
ILUSTRAÇÃO 15: ASSENTAMENTOS PARA REFORMA AGRÁRIA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO DFS DA BR - 163 .....	123
ILUSTRAÇÃO 16: MAPA DE CONFLITOS AMBIENTAIS ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ASSENTAMENTOS RURAIS DO INCRA.....	126
ILUSTRAÇÃO 17: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA .....	128
ILUSTRAÇÃO 18: ACIDENTALIDADE DO TERRENO. PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA .....	129
ILUSTRAÇÃO 19: TURBINAS DA COMUNIDADE DO AÇAIZAL DO PRATA.....	132
ILUSTRAÇÃO 20: IMAGENS DA COMUNIDADE DO AÇAIZAL DO PRATA.....	133
ILUSTRAÇÃO 21: ILUSTRAÇÃO DAS DINÂMICAS TRAZIDAS PELA ENERGIA .....	134
ILUSTRAÇÃO 22: CARTA IMAGEM DE 2008 DO DISTRITO FLORESTAL DA BR-163 COM DESTAQUE PARA AS RODOVIAS FEDERAIS E INDICAÇÃO DE DISTÂNCIA A CADA 5 KM. ....	140

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA AMBIENTAL PÚBLICA BRASILEIRA .....	51
TABELA 2: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CONTEMPLADAS PELO SNUC .....	53
TABELA 3: ÁREA TERRITORIAL DAS MESORREGIÕES E SUB-ÁREAS DO PLANO BR-163 SUSTENTÁVEL 77	
TABELA 4: RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARAENSES PERTENCENTES À ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR -16379	
TABELA 5: EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NO PIC ITAITUBA .....	94
TABELA 6: AÇÕES PREVISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES FLORESTAIS SUSTENTÁVEIS NO DISTRITO FLORESTAL SUSTENTÁVEL DA BR - 163 .....	113
TABELA 7: TABELA COM OS NOMES DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL .....	124
TABELA 8: COMUNIDADES DA ÁREA DO PARNA .....	130
TABELA 9: NÍVEIS DE DESMATAMENTO EM ASSENTAMENTOS POR NÚMERO DE FAMÍLIAS.....	141
TABELA 10: NÍVEIS DE DESMATAMENTO REFERENTES A SUA ZONA DE APTIDÃO AGRÍCOLA .....	142
TABELA 11: SOMA TOTAL DAS ÁREAS E DOS BUFFERS DAS TERRAS INDÍGENAS E DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	144
TABELA 12: ÍNDICE DE DESMATAMENTO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL	147
TABELA 13: DESMATAMENTO DE TERRAS INDÍGENAS .....	149
TABELA 14: NÍVEIS DE DESMATAMENTO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL ...	152

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: EMISSÕES DE GEE NO BRASIL POR ATIVIDADES .....	66
GRÁFICO 2: DIVISÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO AVANÇA BRASIL PELOS SETORES COMPREENDIDOS PELO PROGRAMA.....	100
GRÁFICO 3: SITUAÇÃO DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA BR - 163.....	123
GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL (MATO GROSSO, PARÁ E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL) ENTRE OS ANOS DE 1989 E 2008 .....	143

## LISTA DE ABREVIATURAS

**ALAP** – ÁREA DE LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA PROVISÓRIA

**APP** – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

**ARPA** – ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA

**BASA** – BANCO DA AMAZÔNIA

**BID** – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**CAIMA** – COMPANHIA AGROINDUSTRIAL DE MONTE ALEGRE

**CDB** – CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA

**CDS** – CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**CF** – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

**CNS** – CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

**CNUMAD** – CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO

**DFS** – DISTRITO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

**DNIT** – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E DE TRANSPORTE

**EMBRAPA** – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

**ESEC** – ESTAÇÃO ECOLÓGICA

**FAO** – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION

**FBC** – FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

**FBCN** – FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

**FBPN** – FUNDAÇÃO O Boticário de Proteção à Natureza

**FHC**: FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

**FLONA**- FLORESTA NACIONAL

**FUNATURA** – FUNDAÇÃO PRÓ - NATUREZA

**FUNBIO** – FUNDO BRASILEIRO PARA BIODIVERSIDADE

**GEF** – GLOBAL ENVIRONMENTAL FOUND

**GTA** – GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO

**GTZ** – DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT

**IBAMA**– INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

**IBDF** – INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

**IBGE** – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRADIA E ESTATÍSTICA

**ICMBIO** – INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE

**ISA** – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

**Incra** – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

**INPE** - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

**IPAM** – INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA

**IMAZON** – INSTITUTO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA

**IUCN** – UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

**JK:** JUSCELINO KUBITSCHECK

**KFW** – BANCO DE COOPERAÇÃO DA ALEMANHA

**MCT** – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**MDA** – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

**MMA** – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

**ONG** – ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

**ONU** – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

**PAEG** – PLANO DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO

**PAOF** – PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL

**PARNA** – PARQUE NACIONAL

**PAS** – PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

**PDS** – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**PED** – PLANO DECENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**PIC** – PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO

**PIME** – PROJETO INTEGRADO MCT E EMBRAPA

**PIN** – PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

**POLOAMAZONIA** – PROGRAMA DE PÓLOS AGROPECUÁRIOS E MINERAIS DA AMAZÔNIA

**PNAP** – PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS

**PND** – PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

**PNMA** – POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

**PPA** – PLANO PLURI ANUAL

**PROTERRA** – PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E ESTÍMULO À AGROINDUSTRIA NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE

**REBIO** – RESERVA BIOLÓGICA

**RESEX** – RESERVA EXTRATIVISTA

**RL** – RESERVA LEGAL

**ROI** – REFORMULAÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL

**RPPN** – RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL

**SEMA** – SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

**SFB** – SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

**SISNAMA** – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

**SPVEA** - SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

**SNUC** – SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

**SUDAM** – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

**SUDENE** – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**TI** - TERRA INDÍGENA

**UC** – UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

**UDR** – UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA

**WWF** – WORLD WILD FOUND

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
METODOLOGIA DE PESQUISA.....	25
OBJETIVO GERAL.....	25
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	25
HIPÓTESE.....	26
CICLO DE RETROALIMENTAÇÃO E CATEGORIAS DE ANÁLISE DA DISSERTAÇÃO.....	26
CAPÍTULO 1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO E PARA A SUSTENTABILIDADE.....	29
1.1 Desenvolvimento e Progresso: A Falácia da Modernidade.....	29
1.1.1 A Construção da Idéia de Desenvolvimento como Sinônimo de Evolução e Progresso.....	29
1.1.2 Utopias da Modernidade: Desenvolvimento e Progresso.....	30
1.1.2.1 Definição de Utopia.....	30
1.1.2.2 A Construção do Pensamento Utópico.....	31
1.1.2.3 A Utopia da Modernidade.....	32
1.1.2.4 Teoria Sociológica Clássica da Modernização.....	34
1.1.2.5 A Cepal e a Crítica ao Modelo de Desenvolvimento.....	35
1.1.3 Utopias do Novo Desenvolvimento.....	37
1.1.3.1 Distopias do Novo Desenvolvimento.....	37
1.1.4 Novas Abordagens do Desenvolvimento: Projetos para Formulação de um Novo Desenvolvimento.....	38
1.1.4.1 O Projeto de Reformulação da Ordem Internacional.....	38
1.1.4.2 Norte – Sul: Um Programa para a Sobrevivência.....	40
1.1.4.3 Desenvolvimento como Liberdade.....	41
1.1.4.4 O Desenvolvimento Sustentável.....	41
1.1.4.5 O Desenvolvimento Econômico no Brasil.....	43
1.1.5 Teoria Sociológica da Modernização e o Desenvolvimento no Brasil.....	45
1.1.5.1 Teoria da Modernização e a Difusão da Inovação.....	45
1.1.5.2 O Modelo de Modernização Conservadora da Agricultura Brasileira.....	47
1.2 Políticas para a Conservação no Brasil: O Desafio em se Criar e Manter Áreas Protegidas em meio a um Cenário de Políticas Desenvolvimentistas.....	49
1.2.1 A Política de Áreas Protegidas no Brasil.....	49
1.2.1.1 A Proteção Ambiental na Legislação Brasileira.....	49
1.2.1.2 A Política Nacional de Meio Ambiente.....	51
1.2.1.3 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).....	53
1.2.2 A Política de Criação de Áreas Protegidas.....	53
1.2.3 A Construção do Paradigma da Sustentabilidade na Política Externa Brasileira.....	59

1.2.3.1	A Conferência de Estocolmo (1972).....	60
1.2.3.2	A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92 61	
1.2.3.2.1	A ECO 92 e a Convenção sobre Diversidade Biológica.....	63
1.2.3.3	A Atuação da Chancelaria Brasileira no Protocolo de Kyoto.....	65
1.2.3.3	Aceitação do Conceito de Desenvolvimento Sustentável e a Evolução do Pensamento Político Ambiental Brasileiro.....	67
CAPÍTULO 2 A RODOVIA CUIABÁ – SANTARÉM (BR-163) E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO.....		70
2.1	A Rodovia Cuiabá – Santarém (BR-163).....	70
2.1.1	Definição da Rodovia e de sua Área de Influência.....	70
2.1.2	Processo de Ocupação da Área de Influência da BR – 163 no Oeste Paraense.....	80
2.1.3	Características Socioeconômicas.....	81
2.1.3.1	Contexto Econômico.....	81
2.2	O Estado Brasileiro e o Desenvolvimento Regional na Amazônia.....	82
2.2.1	Processo de Ocupação e Impactos de uma Rodovia no Meio da Amazônia.....	82
2.2.2	Papel do Estado no Processo de Ocupação e de Desenvolvimento Regional da Amazônia Brasileira.....	84
2.2.3	O Nacional Desenvolvimentismo Clássico e os Programas para Modernização da Economia Brasileira e para o Desenvolvimento Regional na Amazônia.....	86
2.2.3.1	A Marcha para o Oeste.....	87
2.2.3.2	Juscelino Kubitschek e o Plano de Metas.....	87
2.2.3.3	O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).....	89
2.2.3.4	O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico (PED) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).....	90
2.2.3.5	Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o Programa de Integração Nacional (PIN) e os Projetos de Colonização Integrada (PIC).....	90
2.2.3.6	O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e o Programa de Pólos Agropecuários da Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA).....	95
2.2.3.7	O Programa Calha Norte.....	97
2.2.3.8	Falência dos Programas Governamentais de Desenvolvimento e seus Impactos na Região Amazônica.....	97
2.2.4	O Nacional Desenvolvimentismo Contemporâneo: O Retorno do Estado como Indutor de Políticas na Amazônia.....	99
2.2.4.1	O Nacional Desenvolvimentismo Contemporâneo e a BR -163.....	99
2.2.4.2	O Governo FHC e a BR – 163.....	100
2.2.4.3	O Governo Petista e a BR – 163.....	101
2.5	Políticas para a Conservação e Proteção Ambiental.....	103
2.5.1	O Plano Amazônia Sustentável.....	103
2.5.2	Plano de Ação de Combate ao Desmatamento.....	104
2.5.3	Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de influência da BR-163.....	104

3.1	Dinâmicas de Ocupação do Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR – 163 .....	109
3.1.1	Antecedentes.....	109
3.1.2	O Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR – 163 .....	109
3.1.3	Políticas para Áreas Protegidas no âmbito do Distrito Florestal Sustentável da BR - 163 (DFS) DA BR – 163.....	118
3.2.3	Os Assentamentos de Reforma Agrária do Distrito Florestal Sustentável da BR – 163121	
3.2.4	Situação de Licenciamento Ambiental nos Assentamentos Rurais do DFS em 2009123	
3.2.5	Estudo de Caso: Conflitos Socioambientais nos Municípios de Itaituba e Belterra: O Parque Nacional da Amazônia e o Assentamento da Comunidade do Açaizal do Prata.....	126
3.1.3.1	O Parque Nacional da Amazônia .....	127
3.1.1.1	A Comunidade do Açaizal do Prata.....	131
3.1.1.1.1	A Amazônia Rural e a Energia .....	131
4.2.	Desmatamento nas Proximidades das Rodovias Cuiabá – Santarém (BR-163) e Transamazônica (BR-230) .....	139
4.3	Desmatamento nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária .....	141
4.4	Desmatamento referentes a sua Zona de Aptidão Agrícola.....	142
4.5	Desmatamento nas Áreas Protegidas e Terras Indígenas .....	143
	CONCLUSÃO .....	153
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	155

## INTRODUÇÃO

Desde meados da década de 1940 a Amazônia Brasileira tem sido alvo de políticas públicas que têm como principais objetivos a colonização<sup>1</sup> e o desenvolvimento econômico de “áreas abandonadas no Brasil”<sup>2</sup>. Essas políticas têm o caráter desenvolvimentista<sup>3</sup> e fazem parte de uma série de programas governamentais que compunham um projeto político nacional<sup>4</sup> que foi aprofundado durante os governos de regime militar (1964 – 1985). Este projeto nacional que em um primeiro momento buscou a ocupação de territórios pouco habitados para posteriormente investir na modernização das estruturas agrárias destes com vistas à exportação de produtos primários.

Esse projeto nacional de desenvolvimento foi embasado em grandes projetos de infraestrutura, como a construção de grandes rodovias, bem como a concessão de subsídios fiscais e uma política de créditos diferenciada para o setor da agricultura. Assim sendo, as construções de Brasília e das rodovias Belém - Brasília (BR-010), Cuiabá - Rio Branco (BR-364), Transamazônica (BR-230) e Cuiabá - Santarém (BR-163) são iniciativas emblemáticas desse projeto e da estratégia política de ocupação da Amazônia. O objetivo principal da nova capital e das obras de infraestrutura era integrar as regiões centro – oeste e norte do Brasil aos centros metropolitanos das regiões sul e sudeste do país. (AB’SABER, 2005, BECKER, 2004 & SILVA, 2001)

Esses projetos de ocupação da Amazônia foram iniciados durante os governos Vargas (1930-1945), todavia, foi no período presidencial de Juscelino Kubistchek (1956-1961) por meio do “plano de metas” em que se delimitou bem as políticas para o desenvolvimento do país, diretrizes essas intensificadas durante o período dos governos ditatoriais compreendido entre 1964 a 1985. Entretanto por conta da crise econômica brasileira, esses programas

---

<sup>1</sup> Como há muito definido pela História, há dois tipos de colonização, a de exploração e a de povoamento. Apesar de ter como objetivo a exploração dos recursos naturais, entende-se que a colonização proposta por esses programas é a de povoamento, visto que, o objetivo político é o povoamento de áreas com baixa densidade demográfica em território brasileiro pleiteado pelos governos federais. (BUENO, 1998)

<sup>2</sup> O uso da expressão terras abandonadas era bastante comum nas justificativas de programas de desenvolvimento e colonização das décadas de 1960 e 1970, com referência às regiões centro – oeste e norte. Ela é bastante usada por exemplo nos programas POLOCENTRO, PAD-AP, PRODECER, POLOAMAZÔNIA, entre outros. O uso da expressão busca dar ênfase na necessidade em se realizar programas de colonização direcionados para essas regiões. Emblemática é a frase de slogan para esses programas do governo Médici (1969 – 1974): “Dar terra a homens sem terra e homens a terras sem homens.” (BECKER, 2004)

<sup>3</sup> Desenvolvimentista nesse caso é derivado de desenvolvimentismo. Deve-se ressaltar que essa dissertação segue a mesma lógica de Machado (2005) compreendendo desenvolvimentismo como a conexão em si do desenvolvimento e não uma teoria de desenvolvimento econômico em particular.

<sup>4</sup> Entre os programas incluídos nesse projeto nacional de desenvolvimento encabeçado pelo governo ditatorial destacam-se: O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), O Plano Decenal de Desenvolvimento (PED), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), Programa de Integração Nacional (PIN), Programa de Colonização Integração (PIC), Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZONIA)

tiveram menor destaque durante as décadas de 1980 e 1990, sendo retomados a partir de 2000 durante o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1998 – 2002) e avivados pelo Presidente Lula (2003 – 2010). Hoje as políticas para desenvolvimento com base em grandes projetos de infraestrutura são tidas como prioridades pela atual presidente do país Dilma Rousseff (2011 – 2014). (AB’SABER, 2005, BECKER, 2004, SILVA, 2001 & MCGRATH, ALENCAR & COSTA, 2010)

Com o intuito de facilitar a compreensão das políticas nacionais de desenvolvimento, nessa dissertação a autora optou por dividi-la em dois períodos históricos distintos, mas com objetivos políticos comuns, nesse caso específicos o de se implementar uma política de desenvolvimento com objetivo de promover o crescimento econômico no país. Dessa maneira, a proposta de divisão em dois períodos da autora consiste em:

- **O Nacional Desenvolvimentismo Clássico** compreendido pelo período de 1940 a 1985 e;
- **O Nacional Desenvolvimentismo Contemporâneo** que compreende de 2000 até o momento presente.

Apesar do viés parecido, o nacional desenvolvimentismo contemporâneo é diferente do nacional desenvolvimentismo clássico vigente nas décadas de 1960 e 1970. Contudo é possível perceber semelhanças entre os dois períodos como a construção de grandes obras de infraestrutura, populismo, nacionalismo exacerbado, o intenso uso da mídia como promotora da máquina pública e uma extensão muito grande do papel do Estado. Assim como o nacional desenvolvimentismo clássico, o nacional desenvolvimentismo contemporâneo tem como seu principal objetivo a promoção do crescimento econômico acelerado. Entretanto enfrenta problemáticas que seu antecessor não enfrentou como o crescimento da preocupação com as questões ambientais, democratização do sistema político e uma maior participação da sociedade civil. Dessa maneira, o nacional desenvolvimentismo contemporâneo passou a ser objeto de estudo e de discussão da Ecopolítica<sup>5</sup> brasileira. (BECKER, 2004, MACHADO, 2005, COY & KOHLHEPP, 2005 & NASCIMENTO & DRUMMOND, 2003)

No atual panorama da Amazônia Brasileira no qual se observa uma pluralidade de interesses dentre os quais os do desenvolvimento do crescimento acelerado vão de

---

<sup>5</sup>Ecopolítica nesse caso é compreendida segundo definições feitas por DUPUY (1980) e LE PRESTRE (2000), que consiste no movimento ecológico como expressão política e social, crítico ao modelo de produção industrial e de suas técnicas. Assim sendo, o termo Ecopolítica é usado nesse trabalho para designar as disputas de poder e as decisões que envolvam questões ecológicas. Os praticantes da Ecopolítica são os políticos, mas para distinguir esses atores de seus congêneres políticos este estudo poderá recorrer ao termo específico ecopolíticos.

encontro uma dinâmica Ecosocioeconômica<sup>6</sup>. Um dos grandes projetos iniciados na década de 1970 e que foi retomado pelo atual Plano de Ação do Governo Federal e posto como obra prioritária do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) durante o mandato da Presidente Dilma Rousseff é o projeto de asfaltamento da Rodovia Cuiabá – Santarém (BR – 163).

Aberta na década de 1970, a rodovia, que como o próprio nome sugere liga à cidade de Cuiabá no Mato Grosso a cidade de Santarém no estado do Pará, que abriga um porto. A BR -163 é uma das maiores obras projetadas pela ditadura militar e até o fevereiro de 2011 restavam 836 km a serem asfaltados. De acordo com informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) (DNIT 2011), a rodovia deverá ser completamente asfaltada até dezembro de 2011, com um custo estimado em R\$1,40 bilhão. O asfaltamento da rodovia Cuiabá - Santarém tem sido alvo de críticas por dar continuidade a um modelo de desenvolvimento socioeconômico com base na modernização da agricultura com um forte viés conservador<sup>7</sup>, extensão da malha rodoviária para o escoamento de produtos agrícolas, da ocupação de áreas ainda não exploradas e principalmente pelo desmatamento gerado ao redor de sua área de influência.

Nesse cenário de desenvolvimento econômico com base em um modelo de modernização agrícola conservadora, nota-se na região que a agropecuária e o extrativismo, seja ele de recursos minerais ou madeireiros, são muito presentes e adotam uma tecnologia de produção com emprego de mecanização e uso intensivo de produtos químicos. A região também vem apresentando nos últimos anos alto índice de conflitos territoriais e de desmatamento, embora possua elevado número de Unidades de Conservação, que foram usadas como resquícios dos objetivos ambientais do Governo Federal. Como medida para amenizar possíveis impactos desagregadores no que tange as questões ambientais, sociais e até mesmo econômicas, o Governo Federal em uma ação interministerial optou pela criação de um Distrito Florestal Sustentável (DFS) na área de

---

<sup>6</sup>Após a Conferência de Estocolmo em 1972 e principalmente com a divulgação do Relatório de Brundtland, tornou-se comum o uso do termo criado por SACHS (1980) como Ecosocioeconômica. A Ecosocioeconômica muito mais do que um desenvolvimento “economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável (Relatório de Brundtland) busca um modelo de desenvolvimento que contemple diretrizes de planejamento e gestão participativos, nos quais se observem postulados éticos tais como: “atendimentos de necessidades humanas fundamentais (materiais e intangíveis), promoção da auto-confiança (*self – reliance*) das populações envolvidas e o cultivo da prudência ecológica. (SACHS, 2007)

<sup>7</sup>O que Graziano da Silva compreende como modernização conservadora da agricultura faz referência a um modelo bastante incentivado pelo Governo FEDERAL Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 por meio de políticas públicas, que vão desde o financiamento de máquinas agrícola, até a oferta de subsídios. A crítica de Graziano da Silva a este modelo de modernização é por que ele privilegia apenas algumas culturas e regiões, assim como também a médias e grandes propriedades rurais. Assim sendo, ao mesmo tempo em que moderniza as estruturas produtivas, matem também intactas as estruturas sociais, por isso essa modernização é tida como conservadora. (GRAZIANO DA SILVA, 1982)

influência da BR-163. O DFS seria um complexo geoeconômico e social sob a forma de um Mosaico de Unidades de Conservação<sup>8</sup> (Decreto Presidencial de 13 de Fevereiro de 2006).

A criação do Distrito Florestal Sustentável – DFS na área de influência em torno da BR – 163, em 2006, é um esforço de um grupo intersetorial no sentido de promover políticas de desenvolvimento econômico na região que se enquadre nos parâmetros ditos “sustentáveis” e trabalhe ainda na mitigação de efeitos socioeconômicos nefastos que possam advir do asfaltamento da referida rodovia. Todavia observa-se que apesar das tentativas do Governo Federal, o Estado do Pará continua apresentando altos índices de desmatamento e de exclusão social nos municípios incluídos no Distrito Florestal Sustentável da BR-163. (SCHITTINI, 2010)

De acordo com o Decreto Presidencial de 13 de Fevereiro de 2006 o DFS tem como objetivo a criação de um “Território Sustentável” pelo intermédio de políticas coordenadas que visem o “aproveitamento ordenado e sustentável” de atividades extrativistas, bem como, o desenvolvimento de alternativas economicamente viáveis à derrubada da floresta. As políticas públicas para promoção do desenvolvimento e sustentabilidade para o DFS, entretanto, foram realizadas numa lógica *top-down*, isto é, sem considerar aspectos importantes das realidades socioculturais já existentes na geografia local. Nesse contexto, essas políticas não combatem plenamente os processos interconectados de “predação<sup>9</sup> socioambiental” devido a uma dinâmica socioeconômica já estabelecida anteriormente na área de influência da BR- 163.

Em se tratando de Amazônia, não há questão mais polêmica do que a implementação/pavimentação de infraestrutura rodoviária. Isso porque se por um lado, ela pode ser compreendida como instrumento de vital importância para o desenvolvimento econômico, por outro, é entendido por muitos como uma porta para o desmatamento na região (ALVES, 2002). A construção de rodovias na Amazônia quase sempre está atrelada a uma trajetória de desmatamento, grilagem de terras, exploração madeireira predatória, migração, conflitos fundiários, incêndios florestais, marginalização social e expansão da agropecuária (NEPSTAD ET AL, 2001; CARVALHO ET AL, 2002; McGRATH, ALENCAR & COSTA, 2010).

---

<sup>8</sup> Por Mosaico de Unidades de Conservação compreende-se a composição de várias áreas naturais em diferentes graus de proteção localizados em uma única região (PRIMACK & RODRIGUES, 2001).

<sup>9</sup> O termo predação é bastante usado na Biologia para definir a relação existente entre predadores e presas. Nesse caso o termo **predação socioambiental** advém de uma definição feita por Ab’Sáber (2005: P. 19) no qual o autor compreende que esses processos de desenvolvimento exigem uma interação com os ambientes sociais e ambientais de lógica predatória, na qual o desenvolvimento assume o papel de predador dos sistemas socioambientais.

O que tem trazido tantas discussões ao redor dessa discussão é que ambos os lados estão corretos, pois a infraestrutura de transportes é necessária para o desenvolvimento regional, contudo, há uma grande dificuldade em se manter as áreas ao redor de rodovias em um estado de conservação ambiental aceitável (MCGRATH, ALENCAR & COSTA, 2010)

Nesse sentido, o Estado tem papel de fundamental importância nesse processo, pois cabe a ele a possibilidade de ordenamento territorial<sup>10</sup> contemplando tanto as variáveis necessárias para o desenvolvimento econômico, quanto para a conservação ambiental. Entretanto, em um cenário no qual a presença do Estado é limitada, o processo de ordenamento territorial da região tornou-se caótico. De acordo com McGrath, Alencar & Costa (2010), a falta de governança<sup>11</sup> tem como consequências um incremento das atividades extrativistas, esgotamento dos recursos, o que é caracterizado por Rodrigues et al (2009) como economia de “boom e colapso”.

O atual sistema de planejamento e implementação de rodovias na região amazônica sempre foi plenamente centralizado pelo Governo Federal e tem como enfoque principal a construção da rodovia em si. Quanto às medidas mitigadoras das obras, estas estão voltadas para os impactos diretos imediatos, o que tem sido considerado pelos movimentos socioambientais como ineficazes no que tange a degradação ambiental e a marginalização social. (AZEVEDO et al, 2009, THUAULT et al, 2009)

Considerando os impactos negativos oriundos de obras do mesmo porte na Amazônia em anos anteriores, há uma tendência dos governos atuais e futuros em prover abordagens mais participativas no que se refere a construção de grandes empreendimentos de infraestrutura, no sentido de envolver as populações atingidas e também de elaborar políticas compensatórias e mitigadoras quantos aos impactos socioambientais. Embora essa nova tendência possa vir a auxiliar no sentido de mitigação de impactos e de melhor atendimento às demandas locais, o processo de elaboração de políticas públicas pelo Estado voltadas para o desenvolvimento e conservação ambiental é um processo conflitante e não suficiente por si só, considerando a complexidade da região. (SCHITINI, 2010 AZEVEDO et al, 2009, THUAULT et al, 2009)

---

<sup>10</sup>De acordo com Gaspar (1995) o Ordenamento Territorial trata-se de uma “arte de adequar as gentes e a produção de riqueza ao território numa perspectiva de desenvolvimento”. Ainda de acordo com o autor, o Ordenamento Territorial quase sempre é entendido como tarefa do Estado, sendo comumente caracterizado como Política Pública. No caso brasileiro segundo Rückert (2007) a política de ordenamento territorial brasileira se baseia em metas estratégicas com projetos de atuação dirigidos para atuação no território.

<sup>11</sup>O termo “Governança” apresentado no texto tem como referência o Estado, neste sentido, trata-se de Governança Pública, que é caracterizada de acordo com Kissler & Heidemann (2006) por estar associada à lógica desenvolvimentista e te, como objetivo a solução de problemas sociais e de desenvolvimento.

Na região do DFS se processam importantes transformações que afetam as mudanças ambientais no país. Entretanto na região os interesses não são unívocos e em muitos momentos chegam a ser conflituosos entre si. A atual dinâmica territorial da rodovia exige uma análise muito mais profunda que avalie também a efetividade de políticas de mitigação de impactos, para possibilitar uma melhor previsão de efeitos em territórios. Caso as políticas públicas hoje existentes não atendam às demandas existentes, é necessária a inserção de uma nova abordagem de planejamento que vise à reorganização dessas políticas regionais. Para tanto é importante que se conheçam os diferentes mecanismos de combate ao desmatamento para a articulação de uma nova dinâmica de freios a esse processo de degradação ambiental.

## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

A metodologia de pesquisa adotada por essa dissertação de mestrado consistiu na pesquisa bibliográfica além da coleta de dados primários e secundários que posteriormente foram tratados e analisados a fim de atenderem aos objetivos geral e específicos, assim como averiguar a hipótese.

## **OBJETIVO GERAL**

O objetivo geral desta dissertação de mestrado é identificar, caracterizar e analisar os impactos das Macropolíticas Públicas de Conservação Ambiental sobre as realidades social, econômica e ambiental dentro do Distrito Florestal Sustentável da BR – 163 no período compreendido entre 2006 a 2010.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Analisar, do ponto de vista sociológico, o processo de construção do conceito de desenvolvimento no Brasil, e como a idéia de desenvolvimento e progresso interferiu diretamente nas políticas de proteção ambiental.
- Descrever o processo histórico de ocupação da região, fatores e políticas públicas para desenvolvimento e conservação que desencadearam a criação do Distrito Florestal Sustentável da BR –163;
- Descrever o Distrito Florestal Sustentável da BR -163, as políticas públicas de ocupação e de uso solo e de áreas protegidas e seus conflitos socioambientais na área de estudo;
- Analisar os efeitos das MacropolíticasPúblicas sobre o desmatamento na região.

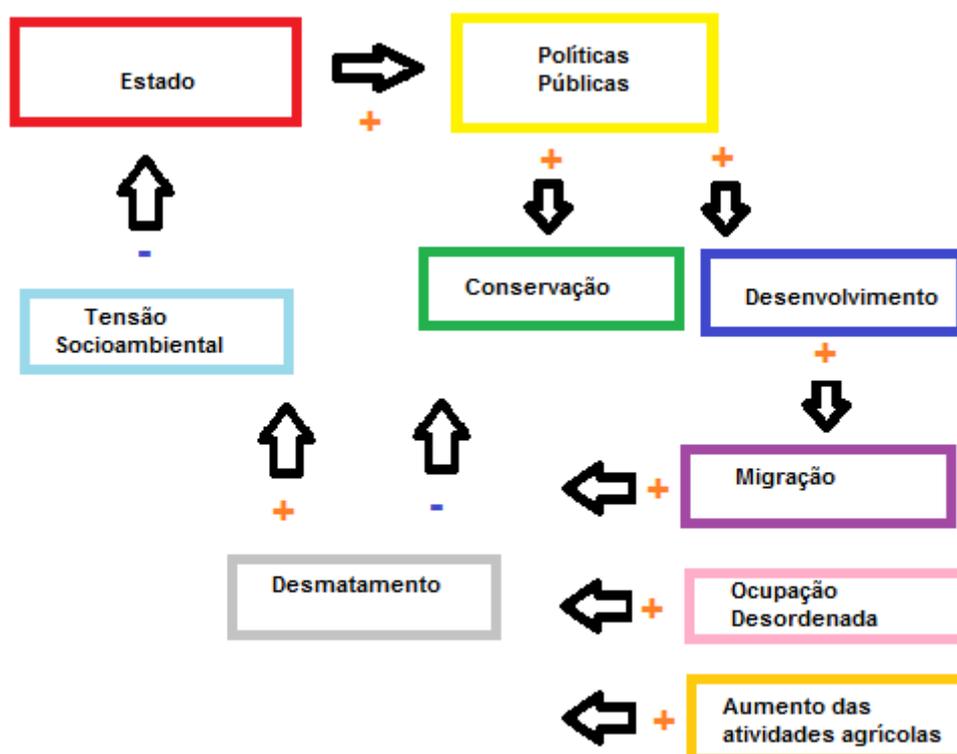
## HIPÓTESE

A hipótese desta dissertação é a de que as políticas para o desenvolvimento regional, com bases sustentáveis no Distrito Florestal Sustentável (DFS) podem ser sobrepostas e antagônicas, não correspondendo, dessa maneira, aos objetivos para os quais foram criadas.

## CICLO DE RETROALIMENTAÇÃO E CATEGORIAS DE ANÁLISE DA DISSERTAÇÃO

Foi feito um ciclo de retroalimentação, conforme pode ser verificado na Ilustração 1, para melhor apresentar as principais variáveis de análise em um contexto geral da dissertação e destacar como elas se inter relacionam em ciclo retroalimentar negativo.

Ilustração 1: Ciclo de Retroalimentação Negativo



FONTE: Autora

No capítulo 1, a dissertação apresenta um panorama sociológico do processo de construção do conceito de desenvolvimento correlacionado a concepção de progresso no imaginário coletivo, e como essa concepção interferiu diretamente nas políticas de desenvolvimento e de proteção ambiental do Brasil. Por conta disso, será feita também análise da evolução das políticas ambientais no Brasil, que em um primeiro momento se apresentam conservadoras e sem respaldo e que, posteriormente apresentam uma evolução ecológica, mas sobre pressões das forças econômicas. A metodologia adotada para elaboração do primeiro capítulo foi à revisão do arcabouço teórico conceitual sobre o tema.

O Capítulo 2 se restringirá a descrição do processo histórico de ocupação e ao estudo da construção das dinâmicas socioeconômicas da região de influência da BR-163. Com isso pretende-se a descrição das principais políticas públicas para o desenvolvimento econômico e para a proteção de áreas protegidas que desencadearam na criação do Distrito Florestal Sustentável da BR – 163. Para tanto se valerá de referencial bibliográfico.

No Capítulo 3 será descrito o Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR – 163, a área de estudo escolhida e suas principais dinâmicas de uso do solo e de áreas protegidas com estudo de caso em Belterra e no Parque Nacional da Amazônia.

O Capítulo 4 buscou realizar análises que correlacionem às políticas públicas de desenvolvimento e ocupação e de áreas protegidas e uso do solo com os desmatamentos sofridos na região. Essas análises são divididas as seguintes maneiras:

a) A primeira etapa busca verificar a evolução do desmatamento na região de influência do Distrito Florestal Sustentável da BR – 163. Como metodologia de análise procurou-se basear em relatórios técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

b) Para a elaboração de alguns mapas a autora se baseou em dados disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Nacional de Colonização e Reformas Agrária (Incra) e Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) no formato de shapes. Esses shapes foram tratados e utilizados pelo programa ArcView.

c) Foi feita uma pesquisa de campo na cidade de Santarém e foi visitado também um assentamento de reforma agrária no município de Belterra. Esse município foi o escolhido para estudo de caso, para análise de impactos socioeconômicos.

Nessa visita de campo, a pesquisa teve caráter qualitativo utilizando como fonte de dados entrevistas semi estruturadas com membros de entidades governamentais,

organizações não governamentais, empresas privadas e um assentamento de reforma agrária, além de documentos fornecidos.

# **CAPÍTULO 1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO E PARA A SUSTENTABILIDADE**

## **1.1 Desenvolvimento e Progresso: A Falácia da Modernidade**

### **1.1.1 A Construção da Idéia de Desenvolvimento como Sinônimo de Evolução e Progresso**

O uso do substantivo **desenvolvimento** com significado qualitativo é utilizado a bastante tempo. Uma das justificativas para esse uso deve – se ao fato de que no imaginário social o termo tende a ser compreendido como algo benéfico e que deve ser alcançado. Um exemplo disso é dado por Esteva (2000), que lembra que em 1859, quando foi lançada a famosa publicação “A Origem das Espécies” de Charles Darwin, o termo desenvolvimento foi sistematicamente usado como sinônimo de evolução. Segundo Machado (2005) o núcleo de sentidos correlatos a desenvolvimento, tais como crescimento, progresso, evolução, melhora, dentre outros, são intrínsecos a racionalidade ocidental moderna e podem ser compreendidos como elementos de uma formação discursiva conforme proposto por Foucault (2002).

Com essa concepção, após a 2ª Guerra Mundial em 1945, o desenvolvimento passou a ser objeto de um discurso político que rogava por um modelo de crescimento econômico em bases capitalistas a ser seguido por países periféricos. Esse discurso político abrangia uma teoria que compreendia o desenvolvimento como algo natural e evolucionista. Seguindo essa linha de raciocínio, a causa do subdesenvolvimento seria um desvio do curso já percorrido pelos países desenvolvidos.

Essa definição de desenvolvimento passou a ser utilizada então como elemento fundamental de um discurso político colonizador de escala global. Dessa maneira, a idéia de desenvolvimento fundamentou-se como uma das principais ferramentas dessa estratégia política, uma vez que referendou valores e interesses das sociedades capitalistas industrializadas. Isso permitiu não só a reprodução de um modelo político e econômico imposto pelos países industrializados como também a sua expansão de sua influência sobre os países pobres. A grande oferta de recursos econômicos, científicos e tecnológico por parte dos países desenvolvidos também tem papel de destaque nesse projeto de orientação aos países “subdesenvolvidos” de encontrarem os caminhos do desenvolvimento. Um produto tangível desse discurso político é a correlação direta feita entre subdesenvolvimento e países de “terceiro mundo” (MACHADO, 2005).

Essa lógica política do desenvolvimento passa a permear então as complexas relações de poder entre os países em nível global no sentido que as estruturas socioeconômicas das nações pobres passaram a ser objeto de intervenção indireta. O discurso do desenvolvimento, moldado então como *Soft Power*<sup>12</sup>. Essa foi uma estratégia política bastante exitosa uma vez que, a ideologia capitalista conseguiu permear o imaginário das demais economias periféricas cumprindo assim seu macroobjetivo geopolítico de continuidade dos interesses das economias capitalistas industrializadas em uma estrutura metrópole – colônia.

Entretanto a continuidade e o aumento dos índices de pobreza e de miséria, somadas às catástrofes ambientais, têm levado a questionamentos sobre a fragilidade desse modelo de desenvolvimento como ferramenta de ordenamento socioeconômico. Dentro desta ótica, tem se buscado um novo modelo de desenvolvimento, como uma alternativa de progresso, de natureza qualitativa ao invés de quantitativa, na qual se primaria por preceitos de sustentabilidade.

### **1.1.2 Utopias da Modernidade: Desenvolvimento e Progresso**

#### **1.1.2.1 Definição de Utopia**

O pensamento utópico pode ser compreendido como parte integrante de uma ideologia de dois fenômenos distintos, independentes em sua constituição ainda mesmo que associadas dialeticamente, a utopia e a distopia (MUNIESA, 1992). Ao se falar em utopia o imaginário coletivo tende a buscar a construção de um futuro idealizado com imagens mitificadas de situações reais.

A construção desses cenários paradisíacos segundo Muniesa (1992) reflete uma relação dicotômica entre utopia e distopia, e diagnostica uma sensação de descontentamento com a realidade. Em uma comparação freudiana, o autor afirma que “seria uma combinação entre a tendência ao prazer (o prazer) e o princípio de realidade (o ideológico)”. (MUNIESA, 1992, P. 19) Se estabelecem assim duas perspectivas entre utopia e ideologia em que a primeira seria um subproduto da segunda. Desta maneira a utopia pode ser compreendida como dissidência, desacordo com o presente, todavia com opção, que seria a construção desses locais ideais.

---

<sup>12</sup> Termo criado por Nye (2004) que traduzido para o português seria “poder brando”. Refere-se a artifício político utilizado por um ou mais países para impor, ou influenciar outros países por meio de ferramentas culturais ou ideológicas. Nesse caso em particular, o discurso de desenvolvimento pode ser compreendido como *Soft Power* uma vez que é um ideal desenhado por um determinado grupo e usado como estratégia política para alcance de um projeto geopolítico.

Utopia pode ser compreendida como dissidência, desacordo com o presente, todavia com opção, que seria a construção desses locais ideais. Seria uma visão de troca de um sistema imperfeito (o que é), para um ideal (o que deveria ser). Ou seja, a contradição entre duas visões que formariam força motriz para mudanças. Essas contradições moveriam o imaginário coletivo e o mobilizaria para um processo de construção/destruição contínuo. (MUNIESA, 1992)

Utopia pode ser compreendida como situação ideal e que reflete a insatisfação com a situação vivenciada. A partir daí pressupõe-se que por ser idealizada e fora da realidade ela seria inatingível. Se por qualquer razão a utopia vir a ser concretizada, ela deixa de ser utopia, pois por mais perfeita que fosse, estaria passível de ser insatisfatória para alguns, sendo gerada então uma nova utopia. Dessa maneira utopia pode ser definida como “o que deveria ser”, que é a força motriz de mudanças, sejam elas de grande ou de pequeno porte.

#### **1.1.2.2 A Construção do Pensamento Utópico**

Com o significado abstrato de “não lugar”, utopia foi uma expressão criada em 1516 por Thomas More em seu livro “A Utopia”. A narrativa da Utopia de More (2001) no caso refletia não apenas a insatisfação com a organização social de sua época, mas pode ser considerado como marco inicial de um movimento que expressava os anseios e temores ante a passagem do feudalismo para a idade moderna.

A relação da expressão “não lugar” com as mudanças das estruturas sociais evidenciada por More também foi enaltecida por Tommasio Campanella em 1623 em “A Cidade do Sol” e por Francis Bacon em 1627 com “A Nova Atlântida”. Essas três obras influenciaram a visão e percepção de harmonia social e criaram uma linha de pensamentos ocidentais ideais. Essas obras refletem uma profunda sensação de desesperança no progresso e de impossibilidade de realização de sonhos. De acordo com Oliveira (2002) as utopias podem ser compreendidas como lições de que por meio do esforço é possível atingir sonhos e objetivos. Ou seja, a força humana passa a ser elemento chave nessas narrativas de reorganização social.

As utopias ocidentais segundo Berlin (1991) são estáticas e têm como elementos comuns a harmonia social, abundância de recursos materiais e a inexistência de conflitos. Foram feitas como modelos para dinâmica comportamental com um estágio de transformações já atingido, que tem como principal objetivo principal a releitura da condição humana.

Dentro de suas utopias os autores anteriormente citados discorrem sobre o futuro em sociedades, onde há uma forte idéia de progresso atrelada à questão dos controles sobre o meio social e físico, e onde a prosperidade material é tida como motivo de felicidade. Ao combinarem idéias com imagens, as utopias se tornam mais populares e agem como discursos políticos ao mobilizarem o imaginário social para realização de uma nova ordem social. (OLIVEIRA, 2002)

Essas utopias refletem um descontentamento e apresentam propostas de reformas sociais de acordo com as convicções de seus autores. Trabalhariam como respostas para compreensão das idéias e desejos de determinada realidade, mas também para compreensão de sua herança sobre o imaginário social. Essa desilusão com a realidade presente pode ser compreendida como distopia. A concepção de distopia faz com que a compreensão da imperfeição trabalhe para a construção da idéia de perfeição, nesta lógica trabalha o pensamento ocidental para a construção de projetos utópicos. (BERLIN, 1991)

A grande influência das utopias sobre a sociedade é a propagação de novas idéias para a construção de novos projetos que incidam diretamente sobre a dimensão sociopolítica. As utopias de More a Bacon apresentam uma organização social que transcende ao Estado e foca na participação social (OLIVEIRA, 2002)

### **1.1.2.3 A Utopia da Modernidade**

A noção de modernidade está quase sempre associada à idéia de progresso, como avanços econômicos, técnicos e científicos, que muitas vezes denotam uma valoração nos campos moral, político e social. Dentro desta relação estabelecida com o progresso, o desenvolvimento é percebido universalmente como promotor de melhorias no meio social. Assim o desenvolvimento passa a ser idealizado e universalmente válido como instrumento indutor de condições desejáveis, assumindo caráter utópico. Para entender o desenvolvimento econômico como possível utopia é necessário primeiro que ele seja compreendido antes como fenômeno social, do que como resultado de crescimento econômico. Isso porque a idéia de desenvolvimento muitas vezes é correlacionada com progresso no inconsciente coletivo.

Conforme visto anteriormente, a construção da idéia do desenvolvimento na sociedade contemporânea teve seu início no período pós-guerra, no qual se identificou também que crescimento econômico estava alinhado à abertura das economias nacionais. (SACHS, 2007). Esse processo foi intensificado durante a globalização, o que de certa forma reforçou

a idéia das vantagens comparativas<sup>13</sup> de Ricardo. (BRITO & RIBEIRO, 2002). Desta forma o modelo de desenvolvimento adotado por grande parte dos países assume característica neoliberal, uma vez que prega pela abertura de mercados com menor interferência do Estado, bem como a implementação de políticas sociais.

O caráter social do desenvolvimento econômico se deve ao fato de que ele possibilita a implementação de mudanças sociais perceptivas. Dentro dessas mudanças a maior talvez seja o comportamento consumista da sociedade, na qual se observa uma hierarquização de necessidades. Esse processo de hierarquização se dá pelo número crescente de necessidades humanas decorrentes da diferenciação do sistema produtivo resultante da introdução de um sistema de inovações tecnológicas. (BUARQUE, 1990)

A relação existente entre modernidade e desenvolvimento está vinculada ao progresso, por ter assumido caráter de renovação dos sistemas. Assim na lógica do progresso o consumismo passou a ser um efeito social oriundo da renovação e da obsolescência programada.

De acordo com Bursztyn (1995) a origem desse modelo de desenvolvimento que estabelece a conexão entre consumo e sociedade está nas Revoluções Industriais. Foi na Revolução Industrial que se estabeleceram as relações diretamente proporcionais entre crescimento e consumo. Cristovam Buarque (1990) afirma que:

“paradoxalmente o que expande e consolida o sentimento de progresso no conjunto dos homens é mais o processo de descartar os bens de curta vida que produzem, do que a permanência dos resultados de produção. O progresso, como idéia generalizada, exigia uma acumulação de capital, um acervo tecnológico e um poder de organização social que permitissem eficiência crescente, capaz de acelerar o processo produtivo, a uma velocidade que todos os homens pudessem percebê-lo como experiência diária.”

(BUARQUE, 1990, P. 48)

Dentro desta lógica de progresso estabeleceu-se um paradigma do crescimento, que é basicamente movido pelos elementos chave de desenvolvimento, geração de riqueza e consumo.

---

<sup>13</sup>Trata-se de uma teoria econômica formulada por David Ricardo em 1817. Essa teoria prega que quando há comércio entre os países, de preferência sem restrições e/ou barreiras tarifárias, há um crescimento em níveis globais, pois cada país busca se especializar nos produtos no qual tem uma expertise maior a fim de promover um melhor dinamismo de sua economia por meio do comércio exterior. Em outras palavras: "Um país tem vantagens comparativas na produção se o custo de oportunidade da produção do bem em termos de outros é mais baixos que em outros países"

#### 1.1.2.4 Teoria Sociológica Clássica da Modernização

A teoria clássica da modernização analisa as implicações do sistema geográfico e global de “progresso moderno” para as economias periféricas. (PARSON & SMELSER, 1956). A teoria trata o desenvolvimento econômico como processo evolutivo e como mecanismo de transformação social.

De acordo com Bursztyn (1995) o pensamento de desenvolvimento se organizou a partir da idéia de progresso em escala valorativa e evolucionista. As teorias evolucionistas pregam que o desenvolvimento econômico é uma questão de curso a ser seguido. Os países desenvolvidos já teriam cursado o percurso do desenvolvimento e que a causa do subdesenvolvimento seria em virtude do desvio do referido percurso.

Desta maneira a modernização ocidental passou a servir de exemplo para países subdesenvolvidos. Brito & Ribeiro (2002) afirmam que o início do processo de implementação dos projetos de desenvolvimento se deu a partir de 1941, após a primeira guerra mundial. Na carta das Nações Unidas é possível notar correlação entre o processo de paz mundial e a segurança socioeconômica das nações.

Essa visão fez com que a década de 1950 presenciasse uma efervescência de programas desenvolvimentistas de cunho modernista fossem executados. Todavia na década de 1960 com a continuidade e/ou aumento dos patamares de pobreza e desigualdade social, esse modelo até então predominante de desenvolvimento começou a ser questionado. Essa crítica ao modelo de desenvolvimento ocidental pautado na produção e no consumo ganha força na década de 1970 com a crise ambiental. (BRITO & RIBEIRO, 2002)

Ainda segundo Brito & Ribeiro (2002) as críticas ao modelo de desenvolvimento ocidental se tornam menos persuasivas na década de 1980, retomando destaque em 1990 diante da reascensãodas questões sociais e ambientais acrescidas por um novo elemento globalização. O autor afirma que a desde David Ricardo (1772-1823) e Thomas Malthus (1766-1834) há uma visão de limites do crescimento que pode ser observada nas leis da população e dos rendimentos decrescentes.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup>A Lei dos Rendimentos Decrescentes, também conhecida como Lei das Proporções Variáveis é uma teoria econômica formulada por Malthus em 1767. Segundo essa lei, *coeterisparibus*, o produto marginal de um fator de produção será reduzido conforme aumento da quantidade utilizada desse fator.

### 1.1.2.5 A Cepal e a Crítica ao Modelo de Desenvolvimento

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) foi criada pela Organização das Nações Unidas após a segunda guerra mundial, programada para estudos na área de econômica com objetivo de criar estratégias que facilitem o desenvolvimento na América Latina.

Com um pensamento estruturalista de cunho marxista, a CEPAL se posiciona contrária ao impulso dado ao modelo desenvolvimentista único. O argumento se fundamenta em que a questão do subdesenvolvimento não se trata de atraso, mas de falhas estruturais existentes nas economias nacionais que impedem o desenvolvimento. (BRITO & RIBEIRO, 2002)

Dentre os grandes pensadores da escola cepalina destaca-se a figura de Raúl Prebisch que critica a teoria de desenvolvimento através da liberdade de mercados e das vantagens comparativas. Prebisch (1949) critica esse modelo de desenvolvimento econômico, pois afirma que há a criação de uma relação centro-periferia na qual os países desenvolvidos se especializariam em bens industrializados com maior valor agregado, enquanto que aos países subdesenvolvidos caberia a produção de bens primários. Uma das grandes críticas de Prebisch para o desenvolvimento com base agrícola estava na questão da estrutura agrária e também na baixa elasticidade-renda dos produtos primários de menor valor monetário.

Oswaldo Sunkel (1973) dialogando com a relação centro-periferia de Prebisch afirma que essa dicotomia econômica contribui para a concentração renda, que acaba apartando socialmente o mundo em duas classes distintas onde somente as elites desfrutariam das riquezas das nações. A ilustração 2 apresenta uma essa situação de maneira interessante, pois apresenta uma barreira invisível na qual uma minoria corresponde ao mundo dos ricos e tem acesso a diversas possibilidades e satisfação plena de seus desejos, enquanto a grande maioria está excluída desse círculo de abastança e configurando o mundo dos pobres.

Ilustração 2: Divisão Desigual das Riquezas



FONTE: Autora

Historicamente há uma visão de dois povos: Incluídos e Excluídos. A política de liberdade aos agentes econômicos nesse aspecto tem uma proposição política de auferir ao indivíduo a sua possibilidade de inserção através de seus próprios esforços, normatizando eticamente desta forma a exclusão (BUARQUE, 2003). A utopia moderna é então a de entender que no atual modelo econômico que todos são iguais.

Bursztyn (2001: 67) afirma que o atual modelo econômico é amparado pelo neoliberalismo, o que resulta numa aberturas dos países para entrada de diferentes mercadorias, contudo, “constrói muros e barreiras sanitárias para deter as hordas fora dos limites territoriais das nações ricas”.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1975), com sua teoria da dependência, também criticam a teoria da modernização de ideologia liberal e evolucionista. O argumento principal dos autores é de que é possível a implementação de um projeto de desenvolvimento dependente e associado, por meio da ação participativa dos atores sociais que podem agir ante as pressões sociais.

Observa-se que desenvolvimento e modernidade sempre se relacionam. A busca pelo desenvolvimento cria então o mito do desenvolvimento. Celso Furtado (1920-2004) é outro importante estruturalista que vai de encontro à teoria da modernização. Furtado (1976) afirma que o desenvolvimento econômico se estrutura de formas diferentes nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Ele também afirma que o subdesenvolvimento não é um fenômeno natural, mas sim como um evento induzido pelos modelos de desenvolvimento.

Reforçando essa idéia de mito ou utopia sobre o desenvolvimento, Machado (2005) afirmar que a construção desse “mito do desenvolvimento” por nações subdesenvolvidas assentou-se em um discurso centrado na trajetória dos países industrializados europeus e norte-americanos, como uma “espécie de transplantação geográfica”.

O nível de desenvolvimento econômico atingido por esses países passou a ser tido como parâmetro de medida de atraso ou de progresso. Com base nesse parâmetro o conceito de subdesenvolvido foi formulado, bem como uma gama de teorias político-econômicas voltadas para superação do atraso e da miséria por parte dos países subdesenvolvidos.

Dialogando com Sunkel, Furtado afirma que no capitalismo cêntrico a acumulação de capital avançou a repartição das rendas funcional e social, traduzindo-se por uma tendência à homogeneização de padrões de consumo. Segundo o autor:

"O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevada que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova cabal de que o desenvolvimento econômico a idéia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos é simplesmente irrealizável"

(FURTADO, 1976. P. 75)

O autor expõe ainda, seguindo a lógica do capitalismo periférico, a industrialização provida durante o regime ditatorial no Brasil como indutora da concentração de renda e exclusão socioeconômica para a maior parte da população, fazendo com que apesar do desenvolvimento e da modernização o país continuasse com traços de subdesenvolvimento. Dentro das principais disparidades apresentadas pelo autor destacam-se:

- a) grandes disparidades na produtividade entre áreas rurais e urbanas;
- b) grande maioria de sua população vivendo em um nível de subsistência fisiológica;
- c) massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas.

### **1.1.3 Utopias do Novo Desenvolvimento**

#### **1.1.3.1 Distopias do Novo Desenvolvimento**

O modelo de desenvolvimento atual é baseado na modernização industrial e busca o aumento da produtividade e a maximização do lucro. Esse modelo desenvolvimentista moderno tinha como objetivo atingir um grau de evolução e eficiência econômica que permitisse a realização de uma situação de satisfação de desejos e harmonia social.

Todavia esse modelo se transformou em um projeto normativo e teórico de modernização/racionalização. (BUARQUE, 1990)

O atual modelo de desenvolvimento que tem na modernização seu elemento chave é passível de muitas críticas devido aos seus efeitos negativos como concentração de renda e negligência ao meio ambiente. Assim pode se entender que o projeto de desenvolvimento pela modernização industrial, como modelo de evolução de sociedades, cumpriu parcialmente seus objetivos, sendo necessário um novo projeto de desenvolvimento que busque além do preenchimento das necessidades econômicas, também questões ambientais e sociais, criando dessa maneira um novo paradigma de desenvolvimento.

Assim, observa-se que o modelo de desenvolvimento adotado tem o conceito de progresso paulatinamente a ser substituído pelo conceito de crise. Isso porque dentro deste discurso de progresso observa-se um colapso das narrativas otimistas de mudança social e de evolução histórica que é a causa desse discurso de crise (SZTOMPKA, 1998).

De acordo com Bursztyn (1995) o atual padrão de desenvolvimento entende os recursos naturais como objetos para satisfação dos desejos do homem, criando dessa maneira uma relação de exploração e degradação entre homem e meio ambiente. Assim a revisão do conceito de desenvolvimento implica em uma releitura da relação homem e natureza. Segundo Sachs (2004) a busca por modelos alternativos devem demandar novas variáveis na dinâmica desenvolvimentista como os contextos históricos, culturais e institucionais.

#### **1.1.4 Novas Abordagens do Desenvolvimento: Projetos para Formulação de um Novo Desenvolvimento**

##### **1.1.4.1 O Projeto de Reformulação da Ordem Internacional**

O projeto de Reformulação da Ordem Internacional (ROI) teve origem na Iniciativa do Comitê Executivo e, em especial, do Presidente do Clube de Roma Dr. Aurélio Peccei. A proposta deste projeto era a criação de uma nova ordem internacional com base em um programa de ação que atingiria esferas sociais, políticas e econômicas.

O projeto teria como escopo a eliminação de injustiças existentes no sistema internacional entre nações e povos buscando a criação de um reordenamento na seara internacional visando à extensão da dignidade e do bem – estar a todos.

Neste projeto observa-se que os objetivos pleiteados possuem características materiais e não materiais, que vão desde o fluxo do consumo de bens até a liberdade dos homens. Para alcance de metas tão ambiciosas, o projeto prega pelo controle e pela intervenção direta sobre os agentes econômicos e instituições governamentais tanto nacionais quanto internacionais.

Esse projeto é o reflexo de uma desesperança com o progresso prometido no pós segunda guerra e com a divisão política e econômica estabelecida no sistema internacional, na qual há uma supremacia das nações desenvolvidas. Estabeleceu-se por intermédio do vínculo econômico uma continuidade das relações de exploração estabelecidas no colonialismo, onde as colônias apesar de serem independentes politicamente, são economicamente dependentes.

Essa reestruturação da ordem social da comunidade internacional visava além de uma mudança paradigmática dentro do sistema da economia internacional, uma alteração nas estruturas de poder, tornando as relações entre as nações mutuamente benéficas.

A agenda para as ações do projeto dividem-se em médio e longo prazo. O período de médio prazo corresponde aos dez anos compreendidos entre 1975 e 1985. O longo prazo é equivalente a vinte anos abrangendo desde 1980 até 2000.

Dentro do plano de metas político-econômicas encontram – se :

- a) Convencer a opinião pública e política
- b) Reforma do Sistema das Nações Unidas
- c) Garantia da Segurança Internacional
- d) Negociação de um Tratado – Arcabouço
- e) Soberania e a herança Comum da Humanidade

A utopia deste projeto de desenvolvimento político-econômico consiste no planejamento e do controle absoluto das instituições e dos comportamentos sociais, políticos e econômicos.

Contudo é possível notar que neste discurso há uma assimetria de poder entre os objetivos sociais e econômicos. Essa ambivalência de objetivos estabelece relações tensas entre as nações que deste modo desfavorecem tanto as políticas sociais como as políticas de apoio ao desenvolvimento econômico a países em desenvolvimento.

#### **1.1.4.2 Norte – Sul: Um Programa para a Sobrevivência**

Assim como o projeto de Reforma da Ordem Internacional da década de 1970 o programa Norte-Sul elaborado por uma comissão internacional independente, é uma manifestação ante as desigualdades econômicas e políticas existentes entre os países.

Menos ambicioso quanto ao controle sobre instituições econômicas, financeiras e políticas, mas com objetivos semelhantes o projeto buscou estudar as disparidades sociais e econômicas da comunidade mundial para auxiliar os tomadores de decisões a formularem políticas mais adequadas.

O objetivo do programa era também promover um desenvolvimento valorativo, que sugeria maneiras de promoção políticas de combate aos problemas econômicos envolvendo o desenvolvimento e atacando a pobreza absoluta.

A comissão pretende a implementação dos projetos através de programas de Cooperação Internacional, no âmbito de segurança e paz, acordos desenvolvimentistas, sistema monetário, proteção ao meio ambiente, energia, controle dos recursos naturais e do oceano, na lógica que os países cooperariam ou pereceriam. Levando em consideração necessidades e interesses humanos mútuos.

Nessa lógica de contorno das desigualdades e promoção da justiça internacional, foi elaborado um programa de emergência para os anos de 1980 a 1985. O plano teria como estratégia a transferência de recursos para países em desenvolvimento, estratégia internacional de energia, programa mundial de segurança alimentar e reformas no sistema econômico internacional.

Todavia as prioridades do programa para políticas a serem aplicadas no período entre 1980 e 1990 são:

- a) Prioridade das Necessidades da pobreza;
- b) Abolição da fome;
- c) Controle dos preços e dos fluxos das commodities;
- d) Competição justa de produtos manufaturados;
- e) Difusão de tecnologia de empresas transnacionais;
- f) Reforma do Sistema Monetário;
- g) Um novo avanço para o desenvolvimento financeiro
- h) Divisão de Poder

A utopia desse projeto consiste em agregar novas responsabilidades às nações com a esperança de promoção da justiça e da equidade social por meio da cooperação internacional.

#### **1.1.4.3 Desenvolvimento como Liberdade**

Com uma proposta totalmente diferenciada do que já tinha sido apresentado Sen (2000) afirma que não é sensato que o econômico seja o sentido da vida, e que o problema da pobreza não é a pobreza em si, mas a restrição que esta causa a vida das pessoas.

Surge então uma proposta de desenvolvimento valorativo na qual o mais importante do que as necessidades são os valores. No caso: necessidades básicas e valores básicos.

Sen (2000) entende que a questão do subdesenvolvimento como restrição, assim como a liberdade passa a ser uma questão primordial para o desenvolvimento. O desenvolvimento seria em si a remoção de fatores restritivos que possibilitem mais oportunidades para as pessoas exercerem suas ações.

Segundo ele as liberdades são essenciais dentro de uma sociedade, pois além de permitir o crescimento e a segurança da economia, promovem também o desenvolvimento social. Deve haver condicionantes que possibilitem a liberdade para que o desenvolvimento econômico possa de fato ocorrer como liberdade política, oportunidades econômicas e sociais, segurança protetora e garantias de transparência.

Essas liberdades trabalhariam da seguinte maneira: as liberdades políticas auxiliariam a promoção da segurança econômica, as oportunidades sociais facilitariam a participação dos indivíduos no meio econômico enquanto as oportunidades econômicas possibilitariam essa inserção. As liberdades interagem entre si e servem ao propósito de promoção da liberdade humana geral.

Por fim Sen (2000) entende que o desenvolvimento só se dará de maneira prolixa e efetiva com a inserção da liberdade, pois ela trabalha para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

#### **1.1.4.4 O Desenvolvimento Sustentável**

Assim como outras propostas alternativas de desenvolvimento, a construção do paradigma da sustentabilidade e/ou do desenvolvimento sustentável reflete em um

descontentamento com as conseqüências nefastas do atual modelo econômico. Desta maneira, ele pode ser considerado como fruto de uma distopia do desenvolvimento, considerando que, segundo Sachs (2004), ele passa a ser entendido como excludente, uma vez que segmenta e concentra tanto o poder político quanto o econômico.

Essa distopia teve o início de sua construção teórica com Rachel Carson e sua *Silent Spring*<sup>15</sup>(1962),que abriu caminho posteriormente para as demais teorias apocalípticas. Partindo desse pressuposto poderia se afirmar que o desenvolvimento sustentável é uma utopia, à medida que propõe um desenvolvimento ideal, fruto de uma distopia.

De acordo com Sachs (2007) o atual modelo de desenvolvimento é um exemplo de mau desenvolvimento. Isso porque ele consiste em um crescimento econômico forte, mas com impactos socioambientais bastante negativos. Assim Sachs (2004) defende que um desenvolvimento pleno deve englobar além da variável econômica, variáveis sociais, culturais, ecológicas, ambientais, políticas nacionais, políticas internacionais e territoriais. Todas essas variáveis devem ser contempladas para que de fato se possa auferir um real desenvolvimento, pois um crescimento econômico razoável com relativa distribuição social, segundo o autor, seria um “capitalismo reformado”.

O crescimento do movimento ambientalista desde a década de 1970 tem trazido à tona a necessidade de revisão dos modelos de desenvolvimento. Essa nova designação do desenvolvimento teria uma proposição além da social mostrada em modelos alternativos anteriores, também a problemática ambiental, caindo na lógica do ecodesenvolvimento e/ou da ecosocioeconomia tem sido popularizada como desenvolvimento sustentável. (SACHS, 2004) (KAPP apud in BRAGA, 2005)

O desenvolvimento sustentável englobaria de acordo com Veiga (2005) os conceitos de “socialmente includente, ambientalmente sustentável, e economicamente sustentado”. De acordo com Sachs (2004) o conceito de desenvolvimento sustentável extravasa as barreiras puramente ambientais, abarca também um significado de sustentabilidade social, moralidade e ética.

Esse discurso político de harmonização de metas sociais, ambientais e econômicas dentro do desenvolvimento, tem dificuldades de implementação de seus projetos pelo choque de interesses dessas áreas. Esse embate cria relações tensas que dificultam a implementação de políticas para articulação de espaços de desenvolvimento sustentável.

---

<sup>15</sup> Primavera Silenciosa

Essa dificuldade é dada, sobretudo devido a política econômica buscar a maximização de lucros num curto espaço de tempo, enquanto que por outro lado as estratégias para promoção de políticas de desenvolvimento sustentável exigem que haja um planejamento a longo prazo.

O desenvolvimento econômico tradicional atingiu um caráter utópico devido ao fato de serem atribuídas a ele possíveis melhorias trazidas pelo avanço técnico e pelo crescimento econômico. Contudo, efeitos nefastos como concentração de renda, pobreza e agressão aos recursos naturais também podem ser frutos de um modelo de desenvolvimento implantado.

A desilusão ou mesmo distopia com o atual modelo político-econômico acarreta em reflexões acerca da revisão do desenvolvimento, no qual a premissa básica de crescimento ilimitado ceda espaço novos elementos como as questões social e a ambiental.

A agregação de novas variáveis para políticas de desenvolvimento deve antes rever os conceitos de progresso e desenvolvimento fortemente arraigados na cultura ocidental, tendo em vista que suas perspectivas de crescimento são limitadas e acabam oferecendo riscos globais em troca de benefícios a uma parcela pequena.

Desta maneira, uma redefinição sobre o desenvolvimento com variáveis econômicas, sociais, políticas, culturais, duráveis, viáveis e humanas como proposto por Sachs (2004) além de englobar postulados morais e éticos. Essa remodelagem do desenvolvimento vai de encontro à teoria clássica de desenvolvimento e tenta propor um modelo ideal assumindo um caráter utópico.

Assim para elaboração, bem como a implementação de uma nova teoria de desenvolvimento é necessário que se rompa com modelos já prontos. Enquanto não houver essa quebra paradigmática, as análises comparativas acerca do desenvolvimento só produzirão modelos novos não passarão de utopias que permeiam o imaginário social.

#### **1.1.4.5 O Desenvolvimento Econômico no Brasil**

É impossível dissociar a plataforma de políticas econômicas das demais políticas governamentais. Isso porque é o sucesso das políticas econômicas que vão determinar o sucesso ou não de um governo a julgar pela opinião pública. Mankiw (2004) afirma que acontecimentos econômicos traçam as diretrizes principalmente no período eleitoral. Como ilustração dessa assertiva, o autor afirma que durante as eleições presidenciais de 1992 nos

Estados Unidos, o principal estrategista de Bill Clinton mantinha em seu escritório cartaz escrito “Economia Idiota” em letras garrafais. No Brasil, existem exemplos que não são muito diferentes. No discurso de posse de cargo da presidência da república, a frase proferida pela candidata eleita foi: “Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser, uma nação desenvolvida” (FARIA 2011).

Curiosamente ou não, o discurso de desenvolvimento na política brasileira vem embebido de populismo e de políticas assistencialistas com fins eleitoreiros. Para isso basta lembrar alguns dos famosos *slogans* de campanhas eleitorais exitosas, como por exemplo: “cinquenta anos em cinco” de Juscelino Kubitschek e o “levanta a mão, Fernando Henrique é um Brasil que vai crescer” de Fernando Henrique Cardoso.

A opinião pública sobre o andamento das políticas econômicas tem um peso razoável pelos tomadores de decisão dos governos estaduais e federal, considerando que essa mesma opinião pública elegerá seus governantes a cada quatro anos. Por conta disso, é possível verificar na fala de grande parte dos presidentes e governadores brasileiros um forte uso das palavras desenvolvimento e progresso em seus discursos, afinal de contas, “esse é um país que vai para frente”.<sup>16</sup>

Desta forma, o desenvolvimentismo é peça fundamental na política brasileira contemporânea, estando presente muito além dos discursos e sendo prioridade nas políticas públicas dos governos Vargas (1930-1945), Kubitschek (1956-1961), governos militares (1964-1985), Segundo Mandato do Governo FHC (1998-2002), Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014).

Desde o governo Vargas (1930-1945) observa-se que as políticas voltadas para o desenvolvimento focam no alcance de um progresso já atingido por nações européias e norte-americanas, que pode ser medido pelo grau de consumo dessas sociedades. Tendo como parâmetro os países desenvolvidos, regiões como a Amazônia Legal Brasileira, com um índice baixo de urbanização eram compreendidas pelo governo federal, principalmente antes da década de 1980 e do movimento dos seringueiros acreanos, como áreas “abandonadas”, “atrasadas” e “subdesenvolvidas”. Desta forma, o “desbravamento” de áreas

---

<sup>16</sup>Durante o período do Milagre Econômico compreendido entre 1969 e 1973, o governo ditatorial brasileiro explorava ao máximo do uso da mídia para divulgação de propaganda nacionalista e ufanista que faziam referência direta aos altos índices de crescimento alcançados pelo país. “Esse é um país que vai para frente”, “Pra frente, Brasil”, “Brasil, ame – o ou deixe – o”, “Brasil Potência”, “Ninguém segura esse país”, são exemplos de alguns dos slogans que caracterizavam esse tipo de propaganda, que foi fortemente apoiada pelo governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici.

naturais nas regiões centro-oeste e norte do país era visto como uma política de combate ao subdesenvolvimento e que levaria o progresso para essas regiões.

Considerando isso, desde então a política brasileira para desenvolvimento para essas regiões está focada na construção de rodovias, pois desenham o modelo de ocupação e uso da terra. Dessa forma o Estado primou pela elaboração de políticas públicas de desenvolvimento econômico embasadas na expansão da cadeia agropecuária englobando simultaneamente um projeto de modernização agrícola e de ampliação da rede rodoviária. Essa política de expansão da malha rodoviária como estratégia de desenvolvimento foi iniciada por Getúlio Vargas, continuada por Juscelino Kubitschek, intensificada pelos governos militares da década de 1970, abandonado nas décadas de 1980 e 1990 e retomado a partir de 2000.

Dentro desse modelo econômico impera uma concepção simplista de desenvolvimento econômico no qual este se confunde com crescimento. Se apoderando do discurso do paradigma capitalista o desenvolvimento teria como um de seus principais indicadores o nível de consumo da população. Esse modelo de desenvolvimento tem como bases o crescimento econômico assumido, agressão aos recursos naturais e repressão social. Dentro dessa lógica de desenvolvimento o crescimento do PIB passa a ser prioridade, enquanto que temas socioambientais são “obstáculos” para alcance de metas econômicas.

Veiga (2005) entende que o atual modelo de desenvolvimento tende a confundir progresso com crescimento econômico, entretanto, o autor entende que o crescimento econômico é um sintoma da modernização somente das elites e que por essa razão não deve ser encarado como desenvolvimento. No caso do Brasil, observa-se que assim como outros países da América Latina, o país apresentou uma trajetória de crescimento rápido, porém socialmente perverso, modelo este conhecido como, excludente e concentrador. Dentro desta temática Sachs (2004) afirma que o crescimento econômico é uma variável crucial no processo de desenvolvimento, contudo, não deve ser considerado como elemento único.

### **1.1.5 Teoria Sociológica da Modernização e o Desenvolvimento no Brasil**

#### **1.1.5.1 Teoria da Modernização e a Difusão da Inovação**

Dentro da teoria de desenvolvimento a teoria da modernização prega que o desenvolvimento econômico pode ser alcançado utilizando mecanismos já usados por

países plenamente desenvolvidos. Nesta teoria o Estado assume papel central no processo de modernização como agente provedor de mudanças. Assim, essa teoria é construída sobre a possibilidade de construção de um padrão de desenvolvimento igualitário entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Segundo Inglehart&Wenzel (2005) a teoria da modernização tem como preceito fundamental a concepção de desenvolvimento econômico e progresso humano como forças motrizes para transformações nas estruturas sociais, culturais e políticas. Assim a percepção de modernização pela sociedade se dá mediante a presença dessas mudanças nas realidades socioeconômicas.

Para Peet (1999) essa visão evolucionista e progressiva do desenvolvimento econômico no pensamento sociológico se enquadra na escola do funcionalismo estrutural. Essa escola combina naturalismo com racionalismo como base filosófica de uma teoria evolucionista de modernização convergindo com aspectos da atividade social.

No processo de desenvolvimento via implementação de um modelo de modernização a tecnologia desempenha papel crucial, pois há uma crença de que a introdução e incremento da mesma em países subdesenvolvidos seria um mecanismo de estímulo ao crescimento econômico.

A tecnologia inseriu-se desta maneira nas estruturas sociais e econômicas sob o paradigma da modernidade desde a Revolução Verde por meio do discurso difusionista-desenvolvimentista. O progresso tecnológico vislumbrado pelas novas técnicas adotadas permitiu a melhoria da produção tornando dessa maneira um processo necessário. (GOMES & GOMES, 2007) Para Rogers (1995) esse processo é imprescindível, todavia é importante cautela para difusão de projetos de modernização e/ou da inovação.

De acordo com Rogers (1995) a transferência de tecnologia discorre da idéia de que o desenvolvimento tem na adoção e difusão de inovações tecnológicas elementos indispensáveis no processo de modernização. Dessa forma a difusão da inovação tem como consequência uma mudança social profunda que direciona o tradicional para o moderno.

Assim Rogers (1995) entende difusão como um processo de transmissão de inovações dentro de um sistema social. Neste processo de difusão de tecnologias o indivíduo é agente fundamental para as tomadas de decisões. Isso por que a adoção de inovações é um processo individual de decisão no qual cada um dos membros de um dado sistema social tem influência. O modelo de difusão de tecnologia então pressupõe que a

adoção de novas idéias deve ser distribuída aos indivíduos e não adaptadas no processo de adoção de difusão. Na verdade a inovação será adaptada no sistema a medida que os receptores passarem a adotar as novas técnicas.

Neste sentido Rogers dialoga com outros críticos do modelo de modernização compreendendo que é necessário mudanças estruturais nos projetos de modernização de países em desenvolvimento e que deve ser um modelo construído por complexidades socioculturais endógenas ao invés da adoção de modelos de desenvolvimento externos.

Segundo Rogers (1995) os modelos participativos para o desenvolvimento são importantes, pois é através da compreensão dos indivíduos sobre os benefícios da inovação que haverá um aumento de sua utilidade. Nesse caso a idéia de desenvolvimento está atrelada a noção de mudança do tradicionalismo à modernidade produzido pelo emprego de novas tecnologias para alcance do progresso material, passando pela preocupação com a justiça, sem a qual o desenvolvimento realmente democrático é impossível.

#### **1.1.5.2 O Modelo de Modernização Conservadora da Agricultura Brasileira**

O modelo de desenvolvimento adotado para a Amazônia Brasileira é calcado em um projeto de modernização que objetivava prover as estruturas da economia da região de avanços tecnológicos. Contudo este projeto de modernização é tido como conservador por manter intactas as estruturas sociais. Isso porque a modernização instaurada na região consistiu na construção de bases para uma sociedade urbano-industrial concomitantemente com a manutenção das estruturas socioeconômicas de propriedade e trabalho no campo. (GRAZIANO DA SILVA, 2000).

As políticas públicas para Desenvolvimento e Modernização da Agricultura articuladas pelo na Região Norte tinham como base o crédito rural subsidiado pelo Governo Federal. Nesse contexto o Estado foi ator social fundamental no processo de transformação da região. Todavia é importante saber que as políticas públicas de modernização da agricultura produzidas também são frutos de uma relação estabelecida entre o Estado e grupos privados com interesses no desenvolvimento de certas culturas para exportação. (BALSAN, 2006)

De acordo com Graziano da Silva (2000) o objetivo da política de crédito rural subsidiado era de prover um mercado propenso para máquinas, equipamentos e insumos agroquímicos produzidos internamente e financiar, os meios de produção necessários a

transformação de base. O próprio capital industrial ficou subordinado ao comercial e aos interesses de uma elite agrícola para a agroexportação. Assim o Estado tornou-se parceiro e instrumentos das elites agrárias (DOMINGUES, 2002)

A “modernização conservadora” da agricultura nas regiões Norte e Centro-oeste ainda impulsionou a produção agropecuária via importação de novas técnicas e de novas áreas. Entretanto ela também provocou um aumento na concentração da riqueza e da renda que resultaram em dificuldades de acesso a terra e à um aumento do êxodo rural, dos índices de desemprego e subemprego sazonal, e da violência no campo. (GRAZIANO DA SILVA, 1988)

Do ponto de vista econômico, tecnológico e infraestrutural, o desenvolvimento induzido pela esfera governamental na Amazônia inseriu ganhos significativos para a região, mas levando em consideração fatores como desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental, os programas governamentais mostram pouca eficiência. Isso porque os programas desenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970 priorizaram em um primeiro momento a agricultura familiar e a fixação do homem no campo, todavia, com a desassistência do Estado, esse modelo entrou em colapso e cedeu espaço para grandes empresas agrícolas.

A grande problemática do modelo de desenvolvimento agrícola na Amazônia é que ele fortaleceu uma dinâmica de ocupação territorial que exige reaplicabilidade e expansão do sistema de latifúndios e o manejo para o plantio, sempre relacionada diretamente a trajetória de grande degradação ambiental. Como consequência surge os conflitos entre produtores com populações indígenas, pequenos proprietários e comunidade local e o potencial impacto em ecossistemas ainda intactos.

Os projetos para desenvolvimento agrícola na Amazônia criaram um quadro no qual atualmente às atividades monocultoras (soja e pecuária) não necessitam mais de grandes incentivos para ser expandida devido a sua lucratividade.

A história do país já provou que desenvolvimento econômico sustentado por grandes monoculturas das *commodities* internacionais não é viável no longo prazo. É preciso que se desenvolvam projetos de desenvolvimento econômico que não estejam necessariamente ligados às demandas internacionais de bens primários e reúnam novas variáveis.

A agregação de novas variáveis para políticas de desenvolvimento deve antes rever os conceitos de progresso e desenvolvimento fortemente arraigados na cultura ocidental,

tendo em vista que suas perspectivas de crescimento são limitadas e acabam oferecendo riscos globais em troca de benefícios a uma parcela pequena.

## 1.2 Políticas para a Conservação no Brasil: O Desafio em se Criar e Manter Áreas Protegidas em meio a um Cenário de Políticas Desenvolvimentistas

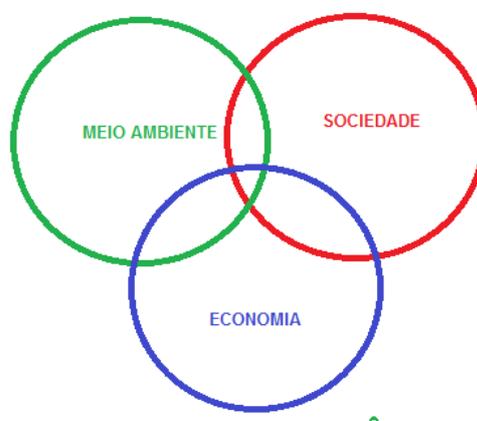
### 1.2.1 A Política de Áreas Protegidas no Brasil

#### 1.2.1.1 A Proteção Ambiental na Legislação Brasileira

A proteção ambiental está contemplada na legislação brasileira desde a promulgação da Constituição Federal de 1934 que demonstrava preocupação com a preservação das “belezas naturais”. Todavia, segundo Schittini (2009) a preservação ambiental é tratada de maneira bastante romântica e pouco pragmática, diferentemente da Constituição Federal de 1988. A CF de 1988 compreende o Meio Ambiente como patrimônio nacional e roga por um desenvolvimento mais equitativo e sustentado em longo prazo para defesa de interesses econômicos do país. Dessa forma, cabem ao Estado o direito e dever de defender a preservação dos recursos naturais brasileiros.

A legislação brasileira, no que tange a inserção de leis específicas para a proteção ambiental está muito a frente do que muitos países. Isso por que na própria Constituição Federal de 1988, observa-se que as leis buscam fazer a interação entre sociedade, economia e meio ambiente. (SOUZA et al, 2006)

Ilustração 3: Interação sociedade, economia e meio ambiente na seara da Constituição Federal.



Fonte: Adaptado de Lins &Wajnberg (2007)

Promulgada em 1988, momento de redemocratização política e maior manifestação da sociedade civil que se fazia ouvir por meio de seus pleitos, a atual Constituição Federal Brasileira é inovadora por adotar em sua legislação a variável ambiental, ao disponibilizar um capítulo inteiro sobre o Meio Ambiente. O artigo 225 da Constituição Federal roga sobre a proteção ambiental e define parâmetros no modo de efetivação à proteção do equilíbrio ecológico. O artigo 225 defende que:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações.”

(BRASIL, 1988, P. 99)

De acordo com Sirvinskas (2003) ao utilizar as expressões “meio ambiente ecologicamente equilibrado” (artigo 225, caput, da CF) e “*desenvolvimento econômico*” (artigo 170, VI, da CF), a Constituição Federal Brasileira fica imbuída de conciliar ambos, para que seja encontrado senso comum para que possa ser feito um planejamento contínuo, no qual cada um consiga exercer suas atribuições. Nas palavras de Sirvinskas (2003):

“... atendendo-se adequadamente às exigências de ambos e observando-seas suas inter – relações particulares a cada contexto sociocultural, político, econômico e ecológico, dentro de uma dimensão tempo/espaço.”

Dessa maneira, a Constituição consegue abrigar um viés de sustentabilidade, uma vez que, prega um desenvolvimento com bases sustentáveis. Além do artigo 225 da Constituição Federal brasileira, outros dispositivos e instrumentos legais de vanguarda fazem referência a proteção ao Meio Ambiente na legislação brasileira, dos quais os principais são:

- A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) em 1981;
- Criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) em 1981, definido pela lei nº 6939 como modelo de integração sociedade e estado no que tange a tomada de decisão da gestão ambiental;
- Criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 1989 por meio da Lei nº 7.735 com a missão de executar as Políticas Nacionais de Meio Ambiente com referência a preservação e uso sustentável dos recursos naturais.

De acordo com Floriano (2007), toda a legislação e diretrizes políticas voltadas para questão ambiental no Brasil estão focadas em instrumentos de gestão ambiental, conforme pode ser verificado na tabela:

Tabela 1: Principais Instrumentos da Política Ambiental Pública Brasileira

<b>Gênero</b>	<b>Espécie</b>
<b>Controle e Comando</b>	Padrão de Emissão
	Padrão de Desempenho
	Proibições e restrições sobre o produto, comercialização e uso de produtos
	Licenciamento Ambiental
<b>Econômico</b>	Tributação sobre poluição
	Tributação sobre o uso dos recursos naturais
	Incentivos fiscais
	Criação e sustentação de mercados
	Financiamentos em condições especiais
	Licenças negociáveis
<b>Diversos</b>	Educação Ambiental
	Reservas Ecológicas e outras áreas de proteção ambiental
	Informações ao público
	Mecanismos administrativos e jurídicos de defesa do meio ambiente

Fonte: Barbieri apud Silva Filho (1999). Adaptado de Floriano (2007)

### 1.2.1.2 A Política Nacional de Meio Ambiente

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) foi criada em 1981 por meio da Lei N° 6.938. De acordo com o Artigo 2º da Lei N° 6.938 a PNMA tem como objetivos a preservação e a melhoria e recuperação da qualidade de ambiental com vistas a assegurar

o desenvolvimento socioeconômico, a segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana, atendendo os seguintes preceitos:

I – Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II – Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III- Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV – Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V – Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI – Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII – Acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII – Recuperação de áreas degradadas;

IX – Proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X – Educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

A PNMA é responsável também pela criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), que é liderado por um órgão superior, o Conselho de Governo, que tem a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política e das diretrizes ambientais no país. A PNMA tem como base de sua estrutura cinco pilares (apoiados em ferramentas, sistemas e metodologias) são eles: Licenciamento ambiental, incentivos econômicos, inibições econômicas, punição e conservação. (FLORIANO, 2007)

Assim sendo, observa-se que a política de gestão ambiental brasileira tem no escopo de suas ações atividades que contemplem o comando, controle e conservação ambiental. As atividades de comando e controle se dão por meio do licenciamento ambiental, que busca amenizar e controlar os efeitos de atividades antrópicas, enquanto que as de conservação se dão por intermédio de criação de unidades de conservação. (FLORIANO, 2007). No que se refere a conservação de áreas protegidas, o instrumento legal de maior

importância no âmbito da PNMA é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma vez que ele é responsável pela definição e regulamentação de unidades de conservação.

### 1.2.1.3 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

A Lei do SNUC, N° 9.985, instituída em 18 de julho de 2000, foi regulamentada pelo Decreto n° 4.340 de 22 de agosto de 2002. A Lei do SNUC divide as unidades de conservação em duas modalidades distintas, são elas: Área de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Por área de proteção permanente entendem-se as seguintes unidades de conservação: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parques (Nacional, Estadual ou Natural Municipal), Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre, enquanto as de Uso Sustentável compreende Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural, conforme pode ser vislumbrado na tabela

Tabela 2: Unidades de Conservação Contempladas pelo SNUC

<b>I Unidades de Proteção Integral</b>	<b>II - Unidades de Uso Sustentável</b>
<b>Estação Ecológica</b>	<b>Área de Proteção Ambiental</b>
<b>Reserva Biológica</b>	<b>Área de Relevante Interesse Econômico</b>
<b>Parque Nacional</b>	<b>Floresta Nacional</b>
<b>Monumento Natural</b>	<b>Reserva Extrativista</b>
<b>Refúgio de Vida Silvestre</b>	<b>Reserva de Fauna</b>
	<b>Reserva de Desenvolvimento Sustentável</b>
	<b>Reserva Particular do Patrimônio Natural</b>

FONTE: Ministério do Meio Ambiente (2000). Adaptado pela Autora.

### 1.2.2 APolítica de Criação de Áreas Protegidas

Fortemente influenciado pelos movimentos artísticos do Romantismo e do Iluminismo, o movimento de preservacionista nasceu da idealização da natureza nesses movimentos. As primeiras propostas de preservação da natureza surgiram com George Catlin (1796 –

1872) em 1830, mas o marco inicial da história das áreas Protegidas se deu em 1º de Março de 1872 com a criação do Parque Nacional de Yellowstone nos departamentos de Wyoming, Montana e Idaho nos Estados Unidos. (SCHITTINI, 2009)

O movimento pró áreas protegidas no Brasil teve seu início com ensaios de José Bonifácio de Andrade e Silva, todavia, as primeira propostas para implementação de áreas protegidas são de autoria de André Rebouças. Os projetos de Rebouças remetiam à criação de áreas de preservação em sete quedas e na ilha do Bananal. Essas propostas não foram executadas, e a primeira área protegida criada foi a do Parque do Itatiaia. (SCHITTINI, 2009)

Com a criação do Parque Nacional do Itatiaia em 1930, a discussão sobre a criação de áreas protegidas como política pública no Brasil teve seu início. Apesar desse esforço, demais atividades no sentido de criação de áreas protegidas por parte do poder público, foram feitas de maneira muito lenta. Todavia a situação se reverte na década de 1980, quando são criadas 92 novas UC's totalizando um total de 21,5 milhões de hectares, totalizando 28.697.297,86 de hectares de área protegida no Brasil, lembrando que desse total não estão inclusas as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Vale a pena ressaltar que é nessa década também que são criadas mais novas duas categorias de UC, a Estação Ecológica e a Área de Proteção Ambiental. (DRUMMOND, FRANCO & NINIS, 2006)

A década de 1990 presenciou em período de desaceleração de criação de UC's, mas a partir de 2000 houve uma retomada das políticas de criação de áreas protegidas. Conforme pode ser visualizado no quadro seguinte, há variações bastante expressivas na criação de unidades de conservação em cada década. Os ápices de criação são nas décadas de 1980 e 2000. A prioridade dada à criação de áreas protegidas na política brasileira nessas décadas tem como principal justificativa o fator político.

O primeiro encontro para debate de propostas para conservação ambiental foi a Conferência Brasileira de Proteção da Natureza. A conferência ocorreu em 1934 e segundo Franco (2002) teve influência direta do movimento romantismo, no qual a percepção do público presente na conferência sobre a natureza era excessivamente idealizada e nacionalista. Contudo, haviam também aqueles que se alinhavam mais a corrente racionalista e pregavam pela melhoria da relação homem e meio ambiente. Os principais temas discutidos diziam respeito à natureza selvagem, preservação por interesse estético, científico e educativo.

Depois de 1934, o desenho de políticas ambientais foi moroso, só havendo outro marco importante em 1958 com a criação da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN). A FBCN defendia a criação de áreas protegidas e a pesquisa científica como ferramentas fundamentais para preservação ambiental. De sua colaboração com o Estado e a sociedade civil surgiram a criação de algumas unidades de conservação nas décadas de 1950 e 1960. (SCHITTINI, 2009)

Segundo Franco (2000, *apud in SCHITTINI 2009*) o principal desafio enfrentado pela FBCN era a propagação da “*ideologia do progresso*” que impulsionava cada vez mais o avanço da fronteira agrícola e o desenvolvimento econômico e tratava com retranca a abertura de novas áreas destinadas exclusivamente para preservação ambiental.

O interesse do Governo Militar em suscitar questões referentes a preservação de áreas naturais na década de 1970 teve como motivação pressões internas, mas principalmente externas. A opinião pública internacional que avaliou negativamente a posição brasileira assumida na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano realizada em 1972, trouxe a tona a necessidade de que o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental caminhassem juntos. (MCCORMICK, 1992)

Coincidentemente ou não, as décadas de 1980 e 2000 foram marcadas por duras críticas internacionais quanto à capacidade do Estado brasileiro de conseguir gerir de maneira satisfatório seu patrimônio natural. Em 1980, a grande devastação provocada na Amazônia brasileira seja pelas queimadas, seja pelo apetite voraz dos madeireiros despertou a atenção externa para o que ocorria dentro do país. Outro marco importante da década de 1980 que na pode ser esquecido é a campanha internacional contra a devastação da floresta promovida por Chico Mendes.

A campanha de Chico Mendes teve repercussão tal que em 1987, o seringueiro recebeu a visita de representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) em Xapuri. Dois meses após esse encontro O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) suspende o financiamento de empreendimentos que desrespeitem o meio ambiente. (Instituto Chico Mendes, 2010).

Como resposta a críticas e pressões internacionais, observa-se um aumento significativo das unidades de conservação em território brasileiro na década de 1980. Na década de 1990, há pouca criação de unidades de conservação, todavia, observa-se a ascensão do movimento socioambientalista brasileiro.

Desta forma, percebe-se que a criação e o manejo de unidades de conservação possuem razões que ultrapassam a “consciência socioambiental”, agregando também fatores políticos, econômicos e sociais. Schittini (2009) afirma que há dentro do modelo de conservação brasileiro o fator ideológico, que faz com que as opiniões entre os modelos a serem adotados sejam divididos entre preservacionistas e conservacionistas.

Os conservacionistas, que seguem uma linha de pensamento alinhada a de Antônio Carlos Santana Diegues, fazem uma ríspida crítica ao modelo de áreas protegidas adotado no Brasil, que seria o de preservação ecológica. Uma das principais críticas feita pelo grupo é de a criação de parques e reservas como instrumento de conservação ecológica foi transposto dos Estados Unidos para o Brasil.

Diegues (2001) afirma que esse modelo de preservação deriva de uma corrente de pensamento naturalista, surgida no século XIX que originou um “mito moderno” de paraíso perdido. Esse mito teria ganhado força nos Estados Unidos e sido acrescido de conceitos-chaves como ecologia, ecossistema, biodiversidade, espécies, inventário, *hotspots* entre outros, se solidificando como corrente de pensamento racional e sendo modelado como *neomito*. Esse *neomito* foi de certa forma, exportado para os países de terceiro mundo como modelo de preservação a ser adotado, todavia, esses países têm realidades sociais, culturais, econômicas e ecológicas diferentes da estadunidense.

Como sugere no título de seu livro (o mito moderno da natureza intocada), Diegues (2001) afirma que esse estado puro e intocado da natureza não é factível. O Brasil tem uma realidade ambiental bastante diferenciada, pois suas florestas abrigam populações tradicionais<sup>17</sup> que já possuem uma percepção socioambiental própria, uma vez que é dentro da floresta que essas populações estabelecem suas relações socioculturais e estabelecem seus próprios mitos. Ao criar Parques Nacionais (PARNA), a legislação brasileira que não permite a presença de comunidades nessas áreas, muitas vezes retiram essas populações tradicionais de seus locais de origem, o que gera um embate social, cultural, político e até mesmo ético.

Os conservacionistas também são alvo de críticas no âmbito da corrente preservacionista. De acordo com Milano (2002) (*apud in* Schittini 2009) a principal crítica concernia ao modelo de gestão de unidade de conservação sugerido pelos conservacionistas. Os preservacionistas alegam que o modelo de integração natureza +

---

<sup>17</sup>Lêem-se como populações tradicionais, pescadoras, ribeirinhos, indígenas, seringueiras, castanheiras, extrativistas, e demais populações que encontrem na floresta seu meio social.

homem trazia uma ruptura com o real objetivo de uma área protegida, que é de proteção irrestrita da natureza.

A discussão sobre populações humanas em áreas protegidas tomou maior dimensão no III Congresso Mundial de Parques e Áreas Protegidas realizado em Bali no ano de 1982, posteriormente tomou maior repercussão no IV Congresso Mundial de Parques e Áreas Protegidas, na cidade de Caracas em 1992, e mais uma vez em no V Congresso Mundial de Parques em Durban no ano 2003. (CÂMARA, 2004)

Os preservacionistas no Brasil, eram bastante alinhados ao pensamento de Kenton Miler, e os principais ícones brasileiros foram Gary Wetterberg, consultor da *Food and Agriculture Organization* (FAO) e Maria Tereza Jorge de Pádua, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que juntos elaboraram a primeira proposta de criação sistemática de áreas protegidas munidos do melhor arcabouço técnico científico disponível. (SCHITTINI, 2009)

Com a morte de Chico Mendes em 1988, vem a tona a discussão pública sobre a inserção de populações tradicionais nas políticas de proteção a natureza. Com a abertura política do país observa-se também uma reestruturação da sociedade civil organizada que entra como A década de 1990 foi marcada pela ascensão do socioambientalismo.

Para Alier (2007) o Socioambientalismo, ou novo ecologismo, se difere do Conservacionismo (entendido pelo autor como evangelho da ecoeficiência) e do preservacionismo (definido pelo autor como culto à vida silvestre). Ao integrar a problemática da justiça social a da questão ambiental, cria – se no movimento ambientalista contemporâneo, o que Alier (2007) define como “Ecologismo dos Pobres” e/ou “Ecologismo da Sobrevivência”.

Essa nova vertente do movimento ambientalista difere-se das conservacionistas e preservacionistas ao integrar em sua proposta de democracia ambiental as variáveis de equidade social e diversidade cultural. Assim, essa democracia socioambiental garantiria a retomada social de recursos naturais tendo como base o respeito à diversidade biológica, à identidade étnica e a capacidade de gestão de recursos naturais por populações tradicionais. (ALIER, 1998)

Desta maneira, o socioambientalismo tem como objetivo encontrar caminhos para uma melhor distribuição social de recursos econômicos e ecológicos. Segundo Alier (1998, P.

36): “... a categoria essencial é a distribuição ecológica, ou seja, o acesso desigual ao uso de serviços e recursos da natureza.”

Para Borinelli&Laza (SD) dois importantes pontos devem ser considerados nesse movimento de integração sociedade – meio ambiente: I) “*A reconstrução histórica das relações sociedade-natureza*”, na qual limites da apropriação do trabalho e dos recursos naturais sejam apontados. II) Delineamento de uma estratégia socioambiental de desenvolvimento concomitante a construção histórica de conhecimentos de aproveitamento de recursos naturais.

O movimento socioambientalista no Brasil surgiu com a idéia de a pobreza e a degradação ambiental têm as mesmas raízes históricas. O movimento socioambientalista brasileiro, caracterizado por fazer a junção da causa contra a degradação ambiental a da justiça social, ou seja uma pleito para aqueles que eram excluídos política e economicamente. Essa ponte feita entre os movimentos sociais e ambientais foi muito mais pessoal do que organizacional. (HOCHSTETLER & KECK, 2007)

Muitos fatores contribuíram para o surgimento do Socioambientalismo como corrente sociopolítica de demanda social como um movimento organizado e de importância dentro da construção das políticas para o Meio Ambiente. Como dito anteriormente, estão como causas principais: A abertura política, que permitiu uma concreta estruturação da sociedade civil organizada, a discussão sobre o papel das comunidades tradicionais e, sobretudo, a pressão da comunidade internacional sobre o governo brasileiro.

Segundo Hochstetler&Keck (2007) entre as explicações para o surgimento, crescimento e solidificação do movimento socioambientalista no Brasil está calcada no processo de democratização do país, com a discussão sobre as relações entre populações tradicionais e meio ambiente e o processo preparatório para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida popularmente como ECO 92.

Ainda de acordo com Hochstetler&Keck (2007) além dessas causas deve ser considerado também o clima de tensão social que pairava sobre o país considerando as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país naquele momento como as crises inflacionárias e deficitárias, além da estagnação econômica.

De acordo com Santilli (2005) a Aliança dos Povos da Floresta, um dos movimentos mais marcantes da história do socioambientalismo brasileiro influenciou bastante a criação

de áreas protegidas no país. Isso porque incentivou a criação das reservas extrativistas, uma categoria de unidade de conservação concebida para contemplar em um primeiro momento os pleitos das populações tradicionais da Amazônia. Com a repercussão internacional da luta de Chico Mendes e do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), as reservas extrativistas passaram a ser tidas como modelo para elaboração de políticas públicas “como via de desenvolvimentos sustentável e socialmente equitativos para a Amazônia”. (SCHITTINI, 2009)

Contudo, o marco de demonstração da aceitação do desenvolvimento sustentável no Brasil se deu na Conferência Rio 92, no qual seu relatório consta que o Brasil acatou o conceito e tentou demonstrar uma capacidade jurídica institucional para exercer as condições estabelecidas.

Muitas políticas públicas de caráter ambiental derivam de posicionamentos assumidos pelo país na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) do Rio de Janeiro, também conhecida como Rio 92, ou ECO 92, ou Cúpula da Terra. Outra importante Conferência Ambiental Internacional foi a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, na qual foi ratificado pelo país o Protocolo de Kyoto.

Observa-se que o posicionamento adotado pela chancelaria brasileira nas três principais conferências ambientais internacionais (Estocolmo, Eco 92 e Convenção Quadro de Mudança do Clima) é bastante divergente entre elas, de bastante relutante quanto à questão ambiental, o país passou a ser bastante ativo nas Conferências seguintes.

Essa mudança na postura do Itamaraty reflete a incorporação de uma percepção de sustentabilidade não só na política externa brasileira, como na política nacional do país. Isso é perceptível em um primeiro momento nas decisões tomadas pelo país nessas conferências e posteriormente na elaboração de políticas públicas voltadas para a proteção ambiental.

### **1.2.3 A Construção do Paradigma da Sustentabilidade na Política Externa Brasileira**

A política externa brasileira é elemento de crucial importância para análise da Política Ambiental do país, visto que as posições políticas adotadas pelo Itamaraty em grandes Conferências Internacionais, bem como os compromissos assumidos no âmbito das Nações Unidas orientaram a modelagem da legislação (visto que a CF adota o preceito de

Desenvolvimento Sustentável desenvolvido na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento<sup>18</sup>), e de muitas políticas públicas ambientais.

Dessas grandes negociações ambientais internacionais destacam-se três: A Conferência de Estocolmo em 1972, A Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento e a reunião para assinatura do Protocolo de Kyoto.

### **1.2.3.1 A Conferência de Estocolmo (1972)**

A Conferência de Estocolmo realizou-se na capital da Suécia em 1972 e teve como objetivo alertar sobre os impactos do desenvolvimento econômico sobre os recursos naturais. O grande mérito de Estocolmo se deve que os entraves travados entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento favoreceu o florescimento de uma nova corrente conservacionista, que além da preservação buscava também a integração homem/natureza, o que pode ser compreendido como “Meio Ambiente Urbano”.

Nessa época o Brasil atravessava uma fase de grande desenvolvimento com taxas de crescimento econômico correspondentes a quase 10 % ao ano. Durante esse período conhecido como “Milagre Econômico”, o projeto nacional de desenvolvimento do Brasil ainda não havia consolidado para si a variável ambiental. Desta forma, a posição do país foi bastante rígida quanto a adoção de novos modelos produtivos. Tanto que juntamente com outros países em desenvolvimento defenderam o argumento de que: “Os países possuem o direito soberano de utilizar seus recursos naturais conforme suas necessidades”. (ANDRADE, 2007)

Ainda segundo CIMA (1991) o Brasil também declarou que não alcançado o pleno desenvolvimento, seria impossível dispor dos recursos naturais para fins de preservação ambiental e que somente com o desenvolvimento as “soluções para evitar problemas futuros chegariam no tempo necessário”.

Uma das justificativas feitas pela delegação brasileira para assumir posição tão dura é de que: “nenhum esforço poderia ser desviado do objetivo central que era o desenvolvimento”. Em outra abordagem o subchefe da delegação brasileira Miguel Osório

---

<sup>18</sup> A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas foi criada em 1983 e foi presidida Pela Primeira Ministra da Noruega GroHarlemBrundtland. O objetivo da criação da referida Comissão era a promoção de estudos sobre a Qualidade de Vida. O relatório Brundtland, também conhecido como “Nosso Futuro Comum” é originado desta Comissão e foi apresentado em 1987. De acordo com esse relatório, se compreende como Desenvolvimento Sustentável aquele que prevê a satisfação das necessidades presentes, sem prejuízo da capacidade de futuras gerações exercerem os mesmos direitos.

de Almeida, atribuiu a responsabilidade dos problemas relativos à poluição aos países desenvolvidos, ou seja, se a “poluição gerada pelos países em desenvolvimento fosse retirada da atmosfera o problema continuaria a existir.” (SILVA, 1997) (ANDRADE, 2007)

Considerando isso a posição assumida pelo Brasil em Estocolmo foi de que os déficits ambientais eram providos pelo subdesenvolvimento e que um projeto de desenvolvimento acelerado sustentado na assistência técnica e tecnológica. Assim sendo, no contexto dos processos ecológicos a economia deve ser considerada e o Estado tem o direito soberano de explorar seus próprios recursos naturais.

A partir de então o Brasil foi alvo de críticas internacionais quanto à sua capacidade de gerir seus recursos naturais. Nos anos de 1988 e 1989 com a intensificação das queimadas na Amazônia Brasileira a crítica a posição do governo brasileiro é enrijecida, apoiada e promovida por organizações ambientais dos Estados Unidos e Europa. Diante de tantas críticas por parte da comunidade internacional o Governo Sarney (1985 – 1990) procurava retratar as reações ante às queimadas na Amazônia para não subsidiar qualquer justificativa caso fosse levantada alguma questão acerca da internacionalização da Amazônia pelas potências estrangeiras. (HOCHSTETLER & KECK, 2007)

Como resultado da grande pressão feita pela sociedade, pelos movimentos sociais e ambientais nacionais e internacionais e também de governos de países desenvolvidos, a posição brasileira assumida em Estocolmo foi aos poucos sendo abandonada. Essa mudança na postura brasileira pôde ser notoriamente observada na ECO 92 sediada na cidade do Rio de Janeiro no Brasil.

Ao sediar a Eco 92, o Brasil buscava demonstrar que seria possível preservar a “soberania sobre os recursos naturais, principalmente os amazônicos,” além de aproximar as posições dos países desenvolvidos e atuar de maneira decisiva nas negociações sobre “menção ao desenvolvimento social e econômico em bases sustentáveis” (CNUMAD, 1993)

### **1.2.3.2 A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92**

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento foi estabelecida pela Resolução 44/228, adotada pela ONU em 1989. Realizada em 1992 na Cidade do Rio de Janeiro, a RIO 92 até hoje é considerada como a maior conferência ambiental já realizada. Ocorrida em um momento de grande tensão socioambiental, tanto da

sociedade brasileira quanto da comunidade internacional, o governo brasileiro tratou a conferência mais como um evento diplomático do que como um ambiental. Tanto é verdade que as mesas de discussão foram dominadas pelo Itamaraty. (HOCHSTETLER & KECK, 2007)

Diferentemente do ocorrido em 1972 em Estocolmo, talvez pela grande pressão sofrida pela opinião pública, na ECO – 92 o Brasil desempenhou um papel de destaque que merece ser amplamente discutido, no debate criado e fomentado internacionalmente em torno do desenvolvimento sustentável. Para se ter uma idéia do tamanho da mudança da postura do país, no discurso de abertura da Conferência o presidente brasileiro Fernando Collor de Mello, ressaltou a importância de que as medidas sugeridas na Conferência fossem implementadas rapidamente, contribuindo com a “construção de um novo mundo ambientalmente sadio e socialmente justo”.(CNUMAD, 1993)

Dos compromissos assumidos na ECO – 92, sem dúvidas foi a Agenda 21 a que mais influenciou a formulação de novas políticas públicas concernentes a questão ambiental. A Agenda 21 representou uma quebra paradigmática para os *stakeholders* nacionais uma vez que apresenta ações específicas sobre meio ambiente e desenvolvimento contribuindo para o fortalecimento do conceito de desenvolvimento sustentável. Todavia, a Agenda 21 configura-se como uma *soft law*<sup>19</sup> (CAMARGO, CAPOBIANCO & PUPPIM, 2002)

Durante a Rio 92 o debate referente à Desenvolvimento Sustentável e nela foram elaborados documentos importantes para formulação e concertação de políticas públicas ambientais. Houve muitas discordâncias no que tange a questões quanto à soberania dos países sobre seus recursos naturais, impactos socioeconômicos e recursos financeiros para cooperação internacional, todavia, o discurso assumido pelo Brasil foi o de defesa do direito social e econômico em bases sustentáveis. (CNUMAD, 1993)

A ECO 92 foi um período de evolução do conceito de sustentabilidade não somente na cúpula do governo, mas no imaginária da sociedade como um todo. Durante o processo de organização da Conferência, pode-se observar um processo da sociedade civil como um todo pela formação de ONGs na época. Além do governo e da sociedade, algumas ONGs internacionais conseguiram se inserir como atores efetivos na política ambiental brasileira. Esse é o caso das ONGs Greenpeace, WWF e a italiana Amigos da Terra.

---

<sup>19</sup>Termo técnico de Direito Internacional Público que faz referência a um acordo que não possui caráter mandatário.

Hochstetler&Keck (2007) afirmam que a ECO 92 teve efeito transformador sobre o movimento socioambientalista de três formas: I) facilitou contato entre as ONGs; II) possibilitou uma internacionalização dos pleitos dessas ONGs e por fim III) evidenciou o trabalho dessas organizações. Em outras palavras:

“The momentum leading up to Earth Summit had a transformative effect upon the environmental movement generally, in three ways. First, it put environmental organizations into face – to –face contact – and continuous negotiation over principles and actions – with people from other social movements, in the context of the Brazilian NGO Forum. Second, it brought even quite small organizations into a web of interactions with environmental organizations the world over, giving them a sense of connection that had not existed before. Finally, it marked a clear differentiation between those organizations with the capacity to implement major projects on their own and those which worked more by marking principles, stacking out positions, and raising consciousness.”

(HOCHSTETLER & KECK, 2007, P.139)

#### 1.2.3.2.1 A ECO 92 e a Convenção sobre Diversidade Biológica

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) foi um dos principais resultados alcançados na Eco 92. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) tinha como propósito o estabelecimento de instrumentos políticos para a preservação da diversidade biológica, o Brasil ao contrário dos Estados Unidos e dos Países Baixos, defendia a “permanência da soberania nacional sobre os recursos naturais”. (CNUMAD, 1993)

A CDB criou um novo conceito sobre a repartição de benefícios. Seu primeiro capítulo prega que:

“Os objetivos desta Convenção, a serem cumpridos de acordo com as disposições pertinentes, são a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a **repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos**, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado.”

(Convenção da Biodiversidade, 1992)

Verifica-se assim um esforço por parte da Convenção para que seus membros se comprometam com o cumprimento do acordo com as disposições expostas, assim como, com a elaboração de estratégias para o uso da diversidade biológica de forma sustentável. A Convenção prevê ainda “acesso às tecnologias para conter a degradação da diversidade biológica e o fornecimento de recursos financeiros” por parte dos países desenvolvidos para

a Cooperação Internacional, contribuindo com os custos dos países em desenvolvimento nas “medidas para implementação de suas obrigações assumidas”. (CNUMAD, 1993)

A conservação e a gestão de recursos naturais foram contempladas na Agenda 21<sup>20</sup>, respectivamente na seção II. Quanto a esses temas o Brasil assumiu papel de protagonistas, uma vez que apresentou propostas bastante incisivas quanto a proteção da atmosfera e combate ao desflorestamento. Os principais argumentos defendidos pelo Brasil eram de que “as florestas jovens deveriam cumprir o papel de absorção dos gases do efeito estufa” e que para o combate eficaz ao desmatamento, recursos de cooperação internacional, seja ela técnica ou financeira, dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento eram imprescindíveis. (ANDRADE, 2006)

Outro ponto importante referente às políticas de conservação ambiental debatido na ECO 92 foi a Declaração sobre Florestas<sup>21</sup>. Trata-se de um importante documento assinado na conferência que demonstrava a preocupação da comunidade internacional com a preservação das florestas.

Apesar das divergências existentes sobre a temática, as negociações enfocaram questões sobre a “reafirmação da soberania perante os recursos florestais, as responsabilidades históricas, os recursos financeiros e os impactos da pobreza”. Destaca-se a participação eficiente da delegação brasileira, que colaborou na aproximação do posicionamento dos países, além de defender o “direito social e econômico em bases sustentáveis”. (CNUMAD, 1993)

A realização da Conferência retomou o debate referente ao conceito de desenvolvimento sustentável e permitiu a elaboração de documentos inovadores que são configurados como base no tratamento das questões ambientais das próximas décadas.

---

<sup>20</sup> O Programa de Ação para um Desenvolvimento Sustentável para o século XXI, mais conhecido como **Agenda 21** é um dos principais produtos da ECO 92. Deriva do trabalho da Comissão de Brundtland “Fundamentos do Desenvolvimento Durável”, que por quinze anos procurou conhecer os modelos de impacto humano sobre o meio natural com sugestões de ações em comum. Define Desenvolvimento Sustentável como aquele economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto.

<sup>21</sup> A Declaração de Florestas tem caráter jurídico internacional de *Soft Law*. A declaração foi o primeiro consenso mundial sobre a questão e roga sobre o manejo sustentável das florestas. Basicamente a declaração afirma que todos os países devem unir esforços para recuperação da Terra mediante reflorestamento e conservação florestal. A declaração também é uma reafirmação da soberania dos países sobre seus recursos naturais ao afirmar que se deve garantir aos países em desenvolvimento recursos financeiros destinados concretamente a estabelecer programas de conservação florestal objetivando a promoção de uma política socioeconômica de substituição.

Segundo Rezek (1992, p.05), foi possível compartilhar a “convicção de que não se tem vencedores e vencidos, pois todos juntos tomaram o caminho da construção comum”.

### **1.2.3.3 A Atuação da Chancelaria Brasileira no Protocolo de Kyoto**

Um dos grandes resultados alcançados pela a Eco 92 foi o estabelecimento da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Trata-se de um tratado internacional cujo principal objetivo é a estabilização da concentração de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera terrestre.

Assim como a Agenda 21, esse tratado também possui caráter de *Soft Law*, não estabelecendo limites obrigatórios para as emissões de GEE. Entretanto estabeleceram-se dentro do tratado, protocolos que deveriam delinear os limites a serem adotados pelos países signatários. O principal desses protocolos é o Protocolo de Kyoto que se tornou muito mais conhecidos do que a própria Convenção Quadro.

O Protocolo de Kyoto possui natureza jurídica diferente da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Isso porque possui um caráter muito mais rígido quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos. O protocolo de Kyoto tem como proposta o estabelecimento de um calendário no qual os países membros ficam incumbidos de reduzir os a emissão dos gases de efeito estufa em pelo menos 5,2% no período correspondente entre 2008 e 2012. Porém, as diretrizes do Protocolo não se limitam em reduções dos GEEs, as Partes do Anexo I precisam ainda incentivar uma agriculturasustentável, o desenvolvimento de energia sustentável, bem como mecanismos tecnológicos para a absorção do carbono. (CALSSING, 2005) (ANDRADE, 2007)

O protocolo foi discutido e negociado em Kyoto em 11 de dezembro de 1997 e ratificado em 15 de março de 1999. Diferentemente do ocorrido em Estocolmo e na Rio 92, o Brasil adotou uma posição bastante pró ativa em Kyoto liderando por diversas vezes o discurso em defesa das responsabilidades impostas. (ANDRADE, 2007)

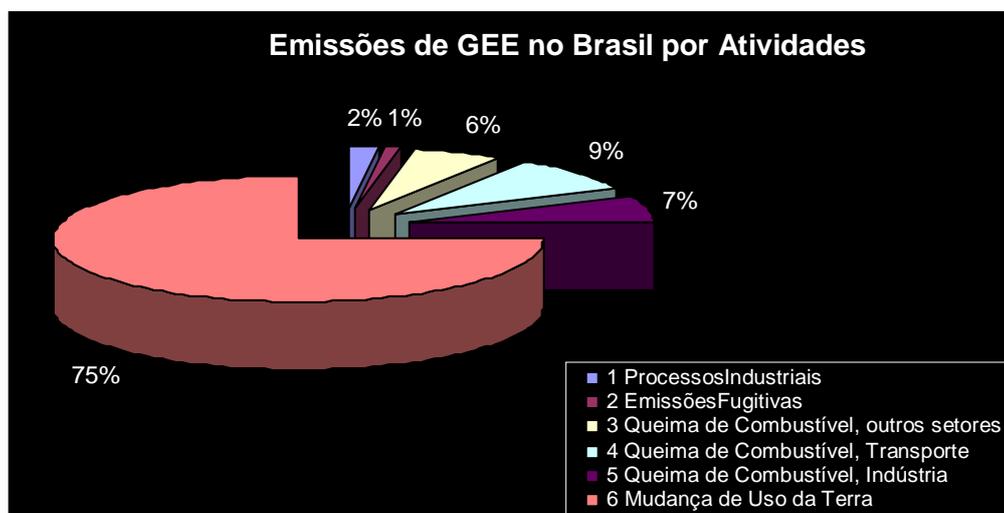
As metas de redução de GEE não foram divididas de forma igualitária entre os países, sendo que são diretamente proporcionais aos níveis de poluição dos países. Outro ponto de polêmica no Protocolo foi que países em desenvolvimento ficaram isentos de metas de redução de GEE. Caso as metas do Protocolo fossem atingidas, estimava-se que a temperatura global fosse reduzida entre 1,4°C e 5,8°C até 2100. (CALSSING, 2005)

Apesar de o Brasil ter tido uma atuação bastante ativa nas negociações do Protocolo de Kyoto, não se observou a mesma perspicácia na implementação das metas do protocolo nas políticas ambientais do país. De acordo com Feldmann (2007) as ações para controle das emissões dos gases são insuficientes. (ANDRADE, 2007)

Para cumprir com os seus compromissos assumidos em Kyoto, o Brasil deveria reduzir exponencialmente o desmatamento na Amazônia. Isso por que o desmatamento é responsável por 70% das emissões do Brasil, que é responsável pela emissão de 5,4% das emissões globais. De acordo com Soares Filho *et al* (2006), o atual cenário de desmatamento projeta a emissão de 117±30 de toneladas de emissão de CO<sup>2</sup> para a atmosfera até 2050, o que equivale a mais de três anos de emissões globais, embasado no ano de 2000<sup>22</sup>. (ANDRADE, 2007)

Segue abaixo o Gráfico 1 que representa essa situação com base em dados apresentados em 1997, considerando as mudanças no uso da terra e das florestas.

**Gráfico 1: Emissões de GEE no Brasil por Atividades.**



. FONTE :

KLABIN (2006). Adaptação da Autora

Apesar do discurso de sustentabilidade ter sido bastante reverenciado em um primeiro momento, posteriormente foi perdendo espaço dentro do próprio protocolo por conta de interesses econômicos de parte significativa dos países desenvolvidos. Isso porque dentro desse discurso político, existe uma interação assimétrica entre poderes nos interesses econômicos e ecológicos. Essa ambivalência de interesses acaba estabelecendo

<sup>22</sup>As emissões globais de CO<sub>2</sub> atingiram 33 bilhões de toneladas em 2000, o que equivale aproximadamente a nove bilhões de toneladas de carbono (CAIT-WRI, 2008).

relações tensas entre os países signatários, o que acaba desfavorecendo as políticas de redução de gases de efeito estufa. Como consequência, pouco se avançou para a redução dos gases de efeito estufa.

Como prova disso, em dezembro de 2009, quando foi realizada a 15ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP 15) em Copenhague, não se conseguiu atingir o objetivo da COP que era o de firmar um acordo substituto ao Tratado de Kyoto. Por conta de impasses criados pelas divergências entre os países em desenvolvimento não se conseguiu estabelecer um novo mecanismo de substituição a Kyoto, ou mesmo verificar disposição dos países desenvolvidos em se renovar Kyoto, que expirará em 2012.

### **1.2.3.3 Aceitação do Conceito de Desenvolvimento Sustentável e a Evolução do Pensamento Político Ambiental Brasileiro**

O surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável mencionado anteriormente, contribuiu de forma significativa para que o meio ambiente fosse tratado como um sinal positivo ampliado de forma a abarcar inúmeros temas que deram origem a convenções internacionais na tentativa de reverter as tendências de degradação ambiental. Tendo em voga a consolidação de tal conceito, incluso atualmente na agenda política do mundo contemporâneo, a sociedade civil brasileira exerceu um esforço notório para promover mudanças no papel do Estado a fim de solucionar os problemas ambientais do País. Nesse sentido, a promoção de um espaço democrático com a participação de diversos atores é reconhecido como fundamental para a formulação de um controle público mediante a transparência das políticas de gestão de recursos para a “promoção do acesso igualitário aos meios e fins do desenvolvimento sustentável” (CAMARGO, CAPOBIANCO & PUPPIM, 2002)

Contudo, o marco de demonstração da aceitação do desenvolvimento sustentável no Brasil se deu na Conferência Rio 92, no qual seu relatório consta que o Brasil acatou o conceito e tentou demonstrar uma capacidade jurídica institucional para exercer as condições estabelecidas. A nova percepção construída no tratamento das dificuldades ambientais não promoveu apenas modificações no posicionamento do Brasil nas conferências ambientais internacionais, mas influenciou medidas no âmbito nacional que incluíram a variável ambiental no planejamento estratégico do País, permitindo que as “ações ambientais permeiem as esferas de poder e de decisão do governo” (CAVALCANTI, 1997)

Inicia-se uma preocupação brasileira de não relacionar os impactos ambientais apenas no tocante do processo acelerado de desenvolvimento, mas agregar ao tema as diretrizes estabelecidas pelo conceito de desenvolvimento sustentável delineado em Estocolmo. Durante o governo do Presidente Collor de Mello, a transformação na posição do governo brasileiro no tocante à questão ambiental foi notória, afinal existiam ainda por parte da comunidade internacional várias críticas referentes a negligência das autoridades do País nos assuntos que envolviam o efeito estufa, a destruição da fauna e das florestas.

No período do governo Fernando Henrique (1995-2003), destaca-se uma grande motivação em utilizar a cooperação e o diálogo multilateral na resolução da problemática do aquecimento global, o que elevou a participação brasileira no contexto da conferência ambiental sobre tal temática, resultando na ratificação do País ao Protocolo de Kyoto. No processo das negociações do Protocolo em 1997, o pensamento político ambiental e os procedimentos adotados refletiam as bases do desenvolvimento sustentável, que permitiu o Brasil traçar uma política diplomática coerente que favoreceu para contribuições relevantes no esforço global das emissões dos gases do efeito estufa. (CAVALCANTI, 1997)

É inevitável destacar que o mundo contemporâneo apesar da resistência de alguns países, não permaneceu omissos perante a problemática ambiental e que o Brasil precisou modificar radicalmente seu pensamento e adotar ações ao longo desses anos para a inclusão do desenvolvimento sustentável como foco para o desenvolvimento regional. Entretanto, tais estratégias ainda necessitam ser ampliadas e fortalecidas visando serem compatíveis e eficazes em relação a magnitude do desafio retrato.

Sob o governo do Presidente Lula da Silva, o Brasil tem investido em iniciativas para ampliar sua participação em favor ao combate do aquecimento global, mediante ao desenvolvimento de um Plano de Ação e Controle do Desmatamento, que tem como meta a redução de 60% da degradação da Amazônia (ECOS, 2007). Porém, segundo Feldmann (2007), existe um grande descompasso entre “a atuação do País nas conferências ambientais e o que é feito em âmbito interno.

Nesse contexto, as conquistas realizadas e a postura de liderança adotada pelo Brasil nas conferências ambientais precisam refletir na política interna, pois cada vez mais a problemática ambiental torna-se perceptível a sociedade e o governo é parte fundamental do processo de novas realizações que garantam além do desenvolvimento sustentável, a manutenção da credibilidade do País em relação ao tema no cenário internacional. Destaca-se que a partir de 1972, o meio ambiente foi discutido de forma ampla e transferido assim

para o âmbito das negociações internacionais que geraram convenções e principalmente um novo conceito, que foi um divisor de águas na trajetória que se segue em busca de um mundo sustentável.

Porém, apesar da ampliação de conscientização ambiental brasileira, a evolução do pensamento político relativo ao tema e aceitação do conceito do desenvolvimento sustentável, faz-se necessário considerar, também, que o País necessita criar maiores investimentos, aplicar uma fiscalização plena e desenvolver mecanismos internos capazes de solucionar as dificuldades de degradação ambiental, principalmente no tocante a Amazônia. Tais fatos que retratam uma longa trajetória de impasses e avanços durante as negociações ambientais internacionais. Em um primeiro momento observa-se um Brasil relutante e que posteriormente durante a Rio 92 articulou as discussões ambientais de forma construtiva para o exercício do conceito de sustentabilidade.

## **CAPÍTULO 2 A RODOVIA CUIABÁ – SANTARÉM (BR-163) E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO.**

### **2.1 A Rodovia Cuiabá – Santarém (BR-163)**

A construção de rodovias na Amazônia sempre é alvo de polêmicas devido aos impactos dicotômicos que podem trazer para as áreas de sua influência. Essa dualidade se deve, sobretudo porque se por um lado ela propicia condições para um maior dinamismo econômico pela melhoria das condições de infraestrutura logística, por outro, também pode ser indutora de um processo de ocupação territorial desordenada desencadeando processos de degradação ambiental e de exclusão social.

O histórico de empreendimentos rodoviários na região norte demonstra que as rodovias são motivadas por ciclos de *boom* na fase de ocupação seguidos por uma fase de colapso e de abandono quando os recursos naturais se esgotam. Com a rodovia Cuiabá – Santarém (BR-163) essas hipóteses foram levantadas, e para tentar conciliar os objetivos de desenvolvimento com os de conservação do meio ambiente, o governo federal tem apresentado propostas para a região.

Nesse capítulo verificaremos as principais ações no âmbito do governo federal para atender tanto as demandas econômicas quanto as demandas ambientais para a área de influência da BR – 163, localizada no território paraense.

#### **2.1.1 Definição da Rodovia e de sua Área de Influência**

Sob a ótica da dinâmica socioeconômica da região de construção de centros urbanos ao longo de estradas, nenhum projeto de infraestrutura regional possui maior importância do que a rodovia Cuiabá – Santarém (BR-163). Projetada em 1973 e com cerca de 1780 km de extensão, a rodovia Cuiabá – Santarém (BR – 163) corta uma das mais importantes áreas da Amazônia Brasileira.

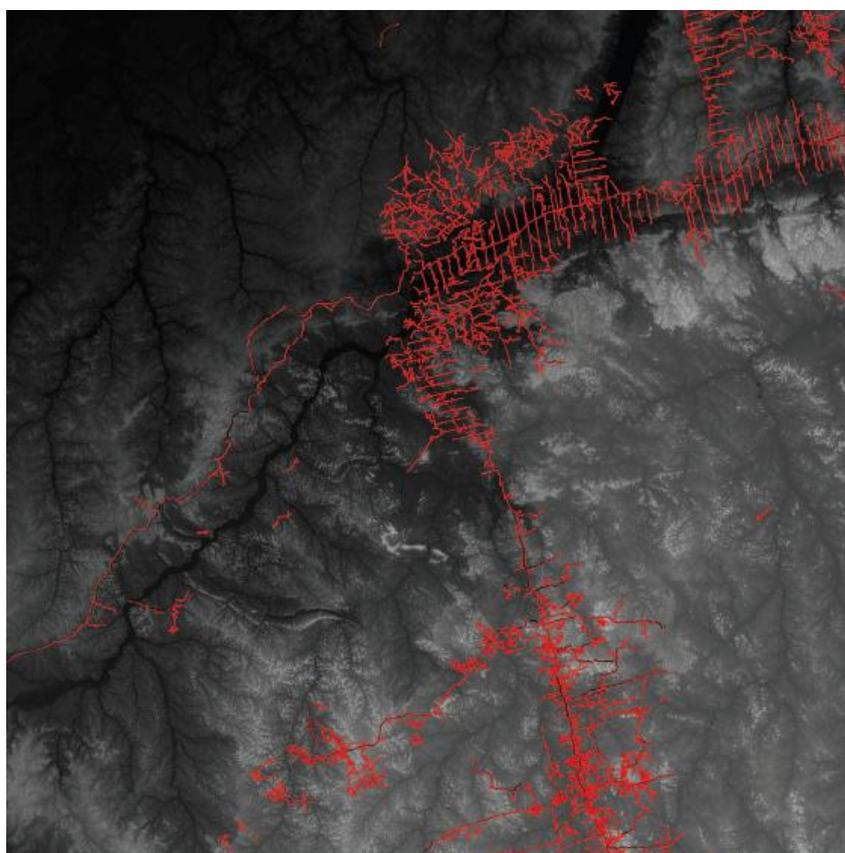
A área possui grande potencial econômico e rara diversidade de recursos naturais, sociais e culturais. Estima-se que em sua área de influência existam mais de 30 povos indígenas, além de abrigar também populações tradicionais, urbanas e agricultores familiares. (BRASIL, 2006). A região é notória também por possuir um dos maiores cenários de tensão socioambiental do país. Nas palavras de Schittini (2009):

“...diz –se popularmente, que a região oeste do Pará é o “faroeste brasileiro”, dadas a situação de conflitos , a ausência do Estado e a degradação ambiental. A área da rodovia Cuiabá-Santarém vive, portanto, uma “situação de fronteira.”

(SCHITTINI, 2009 P. 19)

A rodovia também corta a região no Centro-Norte do estado do Mato Grosso, um dos pólos agrícolas mais produtivos do país no que se refere ao cultivo de soja. Todavia, a rodovia possui estrutura física precária, o que dificulta o trânsito de cargas e de pessoas, impactando dessa maneira, negativamente para o escoamento da produção local. Desta maneira, há uma demanda social crescente pelo asfaltamento da referida rodovia.

**Ilustração 4: Corte da BR 163 e da BR – 230 no Estado do Pará**



Fonte: Autora

Há um consenso, tanto da parte do setor agropecuário do estado do Mato Grosso, quanto o do estado do Pará de que o asfaltamento da rodovia permitiria uma significativa redução nos custos dos produtos de exportação. Isso por que atualmente os produtos das regiões Centro Oeste e Norte são despachados pelos portos de Paranaguá e de Santos, e caso fossem remetidos pelos portos de Miritituba ou de Santarém, haveria uma expressiva diminuição de distância das rotas dos mercados consumidores finais (no caso, os mercados

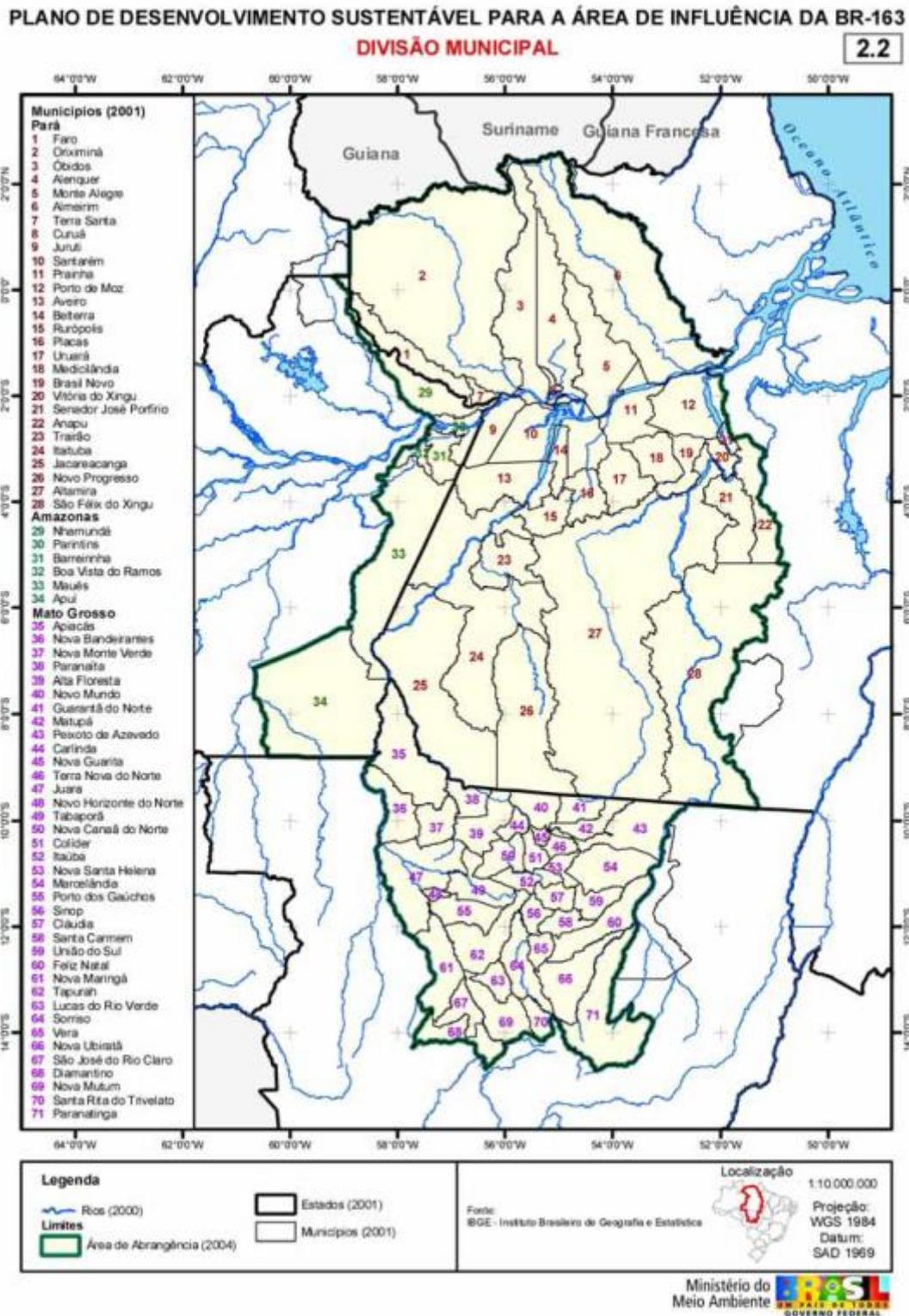


impactos são relacionados diretamente com o aumento de migrações desordenadas, grilagem e ocupação irregular de terras públicas, concentração fundiária, desmatamento, queimadas, incêndios florestais e exploração não sustentável dos recursos naturais, aumento na criminalidade e agravamento na saúde pública. (BRASIL, 2004).

Devido a importância da discussão da questão ambiental e da problemática dos conflitos sociais na área de influência da rodovia, concomitantemente às obras de asfaltamento, têm sido realizados estudos e elaboração e implementação de políticas públicas com fins de amenização de possíveis impactos negativos, dentre as quais, uma política de desenvolvimento regional sustentável.

Dessa maneira em 2004, o governo federal brasileiro propôs um Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para Área de Influência da BR - 163. A área de influência definida por esse plano abrange 73 municípios, sendo 6 no estado do Amazonas, 28 no estado do Pará e 39 no estado do Mato Grosso, conforme pode ser visualizado na ilustração 6. A área total corresponde a 1.231.793 mil km<sup>2</sup>, distribuídos em 122.624 km<sup>2</sup> no estado do Amazonas, 280.550 km<sup>2</sup> no estado do Mato Grosso e 828.619 mil km<sup>2</sup> no estado do Pará, correspondendo a exatamente 14,47% da extensão territorial brasileira. (BRASIL, 2006)

Ilustração 6: Divisão Municipal da Área de Influência da BR – 163



FONTE : BRASIL (2006)

Essa área de influência da BR-163 é dividida em três mesorregiões. Os critérios utilizados por Brasil (2006) para essa divisão consideraram similaridades referentes aos processos de ocupação, às características biofísicas, às dinâmicas econômicas, demográficas, sociais e políticas, além de níveis de desmatamento e outros aspectos.

As Mesorregiões da área de influência da BR – 163 são divididas da seguinte maneira:

- Mesorregião Norte;
- Mesorregião Central;
- Mesorregião Sul.

**Mesorregião Norte – Calha do Amazonas e da Transamazônica** :Compreende a Calha do Rio Amazonas, desde Almeirim (PA) até Parintins (AM) e o eixo da Transamazônica sob influência de Altamira, com as seguintes sub-áreas:

- a) Calha do Amazonas Oriental (Santarém);
- b) Calha do Amazonas Ocidental (Parintins) e;
- c) Transamazônica Oriental (Altamira).

**Mesorregião Central – Médios Xingu e Tapajós** :Compreende as regiões central e sudoeste do Pará e o sudoeste amazonense, incluindo as seguintes sub-áreas:

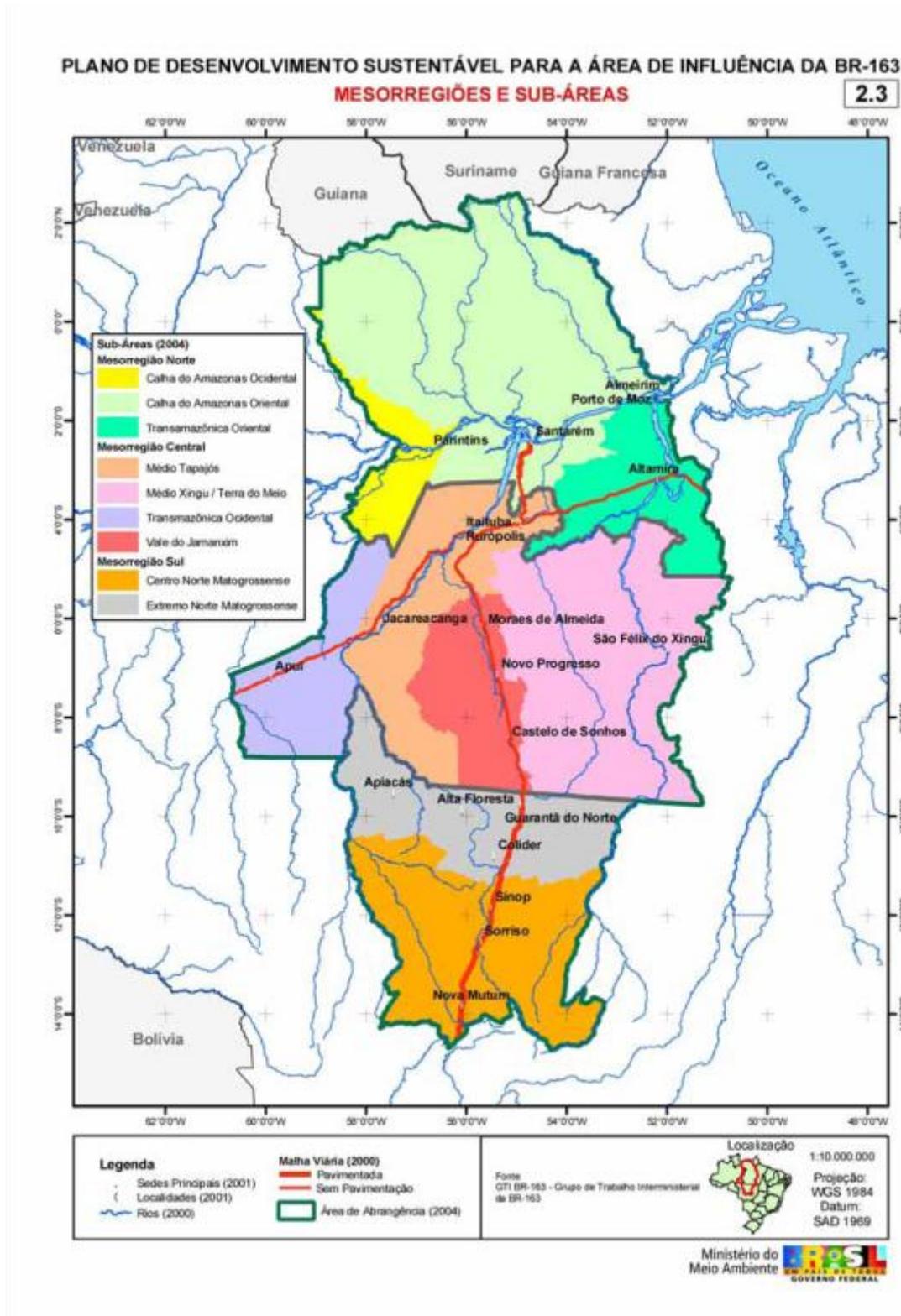
- a) Baixo e Médio Tapajós (Itaituba);
- b) Médio Xingu/ Terra do Meio (São Félix do Xingu), e;
- c) Vale do Jamanxim (Novo Progresso).

**Mesorregião Sul: Norte Mato – Grossense**: Compreende a totalidade do território mato – grossense inserido na área do Plano, incluindo as seguintes sub – áreas:

- a) Extremo Norte Mato – Grossense (Alta Floresta/Guarantã do Norte);
- b) Centro – Norte Mato – Grossense (Sinop/Sorriso)

Essas mesorregiões apresentam contornos expressivos, constituindo-se posteriormente em sub áreas da área de influência da BR – 163, conforme pode ser verificado na ilustração 7.

Ilustração 7: Mesorregiões e Sub – Áreas da Área de Influência da BR - 163



FONTE : BRASIL (2006)

Segue abaixo a Tabela 3, que contempla as Mesorregiões da área de influência da BR – 163, assim como, suas respectivas extensões territoriais e porcentagem no Plano da BR-163, elaborado pelo Governo Federal em 2006.

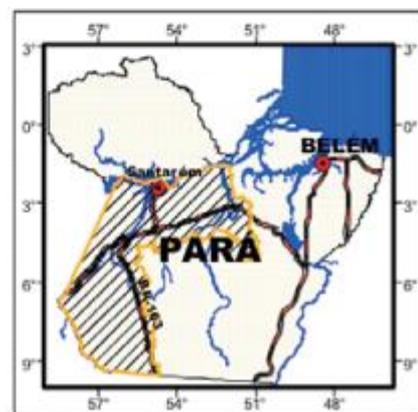
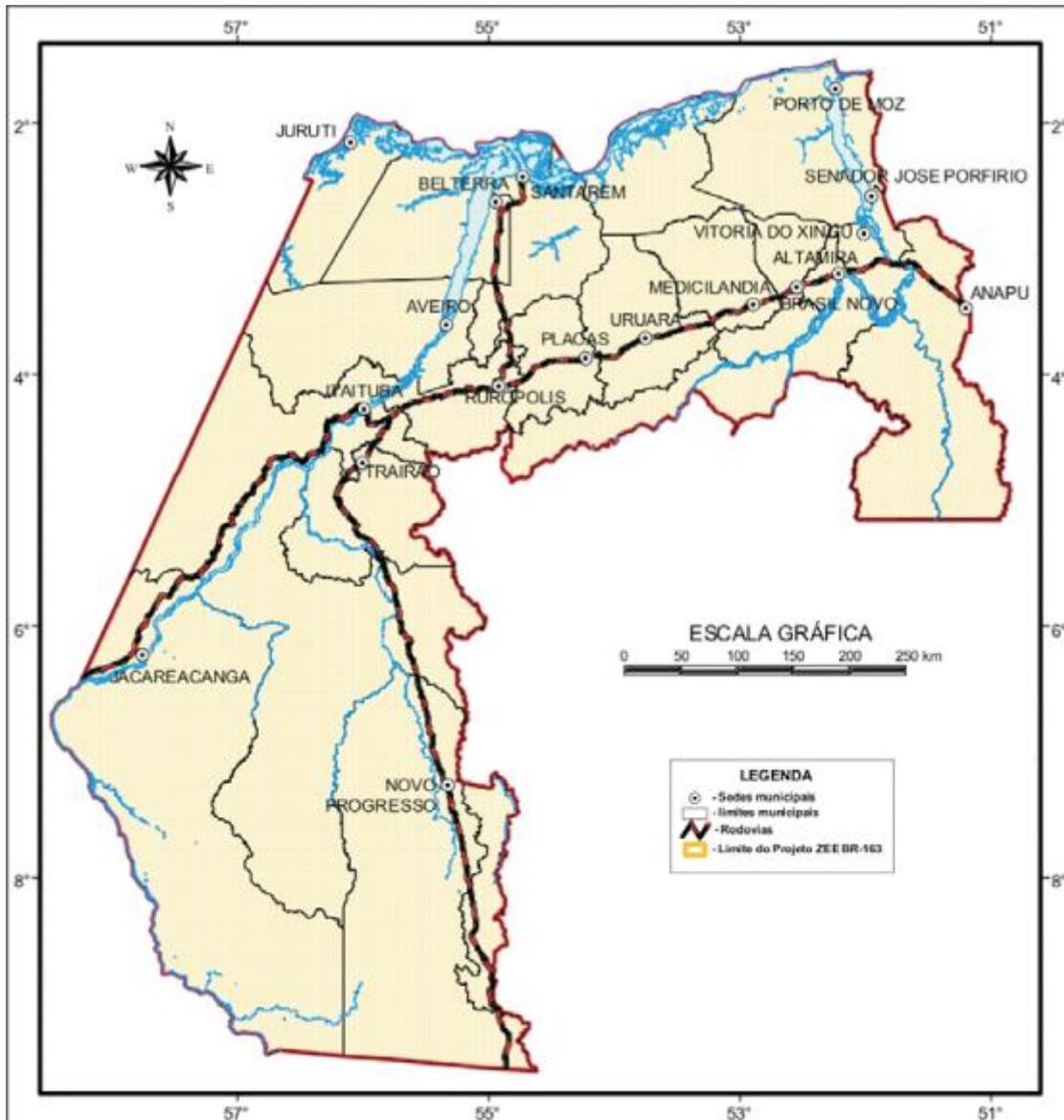
Tabela 3: Área territorial das Mesorregiões e Sub-Áreas do Plano BR-163 Sustentável

<b>Mesorregião / Sub – Área</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>	<b>% Área Total do Plano</b>
<b>Mesorregião Norte</b>	<b>440.026</b>	<b>36,5</b>
1) Calha Oriental do Rio Amazonas	315.856	25,6
2) Calha Ocidental do Rio Amazonas	43.384	3,5
3) Transamazônica Oriental	89.786	7,3
<b>Mesorregião Central</b>	<b>502.217</b>	<b>40,8</b>
4) Médio e Alto Tapajós	123.603	10,0
5) Médio Xingu e Terra do Meio	219.212	17,8
6) Vale do Jamanxim	80.102	6,5
7) Transamazônica Ocidental	79.240	6,4
<b>Mesorregião Sul</b>	<b>280.550</b>	<b>22,8</b>
8) Extremo Norte Mato – grossense	114.511	9,3
9) Centro Norte Mato – grossense	166.039	13,5
<b>TOTAL</b>	<b>1.231.793</b>	<b>100,0</b>

Fonte: (BRASIL, 2006)

Estadissertação, todavia, tem como objetivo estudar o Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR – 163, que se encontra todo em território paraense, por isso terá como foco a área de influência BR – 163 sobre o estado do Pará. Para tanto, considerará como área de influência da BR -163 a mesma que foi definida pelo projeto “Zoneamento Ecológico – Econômico em Área sob a Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá – Santarém), no Estado do Pará” e de acordo com a classificação do “Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR – 163”, conforme poderá ser examinado na ilustração seguinte.

Ilustração 8: Área de Estudo



FONTE: EMBRAPA (2010)

A área é situada entre as latitudes 1° 29' 04" S e 9° 33' 12" S e longitudes 50° 54' 07" e 59° 12' 02" WGr., abrangendo uma área total de 335.687 km<sup>2</sup>. É dividida em duas mesorregiões: Mesorregião Norte (que vai desde os municípios de Almerim/Porto de Moz até Juruti, no oeste paraense), englobando as sub áreas Baixo Tapajós (Itaituba), Calha do Amazonas (Santarém) e Transamazônica Oriental (Altamira); e Mesorregião Central, (que equivale à região central e sudoeste paraense), abrangendo as sub-áreas Médio Xingu/Terra do Meio (São Félix do Xingu) e Vale do Jamanxim (Novo Progresso). A área de influência da BR 163 engloba 19 municípios paraenses, são eles: Altamira, Anapu, Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Medicilândia, Novo Progresso, Placas, Porto de Moz, Prainha, Rurópolis, Santarém, Senador José Profírio, Trairão, Uruará e Vitória do Xingu.

Segue abaixo tabela com a relação dos municípios paraenses bem como da população da área de influência da BR – 163. (EMBRAPA, 2010)

Tabela 4: Relação dos Municípios Paraenses pertencentes à área de influência da BR -163

	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>ÁREA TERRITORIAL</b>
<b>1</b>	Altamira	20.585
<b>2</b>	Anapu	11.895
<b>3</b>	Aveiro	17.074
<b>4</b>	Belterra	4.398
<b>5</b>	Brasil Novo	6.368
<b>6</b>	Itaituba	62.040
<b>7</b>	Jacareacanga	53.303
<b>8</b>	Juruti	8.303
<b>9</b>	Medicilândia	8.272
<b>10</b>	Novo Progresso	38.162
<b>11</b>	Placas	7.173
<b>12</b>	Porto de Moz	17.422
<b>13</b>	Prainha	10.656
<b>14</b>	Rurópolis	7.021
<b>15</b>	Santarém	22.887
<b>16</b>	Senador Porfírio	14.374
<b>17</b>	Trairão	11.991
<b>18</b>	Uruará	10.791
<b>19</b>	Vitória do Xingú	2.966
	<b>Total</b>	<b>335.687 Km</b>

FONTE: EMBRAPA/IBGE

### **2.1.2 Processo de Ocupação da Área de Influência da BR – 163 no Oeste Paraense**

De acordo com Becker (2004) o processo de ocupação e povoamento da Amazônia é dividido em três momentos históricos distintos:

- **Formação Territorial da Amazônia (1616-1930)**
- **Planejamento Regional e Federalização do Território (1930-1985), e;**
- **Fronteira Experimental (1985 - Atual).**

#### **Formação Territorial da Amazônia (1639 a 1818):**

Esse período tem como início a conquista e ocupação portuguesa do Vale do Amazonas e de seus afluentes. A colonização portuguesa no território amazônico se deu por intermédio de construções de fortificações militares e de missões religiosas, delineada pelas atividades extrativistas, tendo como base uma rede de povoados articulados pelo transporte fluvial. No estado do Pará as estratégias para ocupação territorial ocorreram entre os séculos XVI a XVIII e o início do século XIX. Uma das mais importantes delas foi a expedições religiosas realizadas pela Companhia de Jesus. Os jesuítas que participaram das missões realizadas entre 1639 e 1818 tinham como objetivo a catequização e “civilização” dos índios da região. Foi nesse período que surgiram os povoados de Santarém (1639), Porto de Moz (1639), Altamira (1750), Senador Porfírio (1750), Prainha (1758), Aveiro (1781), Itaituba (1812) e Juriti (1818). (Becker, 1990) (UFPA, 2007)

A partir de 1755 foi consolidado um novo modelo de controle na região. Esse sistema foi apoiado em elementos geopolíticos da Administração Pombalina<sup>23</sup>, ou seja, as fortificações, a fundação de unidades administrativas, o povoamento nuclear e o conhecimento geográfico do território. Os povoados até então existentes, se desenvolveram e os jesuítas foram afastados da administração das aldeias, que foram elevadas a condição de vilas. Essa estrutura logística e social das cidades foi mantida mesmo durante o *boom* da borracha que perdurou até meados da década 1970. (UFPA, 2007)

#### **Planejamento Regional e Federalização do Território (1930-1985):**

Esse segundo momento é marcado pela forte presença do Estado no sentido de estabelecer programas de ocupação dirigida para a região. Desses programas o mais

---

<sup>23</sup> Refere-se a administração feita pelo Marquês de Pombal a partir de 1750. O principal objetivo de Pombal era retirar Portugal da situação de penúria ante as demais potências europeias. Entre as principais ações da administração pombalina destacam-se a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão – Pará e Maranhão e a introdução da mão-de-obra escrava de origem africana na Amazônia.

conhecido é o programa de Integração Nacional (PIN). Nesse período é que surgiram as cidades de Brasil Novo, Medicilândia, Rurópolis e Uruará.

Esse período é caracterizado também pelo rompimento com as estruturas socioeconômicas e logísticas estabelecidas anteriormente. Com as construções das rodovias Cuiabá-Santarém e (BR – 163) e Transamazônica (BR – 230) observa-se que a economia passa a se concentrar na agropecuária, além de se observar um sistema de ocupação de território planejado com um misto de urbanismo rural tendo o transporte rodoviário como principal eixo articulador da espacialidade regional.

- **Fronteira Experimental (1985 - Atual):**

O terceiro e último grande movimento se deu na década de 1990 com o crescimento dos povoados ao longo do Rio Tapajós e dos eixos das rodovias BR-163 e BR-230, em razão de atividades extrativistas do ouro (na bacia do Tapajós), agropecuárias (BR-163), extração madeireira (BR-230). Nessa época surgiram os municípios de Jacareacanga (1991), Novo Progresso (1991), Trairão (1991), Vitória do Xingu (1991) , Placas (1993), Anapu (1995) e Belterra (1995).

## **2.1.3 Características Socioeconômicas**

### **2.1.3.1 Contexto Econômico**

A partir da observância de dados secundários e viagens de campo na região, é possível afirmar que economia da região tem como base o setor primário com forte influência da agricultura, pecuária e madeira. A indústria tem presença pouco expressiva, é majoritariamente voltada para o processamento da madeira e numa escala menor para o processamento de carne e de grãos. A oferta de serviços e de comércio está concentrada nas cidades de Santarém, Altamira e Itaituba.

Há uma ascendência da mineração de bauxita e um declínio dos garimpos de ouro e de diamantes. A exploração de produtos florestais não madeireiros ainda tem peso pouco significativo nas dinâmicas econômicas da região.

Presente desde o tempo de ocupação promovida pelos jesuítas e incrementada pelos programas governamentais da década de 1970, a agricultura ainda é responsável pelo emprego da maior parte da população economicamente ativa da região. Ao longo da rodovia verifica-se que os colonos lá instalados tem procedência de fora da região. Em grande parte,

os migrantes tem procedência das regiões sul e nordeste do país. Observa-se que a agricultura praticada em sua grande maioria é em lotes pequenos e médios, com reduzido uso de equipamentos e tecnologias, tendo um baixo resultado. (EMBRAPA, 2010)

## **2.2 O Estado Brasileiro e o Desenvolvimento Regional na Amazônia**

Há um consenso entre diferentes autores de que a ação no Estado foi vital para as tentativas de um ordenamento do território na Amazônia com influências nos eixos de ocupação. Nas últimas quatro décadas observa-se que os processos de produção, ordenamento, ocupação e organização regional tiveram o Estado como principal agente indutor.

A ação do Estado sobre o território amazônico foi marcada por ações dicotômicas e em muitos momentos até contraditória. Isso por que se por um lado houve um reordenamento político e institucional do estado paraense no sentido de federalizá-lo a fim de prover a construção das rodovias e implementação dos projetos de colonização, por outro, mesmo que de maneira tímida, instituiu uma estratégia de preservação e conservação ambiental.

### **2.2.1 Processo de Ocupação e Impactos de uma Rodovia no Meio da Amazônia**

Com cerca de 7,5 milhões de Km<sup>2</sup> a Amazônia está localizada na América do Sul. Desse total, dois terços pertencem ao Brasil. A população indígena da Amazônia Brasileira está restrita às reservas, e sua população é majoritariamente de origem da miscigenação de brancos e índios e é popularmente conhecida como cabocla. O uso caboclo da terra é caracterizado pelo extrativismo e pela agricultura migratória. Todavia, a realidade da Amazônia Cabocla é totalmente diferente da realidade da “Amazônia das Estradas”. A Amazônia das Estradas tem seu início na segunda metade do século XX, quando houve uma migração em massa, incentivada pelo governo brasileiro, de pessoas oriundas principalmente das regiões Sul e Nordeste para a região Norte. (VEIGA et. al. 2004)

Dentre os objetivos do governo com seus projetos de colonização na Amazônia destacam-se:

- A garantia de ocupação de suas fronteiras;
- A exploração de recursos naturais e;

- A oferta de terras para agricultores das regiões nordeste e sul que enfrentavam problemas como a pressão demográfica e a mecanização da agricultura. (VEIGA et. al. 2004)

A colonização do território brasileiro é mais uma herança colonial presente no país. Em moldes gerais os projetos de colonização são marcados pela lógica desenvolvimento/ocupação impulsionada por ciclos econômicos como os do Pau Brasil, Cana de Açúcar, Café, Cacau e Borracha. A região amazônica do país seguiu esse mesmo modelo de desenvolvimento, só que apoio direto do governo federal brasileiro.

Após a segunda guerra mundial, o governo federal deu início a um projeto de colonização da região com maciços investimentos públicos para a construção de rodovias e incentivos fiscais para a produção de lavouras de específicos produtos. Todavia é importante frisar que no modelo de colonização a construção de rodovias assume papel principal, não sendo exagero, defini-las como elo central do modelo.

Essa Colonização do Piche tinha como pilares quatro projetos de construção de rodovias para ligar a região norte aos demais centros do país. São elas:

- A rodovia Belém – Brasília (BR-010),
- A Cuiabá – Rio Branco (BR-364),
- A Transamazônica (BR-230) e;
- A Cuiabá – Santarém (BR-163).

Schittini (2009) chama atenção para um fato de que esses processos de colonização embasados nos “*booms*” econômicos relativamente curtos dos produtos explorados trouxeram a formação do que o autor chama de “fronteiras ocas”. Ou seja, o abandono de áreas por migrantes e também pelos governos federal e estadual.

Assim como ocorrido nos demais processos de ocupação de outras regiões do país, a colonização e/ou ocupação do território amazônico é marcado pelas disputas de terra, violência, conflitos socioambientais, degradação ambiental e ação pouca efetiva do Estado sobre o controle de terras públicas. (SCHITTINI, 2009)

## **2.2.2 Papel do Estado no Processo de Ocupação e de Desenvolvimento Regional da Amazônia Brasileira**

A intervenção do Estado na Amazônia brasileira foi determinante para moldar as estruturas socioeconômicas da região. Até a década de 1940 a região tinha pouco dinamismo econômico, grande parte devido ao seu isolamento das principais capitais metropolitanas do país. Com a implementação de políticas públicas a partir da década de 1950 a região passa a assumir um novo papel no cenário nacional com a expansão da fronteira agrícola brasileira. Assim os programas de desenvolvimento, em geral encabeçados pelas construções de rodovias eram tidos como fontes de “progresso” e “prosperidade” para a Amazônia. Apesar de esses programas terem trazidos indubitavelmente crescimento econômico, corroboraram para a construção de um quadro de tensão socioambiental no qual se observaram problemas como exclusão social e agressão aos recursos naturais, tornando os resultados desse “desenvolvimento” regional questionáveis. (AB’SABER, 2005; BECKER, 2004; SILVA, 2001).

O processo de ocupação e/ou colonização presenciado pela Amazônia nas últimas cinco décadas está fortemente atrelado a um projeto nacional encabeçado pelo Estado que buscava a inserção de um plano de desenvolvimento econômico com rápida modernização dos métodos produtivos, da sociedade e do território. (BECKER, 2004). Os programas de desenvolvimento para a região tinham como elementos chaves :

- A construção de rodovias;
- A ocupação ordenada;
- A produção agropecuária e;
- A intervenção estatal.

Dessa forma o Estado primou pela elaboração de políticas públicas de desenvolvimento econômico embasadas na expansão da cadeia agropecuária englobando simultaneamente um projeto de modernização agrícola e de ampliação da rede rodoviária.

De acordo com Simões (2002) esse modelo de desenvolvimento provido pelo Estado para a região amazônica apresenta cinco fases distintas:

- Fixação da agricultura familiar na frente de expansão;
- Crise do modelo oficial;

- Boom econômico;
- Explosão de atividade agropecuária e;
- Refluxo da expansão ou inversão da corrente migratória.

No caso das rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163) e Transamazônica (BR 230) a inserção e ampliação de centros urbanos ao longo de suas áreas de influência foram incentivadas pelo Estado por meio dos Projetos Integrados de Colonização (PIC) gerenciados pelo Incra. Os PIC rapidamente introduziram as áreas de influência das BR's em um processo de transformações socioeconômicas visto que propiciaram um intenso movimento de migração para região que posteriormente deu origem ao desenvolvimento de atividades agrícolas. Aos poucos os principais conglomerados humanos instalados ao redor das rodovias se tornaram municípios. (SIMÕES, 2002)

Um dos grandes problemas dos programas de ocupação ao redor de rodovias é a propensão ao desmatamento devido à ausência de preocupações quanto aos impactos ambientais e/ou sociais. Nas palavras de Ab'Saber (2005, P. 75) os programas de ocupação em torno de rodovias resultou em “uma vasta área de produção de espaços fundiários, sujeita provisoriamente a uma selvagem exploração madeireira.” Observando-se assim a construção de uma dinâmica socioeconômica que funcionou como um tipo inusitado de “metástase de sistemas predatórios” que tendem a expansão lateral das rodovias com um grau elevado de devastação. (AB`SÁBER, 2005, P. 75)

É possível especular o impacto da construção das rodovias nas dinâmicas de ocupação territorial da região amazônica com a simples análise do crescimento demográfico. A população que na década de 1950 girava em torno de 1 milhão em toda a região amazônica saltou na década posterior para aproximadamente 5 milhões, seguindo ritmo acelerado desde então. (BECKER, 2004). Para se ter uma idéia da dimensão do crescimento populacional ao redor das rodovias, de acordo com o IBGE em 2005 só a população total da área de influência da BR-163 corresponde a 2,02 milhões de habitantes.

Desde o século XVIII, a Amazônia Brasileira tem sido alvo de intervenções que visavam o desenvolvimento de atividades econômicas em seu território. Essas iniciativas se dão em um primeiro momento, por meio de ações descentralizadas e isoladas, não sendo configuradas como parte de um plano de ação governamental coletivo para a região. É apenas em meados da década de 1940, durante o segundo Governo Vargas (1930-1945) que o desenvolvimento econômico das regiões Norte e Centro-Oeste passa a ocupar papel de destaque no planejamento de políticas públicas por parte do governo federal.

A iniciativa do Estado em prover o Norte e o Centro-Oeste com políticas desenvolvimentistas se deve ao fato de essas regiões terem sido enxergadas como áreas atrasadas e de pouco aproveitamento econômico. Essas políticas públicas para o Desenvolvimento na região amazônica costumam ser generalistas e caracterizadas pela busca de um crescimento econômico concomitantemente a uma rápida modernização dos arranjos produtivos. Observa-se que a maior parte desses programas trouxe benefícios advindos desse rápido processo de desenvolvimento e modernização, todavia, os privilégios foram estendidos a poucos e indiretamente favoreceu para continuidade de uma estrutura arraigada de poder local pré – existente aos projetos de desenvolvimento.

As políticas públicas para o desenvolvimento com vistas ao alcance da modernização da economia tiveram seu início em 1935 durante o Governo Getúlio Vargas com a tentativa de instalação de uma usina siderúrgica no Brasil. As políticas para Desenvolvimento com intervenção estatal tiveram seu início em 1940 ainda no Governo Vargas com a Marcha para o Oeste. (TAUILE, 2001)

Para Warnken (1999) deve ser considerado também uma mudança no panorama da política econômica nacional, que segundo o autor, até a década de 1940 tinha como hábito a sobrevalorização do mercado interno em detrimento do externo devido à adoção por parte do governo brasileiro da “Teoria do Comércio de Excedente Exportável”<sup>24</sup> Seguindo esse pensamento dentre as medidas adotadas de forma costumaz pelo governo estão as de incentivo ao consumo interno das quais destaca-se as medidas de restrição a importação.

### **2.2.3 O Nacional Desenvolvimentismo Clássico e os Programas para Modernização da Economia Brasileira e para o Desenvolvimento Regional na Amazônia**

Até o início das políticas governamentais para ocupação e desenvolvimento na região sudoeste do Pará, essa área continha apenas às cidades de Santarém, Altamira e Itaituba, sendo definida por documento técnico do governo federal como “vazios demográficos” ocupados apenas pelo extrativismo de sub-existência de populações tradicionais. Desta forma, as políticas territoriais elaboradas e implementadas pelo governo para apoio ao processo de ocupação da região, como o Programa de Integração Nacional (PIN), as construções das rodovias Cuiabá Santarém e Transamazônica, programas como o PROTERRA, POLOAMAZÔNIA, POLOCENTRO e POLONOROESTE tiveram grande

---

<sup>24</sup> Teoria que pregava a priorização do mercado doméstico e exportar somente o que não fosse atendido pela demanda interna.

importância no crescimento não só populacional, mas também econômico da região. (BRASIL, 2006)

Outra política governamental de crucial importância para o estabelecimento das dinâmicas existentes hoje na região foi a de implementação de agrovilas ao redor da rodovia Transamazônica, criada em meados da década de 1970. Essas agrovilas eram ocupadas principalmente por migrantes nordestinos, principalmente oriundos do Maranhão, todavia, migrantes da região sul do país também. As agrovilas deram origem a quase todas as cidades existentes na região atualmente. (BRASIL, 2006)

Atividades extrativistas como a garimpeira e a exploração madeireira também foram fatores importantes para o povoamento da região a perspectiva de lucratividade era bastante atrativa. No caso específico da atividade madeireira, apesar da exploração na região se dar desde o século XIX, ela ganhou força na década de 1970 com a migração de empresas madeireiras vindas da região sul e dos estados do Espírito Santo e da Bahia. Diferente da ocupação agrícola, a indústria da madeira se instalou na região, não por incentivos governamentais, mas pela busca de novas áreas para exploração florestal.

#### **2.2.3.1 A Marcha para o Oeste**

A “Marcha para o Oeste” foi uma iniciativa do Governo Federal objetivando a ocupação e a exploração das regiões norte e centro-oeste, que até então, contavam com uma densidade demográfica bastante baixa. (OLIVEIRA, SD) A “Marcha para o Oeste”, constituída durante o Governo Vargas em 1940, é tida como primeira política pública oficial para a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia, incluindo-se também a área de influência da Cuiabá – Santarém.

As diretrizes para as ações dessa política foram gerenciadas pela Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) e pela Fundação Banco Central (FBC). Até esse momento, somente a Calha do Rio Amazonas tinha alguns centros populacionais na área de influência da BR – 163. Esses centros eram distribuídos em diferentes estabelecimentos e centros urbanos.

#### **2.2.3.2 Juscelino Kubitscheck e o Plano de Metas**

O Governo Juscelino Kubitscheck (1956 - 1961) é outro marco para as políticas de colonização da Amazônia. Isso porque Kubitscheck por meio de seu plano de metas insere

o país em uma política de natureza desenvolvimentista, tanto que o lema de seu governo foi “fazer crescer cinquenta anos em cinco”. O Plano de Metas de JK tinha na base da expansão da malha rodoviária como ponto vital do projeto, que tinha como um de seus objetivos a integração nacional e o desenvolvimento da hiterlândia<sup>25</sup>brasileira. (BRASIL, 2006)

Apesar de não possuir nenhuma ação específica para a Amazônia, o Plano de Metas desencadeou um processo de transformações na Amazônia. As construções das rodovias Belém – Brasília (BR-010) e Brasília – Acre (BR – 317), juntamente com a construção de Brasília, corroboraram para o desenvolvimento de atividades agrícolas e para a migração para a Amazônia, uma vez que a região passou a ser interligada com o sul e o sudeste do país. A economia que até então, por herança colonial, tinha suas estruturas calcadas na produção regional de pequena escala e de natureza adaptativa e com pouco impacto sobre o ambiente natural. Com as políticas nacionais de integração instaura-se uma nova dinâmica socioeconômica e ambiental na medida em que são instalados novos vetores de ocupação e de povoamento sobre o povoamento no espaço amazônico, permitindo uma nova leitura acerca da apropriação de recursos naturais e da organização político-social da região.

As políticas públicas para o desenvolvimento na Amazônia intensificam-se na década de 1960 com a entrada dos militares no poder. Com a política do “ocupar para não perder” a ocupação e a colonização da região norte se tornaram prioridades do governo. Nesta lógica de promoção da “segurança e desenvolvimento” os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) foram protagonistas no que tange a incentivos financeiros para expansão do agronegócio e da construção de rodovias.

Como estratégias para apoio à modernização da economia da região, o governo federal apoiou-se na criação de algumas organizações chave, tais como o Banco da Amazônia (BASA), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Zona Franca de Manaus. Além disso, o Estado proveu-se de ações estratégicas previstas em programas e projetos denominados “malha programada”, formada por:

- Grandes obras de infraestrutura de integração espacial (rodovias como a Transamazônica e a Cuiabá- Santarém);

---

<sup>25</sup>A palavra tem origem na língua alemã, na qual literalmente significa a terra atrás (uma cidade, um porto ou similar). Em alemão, a palavra também descreve a parte de um país em que somente poucas pessoas vivem e a infraestrutura está subdesenvolvida.

- Grandes projetos hidrelétricos e minerais como a Usina Hidrelétrica Tucuruí e o complexo metalúrgico de Carajás, que transformaram a região em uma grande fronteira de recursos;
- Superposição de territórios federais sobre os estaduais, criados por decreto a partir de então sob jurisdição direta do Governo Federal – como as faixas de 100 km ao longo de rodovias federais;
- Indução a migração para povoamento do território e formação de mão-de-obra regional;
- Projetos de Colonização Agrícola: Plano de Integração Nacional (PIN) e Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria nas regiões Norte e Nordeste (PROTERRA);
- Incentivos fiscais e financeiros para instalação de grandes projetos agropecuários e projetos industriais, como o parque de bens eletro eletrônicos na Zona Franca de Manaus.

Segue adiante as principais políticas e programas desenvolvidos pelo governo ditatorial a fim de promover o desenvolvimento econômico na região amazônica.

### **2.2.3.3 O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)**

Durante o Governo Castelo Branco foi criado o primeiro programa desenvolvido pelo governo militar pós 1964, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). O PAEG tinha como objetivo a ampliação da produção de alimentos com fins de exportação e como seu principal foco a redução das disparidades existentes entre as regiões do país e ao mesmo tempo resolver com urgência os problemas da população nordestina atingida com a seca. (KERECKI & SANTOS, 2009) (PIRES, 2000).

A fim de promover uma melhor coordenação de ações em nível nacional foi criado um ministério extraordinário sob a denominação de Ministério Extraordinário para a Coordenação de Organismos Regionais. Como ações do PAEG estavam a priorização de investimentos e a concessão de isenções fiscais para inversões no Norte e Nordeste. A ocupação e colonização da Amazônia eram vistas como imprescindíveis para o governo militar, pois o elevado potencial em recursos naturais da região poderia ser alvo de interesses externos.

As políticas para desenvolvimento do governo ditatorial subsequentes para a Amazônia estavam voltadas para a integração da região com o restante do país. Para isso o

governo adotou como estratégias: a abertura de estradas, colonização dirigida, definição de pólos para a concentração de investimentos, montagem de infraestrutura (energia, telecomunicações, aeroportos) e propaganda para atração de mão-de-obra, além de uma grande oferta de incentivos fiscais.

#### **2.2.3.4 O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico (PED) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)**

O Governo Costa e Silva foi responsável por duas grandes medidas de apoio ao setor primário, são elas a criação do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico (PED) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que priorizavam a comercialização e as transformações tecnológicas da agricultura. (BRAGA 1998)

Essas políticas impõem uma nova dinâmica para a Amazônia que vai desde a inovação tecnológica para a agricultura até a imposição de atividades monocultoras, afetando diretamente as relações sociais, econômicas e ambientais. Em meados da década de 1970 se inicia uma febre de políticas públicas e programas de cooperação agrícola visando o aumento da produção de alimentos. Como consequência nota-se um deslocamento da fronteira agrícola da região sul/sudeste para a centro-oeste/norte. Essa nova política de desenvolvimento finca-se com um modelo produtivo de uso intensivo dos solos e de desenvolvimento de grandes monoculturas de soja e de carne.

A criação da SUDAM foi uma das principais diretrizes governamentais no que tange a elaboração de políticas públicas para a Amazônia Brasileira. Sua instituição tinha como objetivo primordial o estabelecimento de políticas de incentivos fiscais e creditícios. A atração de capitais estrangeiros, investimentos em áreas selecionadas e definição de espaços econômicos aptos ao desenvolvimento regional estavam entre as principais metas da superintendência. A SUDAM tinha como base para a sua atuação recursos financeiros de um fundo de investimentos (FINAM) criado pelo governo, e também do Banco da Amazônia S/A (BASA). Assim, o apoio da SUDAM foi de crucial importância para que grandes conglomerados econômicos pudessem investir em pólos agropecuários da região.

#### **2.2.3.5 Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o Programa de Integração Nacional (PIN) e os Projetos de Colonização Integrada (PIC)**

O Governo Médici deu continuidade às políticas de modernização da economia por meio do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) Este objetivava, sobretudo, o

desenvolvimento econômico e a ampliação da malha rodoviária que tornasse viável a integração nacional e uma facilitação do escoamento de produtos primários.

Um grande marco das Políticas Públicas para o Desenvolvimento na área de influência da BR-163 no Governo Médici foram os Programas de Integração Nacional (PIN). O PIN foi criado no mês de junho de 1970 por meio do Decreto – Lei Nº 1106, assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. O Programa de Integração Nacional tinha como propósito o financiamento de um plano de infraestrutura em regiões compreendidas como de escopo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a promoção da integração das regiões norte e nordeste à dinâmica da economia nacional. O interesse do Estado em priorizar ações sinérgicas entre as regiões norte e nordeste era tão grande que dos colonos atendidos pelo programa, cerca de 75% eram migrantes nordestinos.

O PIN trouxe perspectivas positivas para o desenvolvimento por intermédio da construção de estradas, de programas de colonização dirigida, continuidade de incentivos fiscais e exploração de recursos naturais. (SIMÕES, 2002). A primeira etapa do PIN foi a construção das rodovias Cuiabá – Santarém (BR – 163) e da Transamazônica (BR-230). De acordo com Kitamura (1994) muito mais do que integração a construção de estradas significavam dentro do imaginário coletivo possibilidades reais de desenvolvimento a partir da exploração dos recursos locais.

A segunda etapa do PIN consistiu em um plano para ocupação das terras desapropriadas. Objetivando “dar homens a uma terra sem homens e dar terra a homens sem terra” foi criado um grande programa para distribuição de terras na Amazônia. Trata – se dos Projetos Integrados de Colonização (PIC’s). Para coordenação e jurisdição sobre esses projetos foi criado em 09 de julho de 1970 pelo Decreto – Lei Nº 1110 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A influência e importância do Incra para o ordenamento da região da área de influência da BR -163 se deu porque este era o responsável sobre os PIC’s sediados em Altamira, Itaituba e Santarém, além de exercer jurisdição sobre os 100 km de cada lado das rodovias federais. Ficava a cargo do Incra em um primeiro momento, fornecer aos colonos assentados um salário que assegurasse sua sobrevivência durante os seis primeiros meses que antecederiam as suas primeiras colheitas, além de prover assistência técnica, crédito rural, infra – estrutura social; acessibilidade para escoamento e comercialização da produção e promoção do ordenamento territorial da nova fronteira.

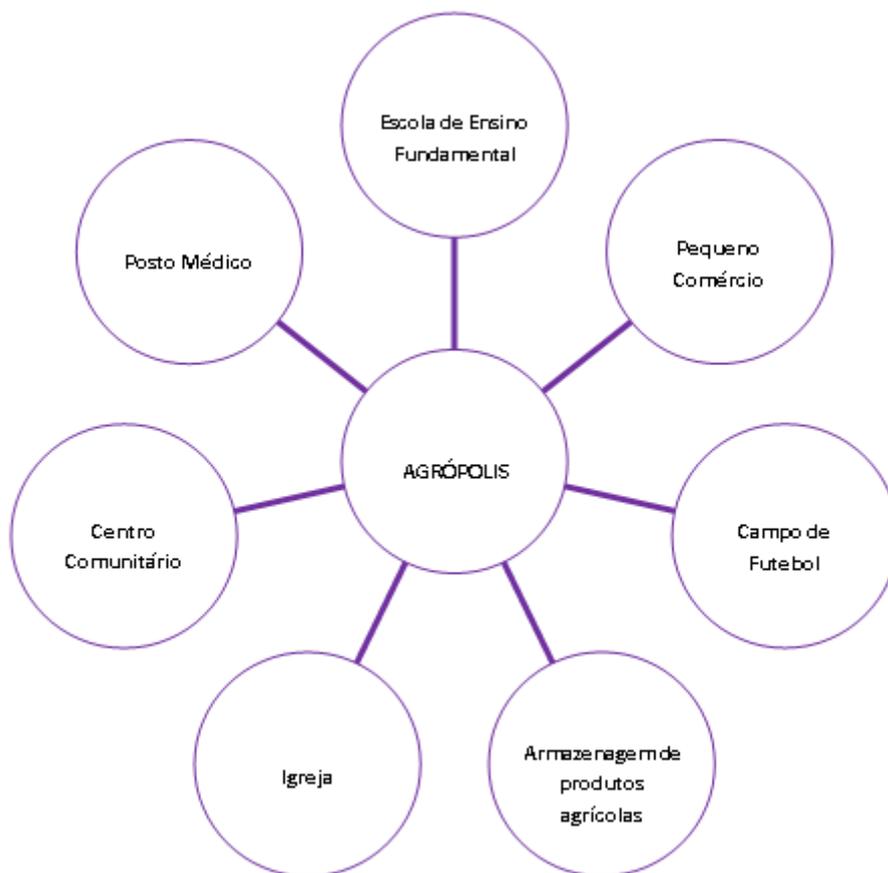
A relevância e efetividade das ações do Incra, pelo menos em território paraense, se deu por meio da federalização de milhares de hectares da terra na região. Estima-se que no estado do Pará, pelo menos cerca de 66% do território do estado tenha sido convertido em propriedade da União. Assim sendo, o Incra passou a deter o controle e administração de grandes faixas de terra ao longo das rodovias federais. De acordo com UFPA (2007) os primeiros dez quilômetros seriam ocupados pelos pequenos agricultores em lotes de 100 hectares (500x200m) para atividades agrícolas de pequena escala. Os noventa quilômetros restantes seriam destinados para o desenvolvimento de atividades pecuárias em lotes de tamanho variável entre 500 a 3.000 hectares.

O plano gerenciado pelo Incra previa que a ocupação seria feita nos primeiros 10 km em assentamentos de agricultores familiares e os 90 km restantes seriam destinados a investidores de maior porte. Havia também o planejamento que a cada 5 km perpendiculares com aproximadamente 10 km de extensão visando o escoamento da produção agrícola. Os PIC's deveriam prover aos assentados toda uma infraestrutura, além da oferta de incentivos fiscais.

No estado do Pará foram implantados três PIC's ao redor da Transamazônica entre os municípios de Marabá, Altamira e Itaituba. Na área de influência da BR-163 foi implantado o PIC - Itaituba compreendido pelos municípios de Aveiro, Santarém, Itaituba e Rurópolis. O PIC teve como primeira sede administrativa Miritituba, distrito do município de Itaituba e posteriormente foi transferida para Rurópolis.

Segundo a UFPA (2007) o modelo de desenvolvimento planejado pelo Estado para a região pode ser compreendido como uma espécie de urbanização rural hierarquizada na qual se tem a presença de agrovilas, agrópolis e rurópolis. Uma das justificativas apresentadas pelo Incra para a escolha desse modelo é que seria um instrumento auxiliar no ordenamento territorial da "selva" facilitando a permanência das famílias assentadas no campo. As agrópolis tinham os seguintes componentes:

Ilustração 9: Estrutura das Agrópolis



Fonte: Autora

As agrópolis foram projetadas para serem centros urbanos com capacidade de abrigo para até 1.000 pessoas. Foram modeladas para oferecerem uma estrutura agroindustrial e administrativa a fim de servir como suporte a integração social no meio rural. Já as rurópolis tinham um formato diferente, com uma disponibilidade maior de serviços (aeroportos, hospitais, escolas técnicas, hotéis, cinemas, etc.), tinham suporte para atender até 20.000 moradores e tinham como função servirem de pequeno polo de desenvolvimento e centro das agrovilas e agrópolis distribuídas em um raio de até 200 km. Foi esse padrão de ocupação espacial vislumbrado pelo PIN e dissecados pelos PIC's que se procurou aplicar nos assentamentos dirigidos na confluência das rodovias Transamazônica e Cuiabá – Santarém, integrando o PIC Itaituba, a única rurópolis implantada pelo Programa, que posteriormente se tornou o município de Rurópolis.(BRASIL, 2006)

O PIC Itaituba abrangia uma área total de 715.524,48 hectares, com perímetro de 1.050 km<sup>2</sup>. O PIC abrangia 163 glebas, cada uma com 10 lotes de 100 hectares cada. Desta

maneira, o plano propunha que 1630 famílias do PIC se dividiriam a 10 km das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica da seguinte forma:

- a) **Ramal Norte → Gleba 51** – de Rurópolis até o km 40 da BR – 163 no município de Belterra;
- b) **Ramal Transamazônica → Gleba 62** – de Miritituba até o limite do PIC – Altamira;
- c) **Rama Sul → Gleba 50** – km 30 (Campo Verde) até o rio Jamaxim.

O PIC Itaituba foi implementado em 1972 e assentou 30 famílias. 3111 lotes de 100 hectares foram delimitados e 140 lotes de 500 hectares foram ocupados no período compreendido entre 1972 e 1978. Essas famílias se dividiram entre as vicinais das rodovias BR - 163 e BR – 230. Segue abaixo tabela com a evolução das famílias assentadas no PIC. (UFPA, 2007)

Tabela 5: Evolução das famílias assentadas no PIC Itaituba

ANO	Nº DE FAMÍLIAS
1972 A 1974	732
1975	1095
1976	1510
1977	1800
1978	1900 (estimado)
<b>Total de Assentados</b>	<b>7.037</b>

FONTE: INCRA (1978). Adaptado de UFPA (2007)

Essa metodologia de ocupação territorial só perdurou até o ano de 1974, quando o governo federal afirmou que a colonização dirigida pelo PIN estava fadada ao fracasso. Entre os fatores que culminaram no fracasso dos PIC's destacam-se: a falta de assistência técnica aos assentados, dificuldade de obtenção de crédito bancário e a precária situação das BR – 163 e BR – 230 e de suas vicinais.

Desse maneira, a política de ocupação da Amazônia impulsionada pelo Estado foi remodelada no então Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia –

POLOAMAZÔNIA. Apesar desse novo direcionamento da política de colonização da Amazônia, os índices de migração para a região continuam bastante altos. Isso por que a expectativa de asfaltamento da BR – 163 criou em efeito de colonização espontânea, a qual o Incra não tinha controle e que gerou um processo de ocupação desordenada da região.

Ainda que o modelo de colonização do Estado tenha sido remodelado, as famílias assentadas pelo PIC encontraram muitas adversidades, abandonando suas propriedades. Como resultado, observou-se uma alta taxa de crescimento demográfico nos municípios de Altamira, Itaituba e Santarém na década de 1970.

#### **2.2.3.6 O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e o Programa de Pólos Agropecuários da Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA)**

Com o Governo Geisel, os incentivos para o desenvolvimento agrícola na Amazônia foram ainda maiores, pois com o II PND, em vigor a partir de 1974, surgem diversos financiamentos e de subsídios governamentais permitindo a modelagem do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA). (BARRETO, 2005). Entretanto os créditos subsidiados ao invés de promoverem o desenvolvimento dos assentamentos rurais serviram como instrumento de transferência de recursos financeiros aos grandes proprietários. (PESSOA, 1988). Tais subsídios permitiram a substituição da agricultura tradicional por uma moderna e mecanizada. (WARNKEN, 1999)

O modelo de desenvolvimento para a Amazônia em um primeiro momento visava promover a migração para região mediante programas de colonização dirigida gerenciados pelo Incra, que buscavam a desenvoltura de uma agricultura de caráter familiar, porém, acabam cedendo espaço para projetos mais ambiciosos de modernização das estruturas agrícolas da região. Esse modelo de modernização dos processos produtivos da agricultura é feito com a manutenção de latifúndios e com produção patronal, sendo conhecido denominado por Graziano da Silva (1982) como Modernização Conservadora. (EHLERS, 1994)

Ao reformular a política para colonização e desenvolvimento para a Amazônia, o Estado promoveu uma política voltada para atividade agropecuária e selecionou as áreas que concentrariam os recursos. Dos 15 pólos do POLOAMAZONIA projetados para o estado do Pará, um se inseriu na área de influência da BR – 163, o pólo Altamira. A instauração do pólo inferiu mudanças significativas nas dinâmicas socioeconômicas da região. Se em um primeiro momento havia uma tendência ao estabelecimento de pequenas propriedades

embasadas na atividade extrativista, esse quadro rapidamente se reverteu para a instalação de propriedades com tamanhos maiores voltadas para a agropecuária. Sendo agraciada com ações tanto do PIN, quanto do POLOAMAZÔNIA em seu território, Altamira deu início a um processo de revigoramento urbano, se tornando um centro polarizador com novas bases econômicas. Altamira passou a ostentar uma significativa produção de cana-de-açúcar, pimenta e cacau, além de uma rápida ascensão na área de serviços com vistas a atender a nova população de migrantes. (BECKER, 1990)

Dentre as principais mudanças das estruturas sociais trazidas na substituição do modelo dos PIC's para o do POLOAMAZÔNIA destacam-se:

- Ampliação das áreas que em um primeiro momento foram destinadas a pequenos produtores;
- Estrapolação das estradas vicinais, e;
- Ampliação da área de colonização.

Outro ponto que deve ser considerado é que essas mudanças desencadearam a uma onda de migração espontânea para a região, quebrando com o modelo induzido pelo Estado. Além disso, o novo modelo de desenvolvimento da região incitou a um processo de concentração fundiária com a expulsão/expropriação de colonos assentados na década de 1970. Uma medida por parte do Estado que contribuiu para a consolidação desse quadro foi a permissão de glebas para lotes de 1.000 a 3.000 hectares sem dentro do polígono de desapropriação. De acordo com Miranda (1992) essa medida foi de encontro aos objetivos pelos quais as terras foram desapropriadas pelo Estado anteriormente.

Ademais, isso resultou em um crescimento da mobilidade da mobilidade populacional intra – regional, provocando um êxodo rural. Desta maneira, observou-se uma ampliação da área urbana de Altamira, bem como a uma periferização da região. Por conta dos programas governamentais e dos investimentos estatais em infraestruura estabelecidas na década de 1970, houve uma grande expansão econômica, demográfica e espacial na região de Altamira, concedendo a ela o status de fronteira agrícola. A oferta significativa de crédito subsidiado juntamente com a diversidade dos recursos provocou uma explosão no desenvolvimento de lavouras e na ocupação humana na Amazônia. Contudo esse projeto político-econômico sofreu esgotamento na década de 1980 devido à descontinuidade das políticas de crédito, à queda nos preços das commodities, e, sobretudo a uma quebra no discurso político de desenvolvimento econômico da região.

### **2.2.3.7 O Programa Calha Norte**

O último grande programa de desenvolvimento regional foi a Calha Norte em 1985, que foi marcado por grandes conflitos sociais, impactos ambientais, abertura de novas estradas, expansão agrícola e intensa movimentação demográfica. (BECKER, 2004)

A crise dos sistemas agroecológicos pode ser entendida como mais um fator complicador para continuidade de políticas de desenvolvimento regional de natureza conservadora. Isso porque esse modelo de desenvolvimento apresentou alguns resultados não esperados como tensões socioambientais e redução nos preços das culturas. (SIMÕES, 2002)

### **2.2.3.8 Falência dos Programas Governamentais de Desenvolvimento e seus Impactos na Região Amazônica**

A desassistência do Estado ao modelo de desenvolvimento assumido na região amazônica desencadeou em um colapso econômico conjuntural que se associou a mudanças estruturais profundas que resultou numa crise de identidade social. Apesar da desaceleração drástica do volume de concessão de financiamentos o projeto de modernização foi parcialmente assegurado pela manutenção de custeio para financiamento dos principais insumos agrícolas modernos e, de outro, pela limitação e reorientação do crédito para investimento, inclusive por meio de programas específicos para culturas de exportação e de segurança energética. (GRAZIANO DA SILVA, 2000)

Becker (2002) aponta dois pontos essenciais para compreensão da lógica socioeconômica que a região assume. O primeiro se refere ao aumento dos preços da soja, da laranja e da carne no mercado que torna a produção desses produtos atrativa. A segunda concerne à instalação de grupos agroindustriais como agentes financiadores dessa produção.

Outro aspecto importante que deve ser considerado é que a agricultura brasileira se tornou bem mais competitiva no mercado externo e os preços favoráveis de algumas commodities, a saber, soja, laranja e carne, incentivaram a produção desses bens. Assim mesmo diante da queda do crédito rural observa-se o autofinanciamento por parte dos produtores. (CARVALHO, 1996)

As dinâmicas de reformulação do processo de desenvolvimento e reorganização dos arranjos produtivos tiveram seu início na década de 1990 e foram encabeçadas por grandes corporações privadas se fundamentaram nas políticas públicas assumidas pelo Estado

anteriormente baseadas no incentivo a produção de bens primários e na construção de infra-estrutura para o escoamento destes.

Segundo Becker (2002), os produtores conseguem permanecer com a terra devido ao seu baixo valor agregado, os grupos agroindustriais entram no mercado como agentes de crédito e assumem toda uma responsabilidade logística de escoamento do produto, isso no caso da soja, adotando uma continuidade da política de produção assumida pelo Estado na década de 1970.

A semelhança do modelo é tal, que uma das corporações, o Grupo André Maggi, auxilia também as pesquisas de ciência e tecnologia para melhoramento do cultivo de soja, inaugurando em 1993 a Fundação de Pesquisa Agropecuária do Mato Grosso, visando a expansão da cultura para território amazônico. Apesar do Grupo Maggi não ser o dono da Fundação, esta foi idealizada por ele e a mobilização dos produtores se fez através dele. (BECKER, 2002)

Assim o projeto de desenvolvimento regional anteriormente preconizado pelo Estado em décadas anteriores passa a ser assumido por novos atores como populações tradicionais, governos estaduais e empresas privadas. De acordo com Becker (2004), essa multiplicidade de atores inserida no processo contemporâneo de desenvolvimento faz com que a região assuma uma nova configuração complexa, onde a dinâmica regional apresenta um elemento transformador endógeno. Com a mudança de atores na estrutura de expansão populacional e de urbanização da região, as dinâmicas de desenvolvimento a partir da década de 1990 passaram a assumir caráter intra-regional entre os estados da Amazônia legal brasileira, no sentido rural urbano. (ALVES et al, 2009)

Segundo Becker (2005) o aumento do êxodo rural na região amazônica reflete uma dicotomia entre o modelo de uso da terra e dois recursos naturais. Se de um lado há uma predisposição para o modelo da agricultura familiar, por outro, as agroindústrias presentes na Amazônia tem financiado o modelo latifundiário. Como resultado dessa nova dinâmica regional, observa-se que a evasão da população tradicional de pequenas comunidades rurais para cidades de maior porte fez com que essas cidades adquirissem o título de município.

A sustentabilidade desses modelos de produção agrícola é questionada por MUELLER (1995) (*apud* BARRETO, 2005), e os impactos provocados por esta são citados por ele, dentre os quais se destacam: compactuação e impermeabilização dos solos pelo uso intensivo de máquinas agrícolas; erosão; contaminação por agrotóxicos nas águas,

alimentos e animais; impactos detrimenais da retirada da vegetação nativa por áreas extensas; assoreamento dos rios e reservatórios; aparecimento de novas pragas ou aumento das já conhecidas (MUELLER, 1992, *apud* BARRETO, 2005) e; risco à sobrevivência de espécies vegetais e animais com a perda de habitat natural devido à expansão agrícola. (CUNHA, 1994).

A busca de alternativas para o desenvolvimento sustentável, que passa pela estabilização da agricultura da agricultura familiar, tem sido a base da compreensão da complexidade social, política e econômica determinante imprescindível no dinamismo regional.

## **2.2.4 O Nacional Desenvolvimentismo Contemporâneo: O Retorno do Estado como Indutor de Políticas na Amazônia**

### **2.2.4.1 O Nacional Desenvolvimentismo Contemporâneo e a BR -163**

Com o reconhecimento dos prejuízos financeiros causados pela incipiência da malha rodoviária brasileira, o governo brasileiro tornou a voltar a sua atenção para programas de infraestrutura. Esses programas buscam o desenvolvimento não só da infraestrutura como também o da energia. Os objetivos desses programas são o de promoção da exportação e o de ocupação e integração, com ênfase para o escoamento da produção agroindustrial do centro-oeste brasileiro. Esses programas foram contemplados no Plano Pluri Anual (PPA) “Avança Brasil” lançado em 1999 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e posteriormente pelos dois Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) dos dois governos Lula e do atual governo Dilma.

A retomada do projeto de asfaltamento da BR – 163 teve vários fatores condicionantes, mas caso fosse necessário elencar um como o fator inicial, sem dúvidas seria a forte pressão feita pelos setores agropecuários e madeireiros do estado do Mato Grosso. Procurando atender as demandas econômicas desse setor, o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou a pavimentação da rodovia em 1998. Para os produtores agropecuários e madeireiros de Mato Grosso, o porto de Santarém reduziria as distâncias para os portos do sul do país de até 1000 km, além de reduzir bastante a distância até o porto de Roterdã na Holanda. Essa redução de distâncias representaria por exemplo, uma economia de até \$11,6 por tonelada de soja. (GEIPOT, 2000). O compromisso assumido por Fernando Henrique foi assumido e intensificado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar de ainda não ter sido concluída a pavimentação da estrada foi tida como prioritária

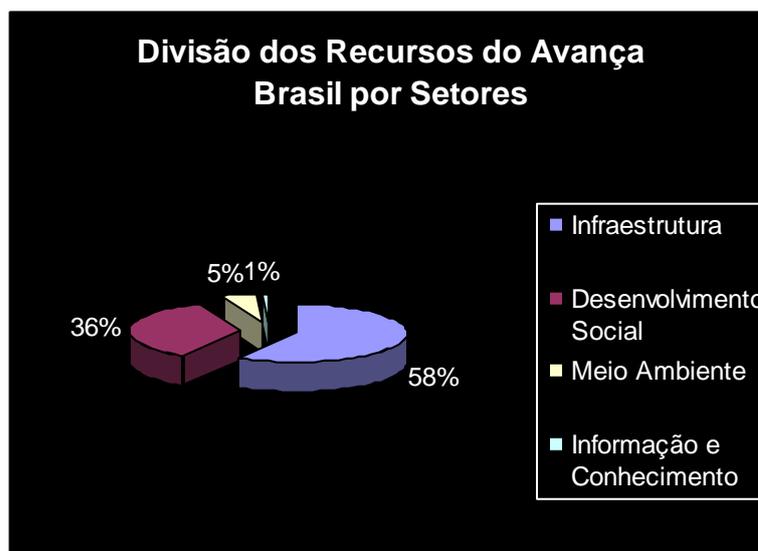
pelo governo Lula e inclusa no PPA (2004 – 2007) e no Programa de Aceleração do Crescimento. A obra continua como uma das prioritárias no atual governo de Dilma Rousseff. A rodovia Cuiabá – Santarém juntamente com a Usina de Belo Monte se configura como um dos principais símbolos do nacional desenvolvimentismo contemporâneo brasileiro. (MCGRATH, ALENCAR & SOUZA, 2010)

#### 2.2.4.2 O Governo FHC e a BR – 163

De acordo com McGrath, Alencar & Costa (2010) o Avanço Brasil foi o primeiro grande projeto governamental de investimento em infraestrutura desde o Plano de Integração Nacional. Com investimentos públicos e privados na ordem de R\$ 317 bilhões o programa tinha traçado 365 projetos distribuídos em 6 áreas: transportes, energia, telecomunicações, desenvolvimento social, meio ambiente, informação e conhecimento.

Desse total a maior parte, cerca de 186,1 bilhões de reais, ficou voltada para o setor de infraestrutura compreendendo respectivamente às áreas transportes, energia e telecomunicações. O restante ficou distribuído nos outros setores propostos pelos programas da forma como pode ser visualizada no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Divisão dos Recursos Orçamentários do Avanço Brasil pelos setores compreendidos pelo programa



Fonte: Autora. Adaptado de SMERALDI & CARVALHO (2002)

No caso específico da Amazônia, foram tomadas como prioritárias as rodovias Cuiabá – Santarém (BR – 163), a Porto Velho – Cuiabá (BR – 364), a Porto Velho – Manaus

(BR – 319), a Interoceânica (BR – 317), a Transamazônica (BR-230) e a Macapá – Oiapoque (BR – 156). Apesar de bastante ambicioso em sua proposta, o Programa Avança Brasil alcançou pequenos resultados referentes a pavimentação da BR – 163. Um dos motivos para o não alcance dos objetivos se deve a falta de recursos financeiros, pois do que estava previsto, foram executados apenas 66% e 61% dos orçamentos previstos para os anos de 2000 e 2001.

#### **2.2.4.3 O Governo Petista e a BR – 163**

Durante seu mandato (2003 – 2010) o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu continuidade no seu primeiro mandato e intensificou no segundo mandato o processo iniciado pelo governo anterior no que se refere às grandes obras de infraestrutura. Com fins de alavancar as grandes obras de infraestrutura, o presidente lançou em 2006 o Plano de Aceleração do Crescimento 1 (2007-2010) e PAC 2 (2010-2013).

Assim como o Avança Brasil, o PAC também subdivide-se em áreas estratégicas, são elas:

- Comunidade Cidadã;
- Minha Casa, minha vida;
- Água e Luz para Todos;
- Transportes, e ;
- Energia.

O aporte de recursos do PAC 1 girou em tornou de R\$503,9 bilhões de fontes públicas e privadas para os anos de 2007 a 2010. Dos 50,9 bilhões destinados a região norte 6,3 bilhões tiveram como destinos as obras das BR-163, BR – 230 e BR – 319. Tanto o Avança Brasil quanto os PAC1 e PAC2 , no que tange a infraestrutura foram modelados a partir de projetos de infraestrutura já delineados e/ou em fase de implementação. Entretanto, há uma diferença crucial desses novos programas de desenvolvimento para os que foram projetados na década de 1970: A fonte de recursos. Enquanto na década de 1970 o Estado era o ator principal no cenários de políticas para o desenvolvimento na Amazônia, no cenário contemporâneo ele divide o palco com parceiros privados. Essa parceria público –

privado não é por acaso e tem como propósito a ampliação e aceleração das estrutura nacional de infraestrutura.(MCGRATH, ALENCAR & SOUZA, 2010)

Os programas de desenvolvimento priorizados pelo governo petista oferece poucas inovações quanto aos desenvolvidos pelo nacional desenvolvimentismo clássico, e as novas variáveis trazidas no âmbito dos projetos referentes às dimensões ambientais e a participação efetiva da sociedade civil organizada ainda são bastante tímidas. Assim como ocorrido no nacional desenvolvimentismo clássico, o governo Lula tem assumido uma posição cada vez mais desenvolvimentista e pouco flexível quanto a necessidade do estudos de Avaliação de Impactos Ambientais, tomando uma posição demasiadamente agressiva ante aos órgãos ambientais, com vistas a apressas os processos de licenciamento das obras do PAC. Todavia, observa-se que diferente do nacional desenvolvimentismo clássico, houve uma maior abertura por parte do Estado quanto a discussão das grandes obras de infraestrutura junto a sociedade civil.

Todavia, com o crescimento e fortalecimento do pensamento ecológico entre a comunidade internacional e a sociedade brasileira tem trazido crescentes críticas quanto aos impactos socioambientais dos obras de infraestrutura previstas no PAC. Segundo Nepstadetal (2000), estima-se que 37% dos 50 km laterais das rodovias federais Belém Brasília (BR – 010) e BR – 364 e da rodovia estadual PA – 150 tenham sido desmatados. Ainda segundo os autores, espera-se que um total de 120 mil km<sup>2</sup> de área de floresta seja desmatado, enquanto que 198 mil de km<sup>2</sup> seria degradado com o aumento da malha rodoviária na região norte, o que equivaleria a 10% da área de floresta da Amazônia Brasileira. Dialogando nessa mesma lógica, Lauranceetal (2001) afirmam que os impactos negativos seriam 3 vezes maiores. É bem verdade que as taxas de desmatamento na Amazônia tem sido diminuído se comparado com a década anterior, em grande parte devido a estagnação do mercado internacional de grãos e de medidas governamentais pro ambiente, contudo ainda é possível verificar precariedade no monitoramento e fiscalização ambiental na região amazônica.(MCGRATH, ALENCAR & SOUZA, 2010)

De acordo com Oliveira (2010), diferente dos governos anteriores, o governo Lula assumiu uma gama de compromissos socioambientais no que tange a área de influência da BR – 163. O motivo para essa posição por parte do governo federal se deve a uma grande coalizão em prol da floresta firmada pela sociedade civil organizada da região. Para McGrath, Alencar e Costa (2010), trata-se de uma quebra paradigmática quanto ao modelo clássico de governança ambiental em áreas previstas para projetos de desenvolvimento econômico. Mesmo assim, observa-se que o nacional desenvolvimentismo contemporâneo

apresenta traços do mesmo viés autoritário do nacional desenvolvimentismo clássico. Todavia, há uma força motriz de caráter ecológico muito maior do que o da década de 1979, trazendo uma agenda política emergente voltada para o meio ambiente. Essa nova agenda política tem como objetivo a concertação e a mitigação de efeitos ambientais nefastos do nacional desenvolvimentismo contemporâneo, não sendo exagero falar que as políticas ambientais voltadas para áreas protegidas ao redor de grandes empreendimentos de infraestrutura seria uma espécie de Preservação do Desenvolvimento Acelerado.

## **2.5 Políticas para a Conservação e Proteção Ambiental**

A Amazônia, como chama a atenção Becker (2004), já é percebida na esfera governamental como fronteira a ser preservada. Todavia, coexiste também a percepção da região como fonte de recursos naturais, fazendo com que seja também de interesses econômicos do país. Nesse panorama de poder do Estado sobre o uso do território, bem como de mercantilização da natureza, coexistem interesses desenvolvimentistas e ambientalistas. No que tange a área de influência da BR – 163, a maior política de proteção ambiental é o Distrito Floresta Sustentável da BR – 163, que tem como base três políticas ambientais de grande alcance, são elas: O Plano Amazônia Sustentável, o Plano de Ação de Combate ao Desmatamento e o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR – 163.

### **2.5.1 O Plano Amazônia Sustentável**

O Plano Amazônia Sustentável (PAS) é produto de uma concertação entre diferentes ministérios do Governo. O PAS teve como pontapé inicial uma reunião realizada em 09 de Maio de 2003 em Rio Branco (Acre) a qual contou como participantes o Presidente da República (Lula), nove ministros de estados e cinco governadores de estados da Região Norte.

O Plano Amazônia Sustentável (PAS) tem como fim verificar novas abordagens ao desenvolvimento regional sustentável abarcando variáveis importantes como questões tradicionais do desenvolvimento regional e sua competitividade no mundo globalizado. De acordo com Wehrmann (2004) apesar de o PAS ter delineado diretrizes e resultados esperados fincados na diversidade regional, as metas estabelecidas para alcance de um novo panorama para o desenvolvimento amazônico não são evidentes.

O PAS é um marco para as políticas públicas na Amazônia para o desenvolvimento sustentável devido ao fato de estabelecer diretrizes gerais para toda a região contemplando cinco eixos temáticos:

- Produção Sustentável com Inovação e competitividade;
- Inclusão Social e Cidadania;
- Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial;
- Infraestrutura para o Desenvolvimento,e;
- Novo Padrão de Financiamento.

Essas diretrizes do PAS conseguem ser plenamente compreendidos no Plano de Desenvolvimento Sustentável para a BR – 163.

### **2.5.2 Plano de Ação de Combate ao Desmatamento**

Também seguindo as diretrizes do PAS, outra iniciativa governamental que interage diretamente com o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a área de Influência da BR – 163 é o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. O objetivo geral desse Plano é a redução das taxas de desmatamento na Amazônia por intermédio de uma série de ações integradas nas áreas de: ordenamento territorial e fundiário, monitoramento e controle, fomento a atividades produtivas sustentáveis e o planejamento estratégico de obras de infraestrutura.

### **2.5.3 Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de influência da BR-163**

O Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR -163 teve seu início entre 2003 e 2004. O objetivo do plano, além de promover a discussão dos impactos positivos e negativos da rodovia era propor uma agenda investigativa multissetorial para elaboração de políticas públicas voltadas para o Desenvolvimento Sustentável. Oliveira (2010) afirma que o estopim inicial para o desenvolvimento do plano foi um forte trabalho articulado pela sociedade civil local articulado com os movimentos socioambientalista e social da região no sentido de chamar a atenção do governo federal sobre a necessidade em se articular políticas para a área de influência da rodovia.

Para alcance de suas metas o Plano da BR – 163 Sustentável tem as seguintes diretrizes:

- Estímulo ao desenvolvimento com equidade, evitando-se a reprodução de uma sociedade desigual, em que poucos são beneficiados pelos investimentos e iniciativas organizadas para a região.

- Minimização do desmatamento ilegal, associado à transformação da estrutura produtiva regional, impedindo a replicação do padrão extensivo do uso do solo que caracterizou as dinâmicas socioeconômicas da Amazônia nas últimas décadas, e;

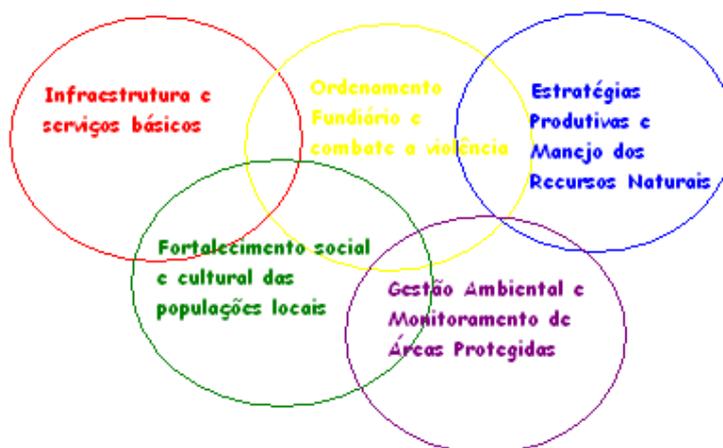
- Fortalecimento e empoderamento da sociedade civil da região, trazendo sinergias entre os esforços da sociedade local com os do Estado.

A construção e implementação do plano foi desenvolvido em três fases:

- Elaboração da proposta do plano socioambiental;
- Criação do Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR – 163;
- Implementação do plano.

Na primeira fase foram realizadas quatro oficinas demonstrativas nas principais cidades da região tendo a participação ativa da sociedade civil da região, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Integração Regional. Como resultado desses encontros, consolidou-se a Carta de Santarém que estabeleceu cinco eixos fundamentais para as ações a serem desenvolvidas na região conforme pode ser verificado na seguinte ilustração:

Ilustração 10: Eixos principais da Carta de Santarém



Seguindo essas diretrizes, foi feita proposta do plano. Essa primeira fase foi caracterizada sobretudo pela criação de uma aliança entre o governo federal, o governo estadual, os movimentos sociais e ambientais da Transamazônica e da BR – 163 e entidades dos municípios em torno do eixo Rurópolis – Itaituba.

A segunda fase teve como seu início a conclusão da proposta do plano dos movimentos sociais e de formação de grupo de trabalho interministerial constituído de 14 ministérios. A primeira versão do plano foi concluída em 2005 e submetida a discussão por meio de audiências públicas. A versão final do Plano foi concluída em junho de 2006, sendo criado oficialmente em janeiro de 2007 por meio de decreto presidencial.

A terceira e última fase do plano caracterizada pela implementação do Plano teve uma realidade bem diferente das duas fases anteriores. Isso porque o interesse de desenvolvimento do plano, bem como o interesse na parceria com a sociedade civil da região para implementação deste por parte do Estado foi visivelmente menor. Até 2009 não houve outra reunião com a sociedade civil para discussão das ações e nunca foi elaborado um orçamento ou cronograma para implantação das ações previstas. (McGrath, Alencar e Costa, 2010)

Contudo, é importante ressaltar que algumas das ações previstas no Plano foram coligadas aos programas dos Ministérios e do próprio PAC. O Estado também instaurou uma série de medidas de amplitude nacional e regional que tiveram impactos significativos na região.

No âmbito nacional as medidas de maior impacto foram:

- Divisão do Ibama em dois órgãos distintos e independentes: O Ibama, responsável pelo licenciamento ambiental, e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO), responsável pela gestão do sistema de unidades de conservação;
- A criação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), responsável pela gestão de concessões florestais nas florestas nacionais, e;
- Descentralização da Gestão Ambiental, e em especial a transferência, para as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente (SEMA), da responsabilidade de avaliação e monitoramento dos planos de manejo florestal. Funções estas nunca antes exercida pela SEMA do Pará.

Essas medidas desconstruíram todo o arcabouço de entidades ambientais para a gestão florestal antes gerenciadas somente pelo Governo Federal. Como consequência houve uma série de atrasos na avaliação dos planos de manejo ambiental, devido a falta de estrutura da SEMA do Pará em avaliar todos os planos de manejo no tempo estipulado. Em resposta dos atrasos da SEMA houve uma manifestação por parte dos madeireiros instalados ao longo da BR -163. Além disso ações complementares às da Secretaria de Meio Ambiente do Pará voltadas para a BR-163 tem sido desenvolvidas pelo governo federal, entre elas vale destacar:

- Ação da Polícia Federal contra a grilagem e a exploração ilegal de madeira que diminuíram a atividade ilegal na região, ao menos em caráter provisório;
- Criação por parte do MMA da Área de Limitação Administração Provisória cobrindo uma área de 8.235 hectares em ambos os lados da BR – 163. Posteriormente o SFB transformou essa área em um mosaico de unidades de conservação. O Mosaico de UC's foi formalmente criado por meio de decreto presidencial de 2006 e ganhou o nome de Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR - 163

De acordo com McGrath, Alencar & Costa (2010) dentre os principais resultados do processo de planejamento participativo da BR – 163 destacam-se:

1) Ordenamento Territorial → Por meio de ações como o Zoneamento Ecológico da BR – 163, a criação do Mosaico de Unidades de Conservação e a criação do Distrito Florestal Sustentável da BR-163;

2) A criação de uma nova política de conservação embasada na implantação de reservas na zona de fronteira tendo como fim excluir as terras públicas da lógica da fronteira;

3) Fortalecimento da sociedade civil ao longo da BR – 163;

4) Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região da BR – 163, como exemplo de uma abordagem participativa para o planejamento da infraestrutura na Amazônia, e;

5) Consolidação da região Oeste do Pará como área para o futuro estado do Tapajós.

O diferencial desse planejamento para a área de influência da BR – 163 em relação aos antigos programas para ocupação e desenvolvimento no estado do Pará foi a ação

do Estado junto a sociedade civil local para ordenar o processo de ocupação das áreas abertas da rodovia.

Essa ação conjunta entre Estado e sociedade civil é bastante interessante e construtiva para o projeto de desenvolvimento sustentável que se propõe a fazer na área de influência da BR – 163. Isso porque se por um lado a presença do Estado é necessária para o ordenamento do processo de ocupação com o menor impacto ambiental possível no início do processo, por outro lado, a presença da sociedade civil é imprescindível no sentido de exercer seu papel de cobranças ao Estado quanto a suas responsabilidades.

Em um cenário no qual a presença do Estado é incipiente e a sociedade civil é desarticulada, é difícil ter a certeza de que a ocupação da fronteira será feita de maneira ordenada. Como consequência desse cenário de pouca governança pode haver um rápido aumento das atividades extrativista, seguido de uma escassez nos recursos naturais, o que levaria a uma estagnação na economia local. Tal ciclo econômico é definido por Rodrigues et al. (2009) como economia de “boom e colapso”. (MCGRATH, ALENCAR & COSTA, 2010)

## **CAPÍTULO 3 O DISTRITO FLORESTAL SUSTENTÁVEL (DFS) DA BR – 163 E SUAS DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS**

### **3.1 Dinâmicas de Ocupação do Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR – 163**

#### **3.1.1 Antecedentes**

Como visto no capítulo anterior, o Distrito Florestal Sustentável (DFS) é fruto de discussões para elaboração conjunta entre Estado e sociedade civil local de um plano que promovesse o desenvolvimento econômico da região. De acordo com Oliveira (2010), McGrath, Alencar & Costa (2010) e Alencar (2008), essa parceria Estado – Sociedade só foi possível devido o alto grau de engajamento da sociedade civil da região.

Segundo Oliveira (2010) as pressões econômicas as quais a região vem sofrendo por conta dos asfaltamento da BR – 163 fizeram com que houvesse um compadecimento da população como um todo ante a fragilidade do sistema de proteção ambiental da região. Além das lideranças locais houve também um esforço para mobilização da parte de ONG's ambientalistas e de organizações regionais de base para pressionar o Estado, no sentido de elaborar juntamente com a comunidade local um plano de desenvolvimento sustentável que de fato viesse a atender às demandas da região.

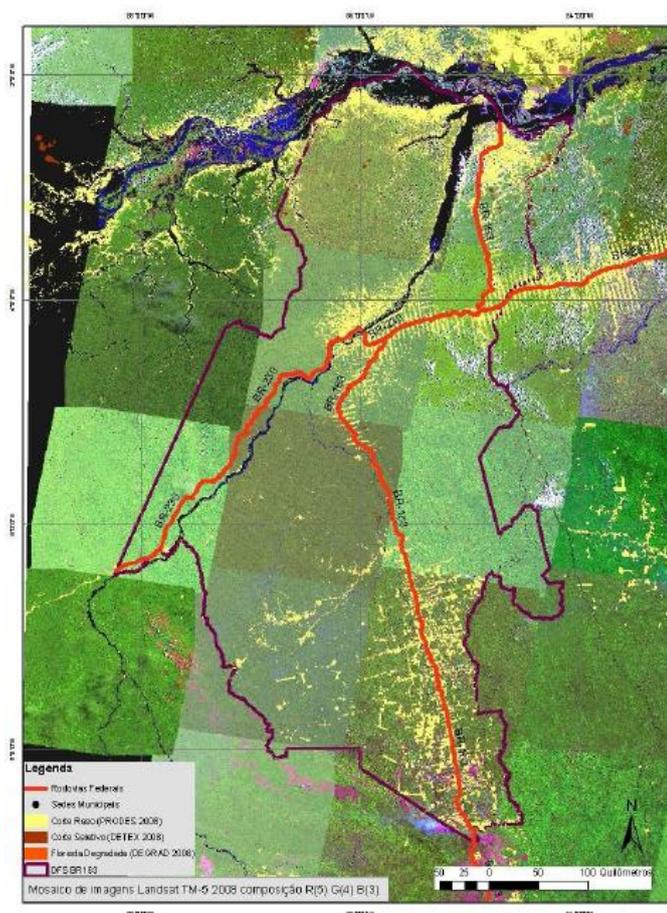
Para McGrath, Alencar & Costa (2010) o processo pelo qual se deu a elaboração desse plano representa um quebra paradigmática histórica na ecológica brasileira no que tange a constituição de áreas protegidas. Isso porque ao mesmo tempo em que se havia uma preocupação muito grande quanto aos impactos ambientais por parte das ONG's, a sociedade local era em sua maioria esmagadora a favor do asfaltamento da rodovia. Com interesses divergentes atuando numa mesma linha de frente, a aceitação da estrada pelo movimento ambientalista era a única maneira de se conseguir trabalhar em um plano mitigador junto ao Estado. Foi a primeira vez que o movimento ambientalista apoiou a construção de uma rodovia na Amazônia como parte de um plano para o desenvolvimento sustentável da região. (ALENCAR, 2008) (MCGRATH, ALENCAR & COSTA, 2010)

#### **3.1.2 O Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR – 163**

A criação do Distrito Florestal e das Unidades de Conservação na área de influência da BR – 163 foi resultado do planejamento participativo entre Estado e sociedade civil para o ordenamento territorial objetivando dar destino às terras públicas da região. As dinâmicas

socioeconômicas existentes no Distrito Florestal Sustentável da BR-163 podem definir a região como uma complexa área de fronteira<sup>26</sup> à medida que a área tem uma gama de atores bastantes diversificados, dentre os quais destacam-se o Estado, entidades internacionais e populações tradicionais. Segue abaixo a ilustração 11 com a demarcação do Distrito Florestal Sustentável da BR – 163 e as rododvias Cuiabá – Santarém (BR-163) e Transamazônica (BR-230)

Ilustração 11: Distrito Florestal Sustentável da BR – 163 e as BR-163 e BR-230



FONTE: LOBO, ESCADA & ALMEIDA (2009) INPE

A maior parte dos municípios existentes hoje no Distrito Florestal Sustentável da BR-163 foi criada a partir da década de 1990. De acordo com dados do IBGE em 1980 a região contava apenas com os Municípios de Altamira, Aveiro e Santarém. Em 1991 verifica-se o aparecimento de Rurópolis e dez anos mais tarde nota-se a presença dos municípios de Belterra, Jacareacanga, Novo Progresso, Placas e Trairão. Alinhado ao surgimento desses municípios observa-se um rápido crescimento populacional da região que atinge a média

<sup>26</sup>Toma-se como conceito de fronteira neste caso a definição feita por Becker (2004:19) como “componente do sistema espacial em formação, caracterizada por grande potencialidade de recursos naturais, que atraiam investimentos localizados para a produção mineral, e por frentes agropecuárias pioneiras.”

anual de 4,78%, o que reforça a hipótese de a região ser uma área de atração migratória. Considerando isso, os municípios com maior atratividade são: Itaituba, Altamira e Santarém, que registraram taxas de crescimento correspondentes respectivamente a 10,56%, 4,11% e 2,98% anuais. (ALVES, 2009)

Apesar de estar enquadrado como área de fronteira, o DFS da BR-163 tem apresentado uma rápida urbanização de seus municípios. Todavia, municípios com maior grau de urbanização tendem a ser constituídos como centros urbanos enquanto que municípios menores têm uma maior disposição para manter muito de suas estruturas como rurais. Outro aspecto que deve ser considerado para continuidade dessas dinâmicas entre os municípios do DFS é o tamanho de sua economia. Os municípios de Altamira, Itaituba e Santarém por possuírem um PIB maior conseguem oferecer melhor inserção do migrante no trabalho, o que reforça a atração migratória desses municípios. (ALVES, 2009)

A expectativa de asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) foi um dos fatores que culminaram em crescimento do desmatamento na área de influência da estrada. Por conta disso, essa obra prioritária para o governo brasileiro, tem sofrido árduas críticas tanto internas, quanto da comunidade internacional. Desta maneira, como medida paliativa dos desmatamentos causados na área de influência da rodovia, o MMA, por intermédio do Programa Nacional de Florestas desenvolveu o DFS como mecanismo para delimitar áreas territorialmente nas quais seriam implementadas políticas públicas visando o estímulo ao desenvolvimento em bases sustentáveis com foco em atividades florestais.

Segundo o MMA (2006) o DFS foi definido com base em três características:

- **Potencial Florestal:** Existência de florestas a serem manejadas, conservadas ou recuperadas, preferencialmente florestas públicas;
- **Vocação Florestal:** Disponibilidade de população para trabalhar com o uso sustentável dos recursos florestais;
- **Condições Logísticas e de Infraestrutura:** Presença de condições mínimas de logística e infraestrutura para o desenvolvimento das atividades.

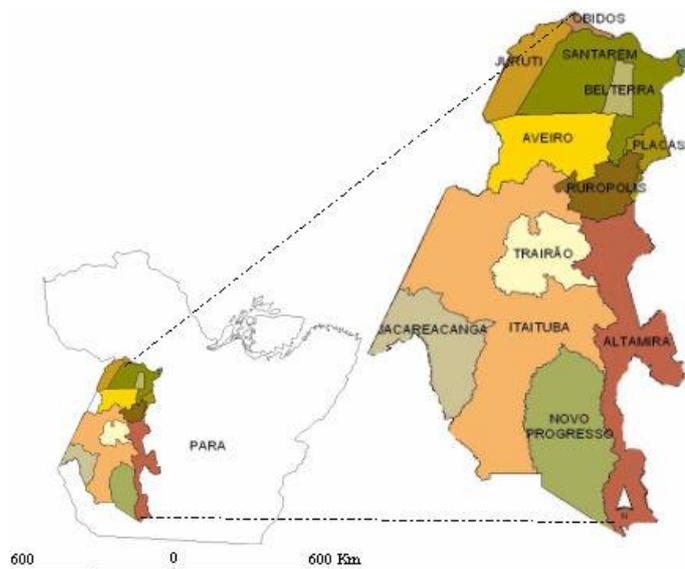
Observando-se a presença desses fatores alinhados a circunstâncias políticas favoráveis, foi criado em 13 de fevereiro de 2006 por decreto presidencial sem número, o Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR-163. Dessa forma, o DFS da BR-163 foi o primeiro Distrito Florestal Sustentável criado no Brasil com um conjunto de princípios consistentes, científicos e taticamente selecionados.

A definição de DFS, de acordo com o MMA (2006) é de complexo geoeconômico e social capaz de promover o desenvolvimento local com base na exploração sustentável dos recursos naturais. Para que esse desenvolvimento com bases sustentáveis se estabelecesse no DFS foi feito um arranjo de políticas públicas multisetoriais que abrangem o extrativismo florestal, política fundiária, desenvolvimento industrial, gestão de áreas públicas, assistência técnica e educação.

O DFS da BR-163 está inserido no Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) e se destaca por conter áreas consideradas prioritárias pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para concessão florestal na Amazônia. Localizado no Oeste do Estado do Pará o DFS possui 190.000 km<sup>2</sup> e abrange os municípios de Altamira, Aveiro, Belterra, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Novo Progresso, Óbidos, Placas, Rurópolis, Santarém e Trairão (PINHEIRO, RENNÓ & ESCADA, 2009)

Mais de 53% da área delimitada pelo DFS da BR-163 é formada por Unidades de Conservação, das quais mais da metade foram criadas entre 2005 e 2006. A implementação de Unidades de Conservação formando um mosaico de áreas protegidas no DFS tem como objetivo a preservação ambiental e a contenção dos processos predatórios de desmatamento próximos a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163).

Ilustração 12: Localização do Distrito Florestal Sustentável da BR-163



FONTE: PINHEIRO, RENNÓ & ESCADA (2009)

A criação do Distrito Florestal Sustentável (DFS) na região de influência é uma inovação no que tange a políticas públicas para gestão territorial. Mesmo que a atividade madeireira na região seja alvo de críticas por alguns especialistas (Ab'Saber, 2005), o DFS atribui um novo significado para região uma vez que suas políticas públicas não fazem referência a conquista de territórios, mas criam um novo significado a medida que atua sobre a apropriação da decisão de seu uso.

As políticas públicas previstas para o desenvolvimento econômico do DFS da BR – 163 contemplam as ações para a produção florestal, treinamento e capacitação, produção de energia com biomassa e incentivo a indústria e ao processamento local. Cada uma dessas ações prevê por uma série de atividades conforme pode ser verificado abaixo:

Tabela 6: Ações prevista para o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Distrito Florestal Sustentável da BR - 163

<b>AÇÃO</b>	<b>ATIVIDADES PREVISTAS</b>
<b>Produção Florestal</b>	Elaboração do Inventário Madeireiro e Não Madeireiro; Apoio ao Manejo Comunitário (PDS, Resex, Assentamentos) Elaboração de Planos de Manejo de Florestas Nacionais; Pilotos de Concessões
<b>Treinamento e Capacitação</b>	Implantação de duas bases de Campo no Cenaflo; Edital de Assistência Técnica com foco no Distrito Florestal Sustentável (DFS)

<b>Produção de Energia com Biomassa</b>	Estímulo a produção de energia por meio da biomassa;
<b>Incentivo a Indústria e ao Processamento Local</b>	Incentivos fiscais, tributários e creditícios; Inclusão no programa de desenvolvimento de cadeias produtivas; Implementação do programa de cadeias tecnoprodutivas de produtos florestais não madeireiros; Integração ao sistema “S” do Senai; Desenvolvimento do Núcleo de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia; Asfaltamento da BR – 163; Instalação do Porto Seco no eixo da BR – 163; Apoio a definição e estruturação de distritos industriais em cidades onde se desenvolvam os pólos de produção florestal.

Elaborado pela autora. Adaptado de ALVES (2009)

Várias políticas públicas têm sido implementadas no âmbito do Distrito Florestal Sustentável. Muitas dessas são sinérgicas ao Plano Amazônia Sustentável e ao Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal merecendo destaque as seguintes:

<b>POLÍTICA PÚBLICA</b>	<b>AÇÕES</b>
<b>Ordenamento Fundiário e Territorial</b>	a) Expedição da Portaria Conjunta nº 10 do INCRA/MDA, de 1º/12/04, que cria mecanismos para promover o ordenamento fundiário e inibir práticas de grilagem em terras públicas, muitas vezes relacionadas a atos de violência e à exploração predatória dos recursos naturais.
	b) Aprovação da Lei nº 11.196/2005, que define novos parâmetros para a regularização de ocupações entre 100 e 500 hectares em terras públicas.
	c) Realização, pela Polícia Federal, da “Operação Faroeste”, com o objetivo de desarticular as quadrilhas especializadas em “grilagem” de terras públicas atuantes no oeste do Pará (com a detenção de um conjunto de pessoas, inclusive ocupantes de cargos públicos, para averiguação e apuração de responsabilidades).
	d) Criação da Superintendência Regional do INCRA em Santarém (SR 30/E) em maio de 2005 e recuperação das sedes em Santarém e Altamira; recuperação da frota de veículos; aquisição de novas viaturas e computadores; informatização dos escritórios; contratação de servidores temporários e realização de concurso público para contratação de 90 técnicos.
	e) Criação, em 2005, de 19 Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS, em uma área de 1,2 milhão de hectares e capacidade de assentamento de cerca de 6.200 famílias.
	f) Assentamento de 18.000 famílias, extrapolando em 20% a meta prevista para a SR 30/E em 2005 que era de 15.000 famílias.
	g) Realização, pelo INCRA, de levantamento sócio-

econômico e legitimação de sete Áreas Quilombolas em Santarém e Oriximiná/PA.

h) Realização, pelo INCRA, de cadastramento de 500 posses em Novo Progresso, Itaituba, Santarém e Altamira (localidade de Castelo de Sonhos)

i) Realização de georreferenciamento de 6.126 lotes nas glebas Curuá-Una, Pacajá e Belo Monte totalizando cerca de 1,5 milhão de hectares

j) Instituição de cinco Áreas de Limitação Administrativa Provisória (mediante a Medida Provisória nº 239) no sudoeste do Pará, num total de 8,2 milhões de hectares de terras públicas federais e criação de Grupo de Trabalho Técnico para a realização de estudos e posterior definição, após discussão com o Governo do Pará e representantes da sociedade local, de sua melhor destinação. Essa ação resultou na criação de um mosaico de unidades de conservação apresentados no item “n”.

k) Realização, pelo Ministério da Integração Nacional, através da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), de investimento de R\$ 5 milhões para a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Área de Influência da BR-163, projeto coordenado pela EMBRAPA Amazônia Oriental e tendo a participação do IBGE, SIPAM, DNPM, CPRM, MPEG, UFPA e SECTAM/PA.

l) Realização, pelo Ministério do Meio Ambiente, de investimento de cerca de R\$ 7 milhões para a elaboração de Planos Diretores Municipais (PDM), ZEE Municipais e “Agendas 21” em 23 municípios da área de influência da BR-163.

m) Criação de um mosaico de unidades de conservação no centro-oeste do Pará entre novembro de 2004 e fevereiro de 2005, compreendendo uma área total de 5,84 milhões de hectares, consistindo na criação de duas novas unidades de conservação de uso sustentável em novembro de 2004: Reserva Extrativista Verde para Sempre (1.288 mil hectares) e Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio (736 mil hectares), com o objetivo de garantir os direitos de populações tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais, e na criação de duas novas unidades de conservação de proteção integral em fevereiro de 2005: Estação Ecológica da Terra do Meio (3.373 mil hectares) e Parque Nacional da Serra do Pardo (445 mil hectares), com o objetivo de neutralizar as ações predatórias ao ambiente em terras públicas.

n) Criação de um mosaico de Unidades de Conservação em parte da Área de Limitação Administrativa Provisória - ALAP do sudoeste do Pará, entre maio de 2005 e fevereiro de 2006, num total de 6,8 milhões de hectares, com o objetivo de fomentar a produção florestal madeireira e não-madeireira em bases sustentáveis, ordenar as atividades garimpeiras e assegurar a preservação do meio ambiente. As novas unidades de conservação de uso sustentável somam 4,9 milhões de hectares, incluindo a Floresta Nacional do Jamanxim (1.301 mil hectares), a Floresta Nacional do Crepori (740 mil hectares), a Floresta Nacional Amana (540 mil hectares), a Floresta Nacional do Trairão (257 mil hectares) e a Área de

	<p>Proteção Ambiental do Tapajós (2.059 mil hectares), esta última envolvendo a quase totalidade da Reserva Garimpeira do Tapajós. As novas unidades de conservação de proteção integral somam 1,9 milhões de hectares, compreendendo a Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo (342 mil hectares), o Parque Nacional do Jamanxim (859 mil hectares), o Parque Nacional do Rio Novo (537 mil hectares) e a ampliação do Parque Nacional da Amazônia (167 mil hectares).</p>
	<p>o) Criação de um mosaico de Unidades de Conservação no sudeste do Amazonas, capitaneada pelo Governo Estadual, com sete unidades de conservação, num total de 2,31 milhões de hectares, compreendendo o Parque Estadual Sucunduri (808 mil hectares), as Florestas Estaduais Sucunduri (493 mil ha), Aripuanã (336 mil ha) e Apuí (186 mil ha); a Reserva Extrativista do Guariba (150 mil ha) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável Aripuanã (224 mil ha) e Bararati (114 mil ha), que se somam ao Parque Nacional Jatuarana, criado em 2002, com 837 mil hectares.</p>
<p><b>Monitoramento, Controle e Gestão Ambiental</b></p>	<p>a) Instalação, em 2004, de três bases do IBAMA, localizadas nos municípios de Altamira, Itaituba e Alta Floresta e outras três em 2005, localizadas em Novo Progresso, Garantã do Norte e Sinop.</p>
	<p>b) Instalação do Sistema Integrado de Alerta ao Desmatamento (SIAD) no Centro Técnico Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), localizado em Belém, constituindo-se em mais um instrumento importante no combate ao desmatamento ilegal da área do Plano BR-163 Sustentável.</p>
	<p>c) Instalação do Sistema de Detecção de Desmatamento (DETER) permitindo o monitoramento “quase instantâneo” do desmatamento em toda a região Amazônica.</p>
	<p>d) Realização de operações integradas da Polícia Federal e do IBAMA, no combate a crimes relacionados à exploração e transporte florestal na Amazônia (Operações Curupira e Ouro Verde).</p>
	<p>e) Operação conjunta de fiscalização entre o IBAMA, a Polícia Federal e a FUNAI contra o desmatamento nas Terras Indígenas Kaiabi, Baú e Menkrangnoti e Parque do Xingu.</p>
<p><b>Fortalecimento da Segurança Pública</b></p>	<p>a) Fortalecimento da presença da Polícia Federal na região com a instalação de posto em Altamira e, posteriormente, sua transformação em delegacia.</p>
	<p>b) Elaboração de projetos visando à instalação em 2006 de três postos da Polícia Rodoviária Federal nos municípios de Itaituba, Novo Progresso e Garantã do Norte, com futura transformação do posto de Novo Progresso em delegacia.</p>
<p><b>Infra-Estrutura de Transportes e</b></p>	<p>a) Realização pelo Ministério dos Transportes de investimento de R\$ 40 milhões em 2005/06 para a manutenção das BR-163 e BR-230, garantindo condições de trafegabilidade.</p>
	<p>b) Ampliação da Linha de Transmissão de Tucuruí até à localidade de Caracol, no município de Trairão (PA).</p>
	<p>c) Ligação, pelo Ministério de Minas e Energia, de milhares de novos domicílios, urbanos e rurais, à rede de energia elétrica, no âmbito do Programa “Luz para Todos”.</p>

	<p>d) Licitação e construção de 120 Km de estradas em Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS e Projetos de Assentamento - PA em Anapu, Rurópolis e Itaituba e empenho de R\$ 500 mil para construção de estradas em Medicilândia - PA.</p> <p>e) Construção de seis Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) nos PA de Moju e Corta Corda para atendimento de duas mil famílias.</p>
<p><b>Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis</b></p>	<p>a) Aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 11.284 de março de 2006 sobre a Gestão de Florestas Públicas, prevendo a concessão para fins de manejo florestal sustentável como uma das alternativas para a destinação de terras públicas e a criação de novos empregos formais, neutralizando a grilagem de terras.</p> <p>b) Criação do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, envolvendo uma área de 16 milhões de hectares, instituindo uma política de incentivo à produção florestal sustentável na região com potencial de produzir de 3 a 6 milhões de m3 de madeira em tora, 50 a 300 MW a partir do aproveitamento dos resíduos florestais e gerar cerca de 100 mil empregos e renda de R\$ 740 milhões com a cadeia florestal.</p> <p>c) Assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pelo IBAMA, Ministério Público e Setor Madeireiro para liberação de Planos de Manejo Florestal do Oeste do Pará que foram suspensos devido a não regularização das terras exploradas.</p> <p>d) Destinação de 1,43 milhão de hectares de terras públicas federais compreendidas na ALAP do sudoeste do Pará para a consolidação e expansão da atividade agropecuária nos eixos da BR-163, BR-230 e rodovia Transgarimpeira, e de 2,06 milhões de hectares voltados para o garimpo e a mineração em geral.</p> <p>e) Lançamento do edital do projeto Alternativas ao Desmatamento e Queimada (PADEQ), com chamada específica para a Área da BR-163 e aprovação de 7 projetos no Mato Grosso (R\$ 2 milhões) e 6 projetos no Pará (R\$ 1,6 milhão).</p> <p>f) Implantação do GESTAR (Programa de Gestão Ambiental Rural) em Itaituba, Santarém e Alta Floresta (Portal da Amazônia).</p> <p>g) Implantação do Pólo do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE) da Transamazônica (Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio).</p> <p>h) Implantação, pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), do Núcleo de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia em Santarém (no local onde funcionava o Centro de Tecnologia da Madeira).</p> <p>Elaboração, pela ADA, do estudo “Arranjos Produtivos Locais da BR-163: Contribuições ao Planejamento Estratégico Territorial”, com o objetivo de identificar as principais cadeias produtivas e as vocações regionais</p>
	<p>a) Atendimento do Programa Bolsa-Família do Ministério do Desenvolvimento Social em 67 (dos 73) municípios da região, com o beneficiamento de 98.287 famílias, num repasse mensal de R\$ 7,65 milhões, atendendo 66% das famílias pobres da área.</p> <p>b) Empenho de R\$ 26 milhões para crédito de apoio e habitação para famílias residentes nas Florestas</p>

### **Inclusão Social e Promoção da Cidadania.**

Nacionais do Tapajós e Saraca-Taquera, Reservas Extrativistas Verde para Sempre e Tapajós Arapiuns, Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Cupari, Divinópolis e Novo Mundo e Projetos de Assentamento de Moju e Pueru. Ainda em 2005, foram liberados R\$ 13,3 milhões em 1.800 operações de crédito de apoio e habitação para famílias da RESEX Tapajós-Arapiuns e PAs do Oeste do Pará (R\$ 7,4 mil/família).

c) Inserção de novos Municípios e ampliação do atendimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Ministério do Desenvolvimento Social.

d) Ação conjunta da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho e Emprego no combate à utilização de trabalho escravo.

e) Implantação de três Territórios Rurais de Desenvolvimento Sustentável pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

f) Capacitação de Agentes Ambientais Voluntários Indígenas para o controle e monitoramento do desmatamento em Terras Indígenas no Parque do Xingu, Panará, Bau, Kayapó, Badjonkore, Menkrangnoti e Capoto/Jarina.

g) Atendimento de 6,5 mil estudantes (alfabetização, 1ª a 4ª séries e escolarização de jovens e adultos) pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

Elaborado pela autora. Adaptado de BRASIL (2006)

### **3.1.3 Políticas para Áreas Protegidas no âmbito do Distrito Florestal Sustentável da BR - 163 (DFS) DA BR – 163**

A política para Áreas Protegidas no DFS da BR – 163 segue as diretrizes do PAS que roga que:

“Em áreas em que predomina a cobertura florestal, com potencial para manejo sustentável, o Plano terá como prioridade a criação e implantação de florestas nacionais e/ou estaduais, contando com a participação de comunidades e o setor privado. Trata-se de iniciativa chave para alcançar o objetivo estratégico de se promover a conservação da floresta com a geração de emprego e renda envolvendo a estruturação de cadeias produtivas em bases sustentáveis.”

(BRASIL, 2006, P. 94)

Assim sendo, para as ações de ordenamento territorial do DFS da BR – 163, a escolha por unidades de conservação de uso sustentável é estratégica para o modelo de desenvolvimento que se pretende implementar. Mesmo em áreas de elevada importância para a biodiversidade foi priorizado a criação de unidades de uso sustentável.

No âmbito da Área de Limitação Administrativa Provisória (ALAP), que posteriormente foi transformada no Distrito Florestal Sustentável da BR – 163 foram criadas as seguintes unidades de conservação:

### **Florestas Nacionais**

- Flona Jamanxin;
- Flona Crepori;
- Flona Amaná;
- Flona Trairão;
- Floresta Estadual do Iriri

### **Área de Proteção Ambiental**

- APA Tapajós;

### **Parques Nacionais**

- PARNA Rio Novo;
- PARNA Jamanxim.

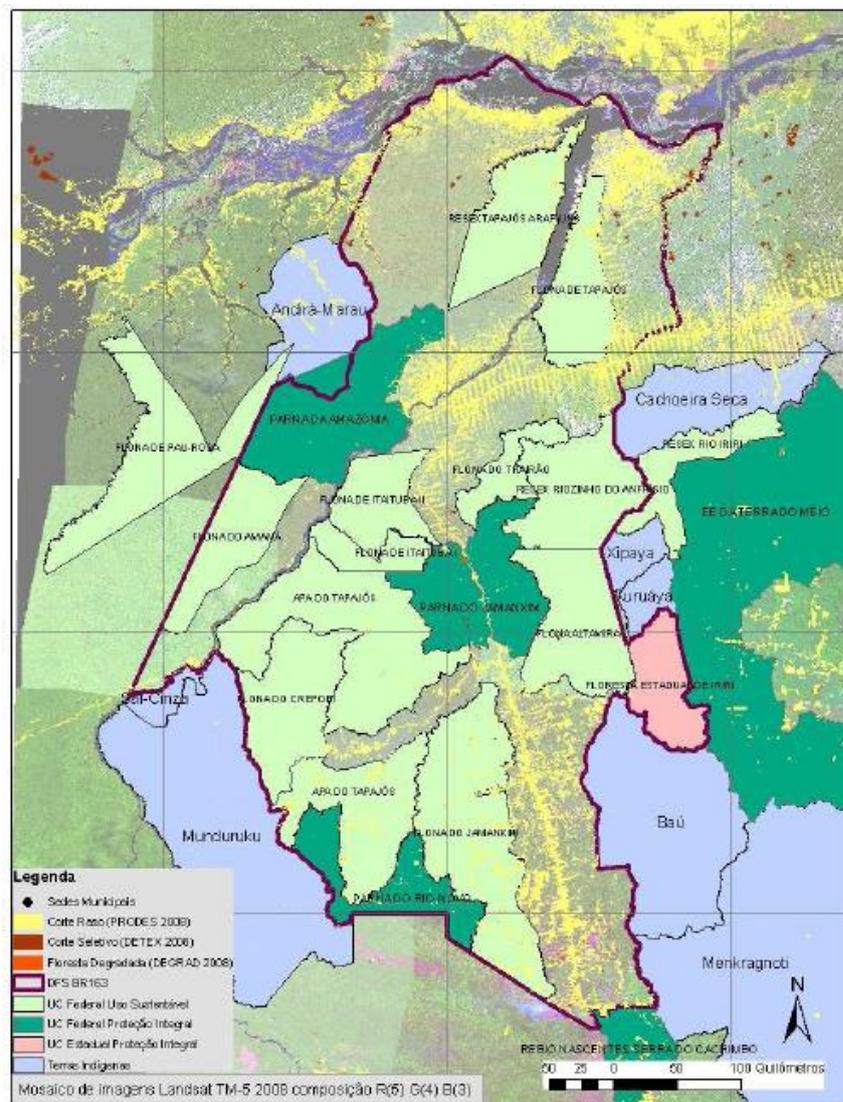
Ao todo o DFS da BR – 163 conta com 18 Unidades de Conservação. As Unidades de Conservação federais são em maiores porções em quantidade e em território, pois enquanto o DFS conta com 17 Unidades de Conservação Federais (173.886 km<sup>2</sup> ou 98%) a Floresta Estadual do Iriri é a única área protegida estadual (4.397 km<sup>2</sup> ou 2%). Dentre essas áreas apenas 5 delas são de proteção integral, o que corresponde a um total de 62.226 km<sup>2</sup> ou 26% da área total das unidades de conservação. Das 5 áreas de proteção integral 3 são parques nacionais (25.047 km<sup>2</sup> ou 13%) , uma é uma estação ecológica e a outra é uma reserva biológica.

As unidades de conservação de uso sustentável correspondem a 13 áreas, perfazendo um total de 116.060 km<sup>2</sup> ou mais da metade do território de áreas protegidas. Desse total , 8 são Florestas Nacionais, 3 são reservas extrativistas, 1 é Área de Proteção Ambiental e 1 é uma Floresta Estadual. A ilustração 13 apresenta mapa com as unidades de conservação compreendidas pelo DFS da BR -163

Há muitos casos de conflitos socioambientais no Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR – 163, a maioria localizada nas proximidades da BR – 163 e BR – 230. Na maior

parte fazem referência à questões sobre regularização fundiária, na qual há embates relacionados ao uso da terra, o que acaba resultando em pendências na implantação dessas unidades por conta da regularização fundiária, elaboração de plano de manejo e efetivação dos conselhos deliberativos. Esse trabalho analisará apenas as questões referentes aos conflitos socioambientais existentes na área de estudo: os municípios de Belterra, Santarém e Itaituba, o que compreende o Parque Nacional da Amazônia e a Floresta Nacional do Tapajós.

Ilustração 13: Distrito Florestal da BR-163 com destaque para os limites das Unidades de Conservação e Terras Indígenas



FONTE: LOBO, ESCADA & ALMEIDA (2009) INPE

### 3.2.3 Os Assentamentos de Reforma Agrária do Distrito Florestal Sustentável da BR – 163

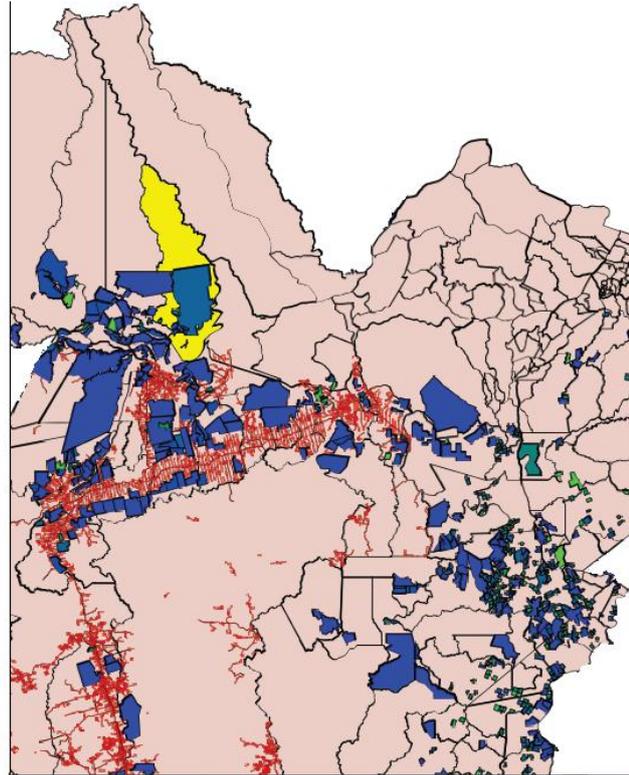
Depois da grande repercussão internacional ganha pelo movimento dos seringueiros na década de 1980, quando se fala em extrativismo florestal de bases sustentáveis, constantemente o modelo das reservas extrativistas do Acre é tomado como parâmetro. Com o DFS da BR-163 não foi muito diferente. De acordo com relatório produzido pela Embrapa (2007), assim como os seringueiros, ribeirinhos e grupos indígenas, muitos dos colonos dos assentamentos da área de influência do DFS da BR -163 já teriam associado parte da percepção de populações tradicionais de proteção do solo por intermédio de sistemas agroflorestais.

Entretanto, Alves et al (2009) afirma que também é possível identificar nesses assentamentos formas predatórias de uso de solo parecido com agricultura itinerante. Segundo o autor:

“Nessa nova fase de expansão, essa forma de agricultura apresenta uma relação estreita com os ciclos de migração decorrentes do garimpo, com as atividades de exploração madeireira e, posteriormente, com a apropriação de terras por grandes e médios estabelecimentos pecuários”.

(ALVES et al, 2009)

Ainda de acordo com Alves et al (2009), os assentamentos de reforma agrária situados no DFS da BR-163 seguem a seguinte lógica. Em geral, costumam estar localizados em regiões com infraestrutura rodoviária precária, o que condicionaria a manutenção das estradas atrelada ao ciclo de exploração madeireira. A população assentada pelo Incra tem como base econômica de suas terras a prática da agricultura de subsistência. Quando o ciclo da madeira tem fim, em geral as madeiras mantenedoras das estradas, costumam abandonar as áreas exploradas, ou arrendá-las a médios e grandes pecuaristas.



FONTE: Autora

A ilustração acima apresenta a situação de assentamentos localizados em torno das rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163) na área de influência do DFS da BR-163. Em amarelo está destacado o município de Santarém. Observa-se na figura que parte significativa dos assentamentos está localizada em torno das rodovias e os que possuem um número maior de famílias estão nas proximidades de Santarém. Uma possível razão para essa localização tem fins logísticos, pois a proximidade dos assentamentos com a rodovia facilitaria o escoamento de produtos pelo Porto de Santarém.

Abaixo segue mapa com as glebas para assentamento da reforma agrária autorizadas pelo Incra para o mês de 2010. Nota-se que comparando com o mapa de 2008, há um aumento do tamanho desses assentamentos, e também na interiorização desses, o que poderia ser explicado por um aumento na oferta de exploração de florestas nacionais.

**Ilustração 15: Assentamentos para Reforma Agrária na Área de Influência do DFS da BR - 163**



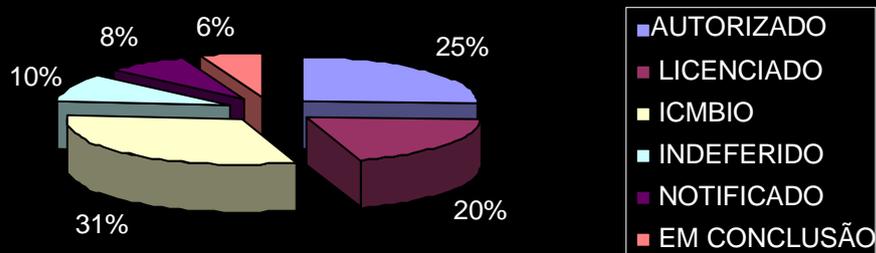
FONTE: Autora

### **3.2.4 Situação de Licenciamento Ambiental nos Assentamentos Rurais do DFS em 2009**

A área de influência da BR – 163 possui questões sérias referentes a conflitos fundiários devido a dificuldade que se tem com os títulos de posse. A maior parte dos dilemas fundiários tem sua raiz na superposição das pretensões (posses), trazendo mais de dois donos para a mesma área. Outro fato que agrava o problema é a falta de comunicação entre os sistemas dos cartórios (registro imobiliário) e o sistema cadastral (Incra). Essa falta de sinergia entre os sistemas tem auxiliado as ações de grileiros tornando questionáveis até mesmo a situação de imóveis desapropriados pela União. (BRASIL, 2006)

**Gráfico 3: Situação dos Processos de Licenciamento Ambiental dos Assentamentos Rurais da BR - 163**

### Situação dos Processos de Licenciamento Ambiental dos Assentamentos Rurais do DFS da BR-163



FONTE: Autora

Tabela 7: Tabela com os nomes dos assentamentos rurais em processo de licenciamento ambiental

	Município	Nome PA's
1	Trairão	Nossa Senhora de Fátima
2	Rurópolis	PDS Cupari 1 - R
3	Rurópolis	PDS Novo Mundo
4	Rurópolis	PDS Divinópolis
5	Santarém	PA Terra Preta e Olho D'água
6	Trairão	PA Rio Cigano Trairão
7	Santarém	PA Bom Sossego
8	Placas	PDS Castanheira
9	Placas	PDS Arthur Faleiro
10	Placas	PDS Água Preta
11	Placas	PDS Avelino Ribeiro
12	Trairão	PDS Rio Bonito
13	Altamira	PDS Mãe Menininha
14	Altamira	PA Esperança
15	Belterra	PAC Bela Terra Azul
16	Aveiro	PA Brasília Legal
17	Altamira/Novo Progresso	PDS Brasília

18	Aveiro	PA Urucutituba
19	Novo Progresso	PDS Nelson de Oliveira
20	Santarém/Belterra	PAC Bela Terra II
21	Itaituba	PA Ypiranga
22	Aveiro	PA Santa Luzia
23	Placas	PA Moju I e II
24	Aveiro	PA Rio Cupari
25	Santarém	PA Bueru
26	Trairão	PA Areia
27	Aveiro	PA Santa Cruz
28	Aveiro	PA Daniel de Carvalho
29	Rurópolis/Itaituba	PA Esperança do Trairão
30	Itaituba	PA Arixi
31	Itaituba	PA Nossa União
32	Altamira	PDS Terra Nossa
33	Santarém	Com. Reman. Quilombola Saracura
34	Santarém	Com. Reman. Quilombola Bom Jardim
35	Santarém	Com. Rem. Quilombola Arapemã
36	Rurópolis	PA Paraíso
37	Aveiro	PA Rio Cupari
38	Jacareacanga	PDS Laranjal
39	Rurópolis	PAC Araipá-Cupu
40	Itaituba	PA São Benedito
41	Trairão	PDS Boa Vista do Caracol
42	Aveiro	Vários PA's - Montemak
43	Aveiro	PA Cristalina e Tapajós
44	Santarém	Juruti Velho
45	Santarém	Ituqui
46	Santarém	Santa Júlia
47	Santarém	Rio Cupari
48	Santarém	Pacoval

49	Santarém	Cuminá Trombetas
50	Santarém	Anapú I
51	Santarém	Corta Corda

Elaboração autora. Dados fornecidos pela Associação dos Trabalhadores Rurais de Itaituba em entrevista realizada em novembro de 2009.

### 3.2.5 Estudo de Caso: Conflitos Socioambientais nos Municípios de Itaituba e Belterra: O Parque Nacional da Amazônia e o Assentamento da Comunidade do Açaizal do Prata

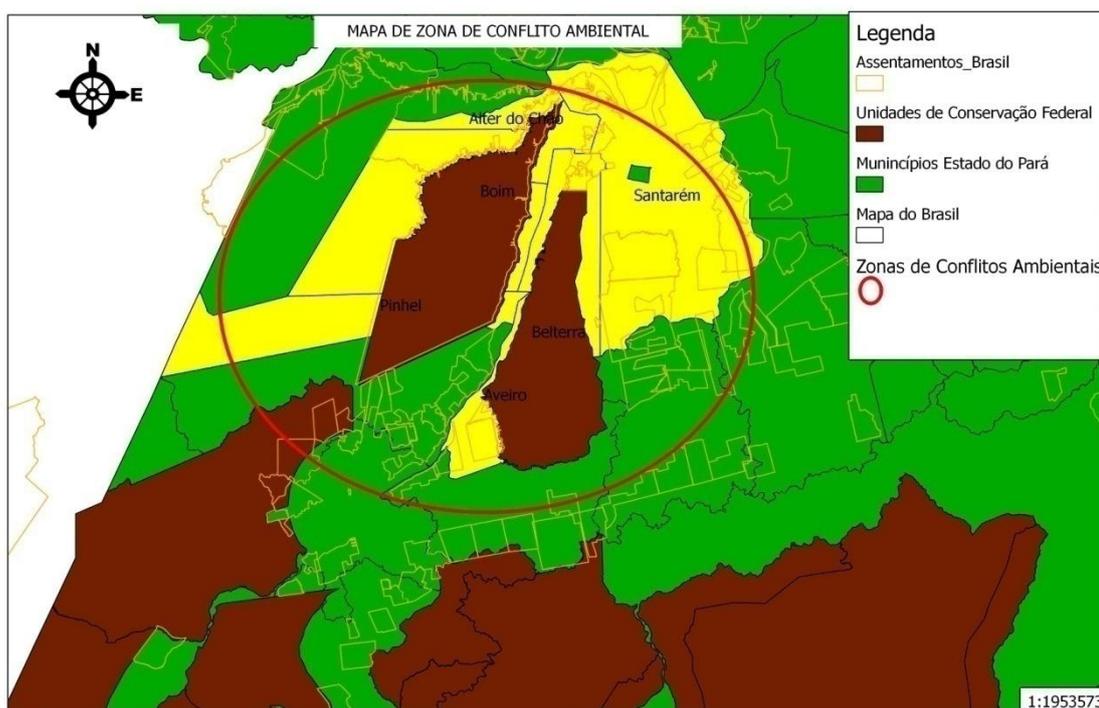
Tendo em seu território muitas iniciativas governamentais de desenvolvimento e colonização, Itaituba tem bastante arraigada em suas estruturas socioeconômicas os modelos de ocupação impostos nas décadas de 1960 e 1970. No que se refere a sua estrutura fundiária, observa-se que a distribuição feita é bastante concentrada. De acordo com Brasil (2006) os estabelecimentos de até 100 hectares (quase 60%) ocupam menos de 10 % da área total, enquanto que os lotes com mais de 1500 hectares (menos de 20%) correspondem a respectivamente 75% da área.

Observa-se que a cidade hoje lida com a entrada agressiva de empresas do ramo madeireiro e pecuário e se credencia hoje para ser um grande centro exportador de soja, devido às instalações portuárias previstas para Miritituba (Grupo Maggi). Estima-se que com o asfaltamento da rodovia Cuiabá – Santarém e com a implantação do Distrito Florestal Sustentável (DFS), a região dinamize sua economia se tornando centro prestador de serviços.

Outro ponto que chama muito a atenção para Itaituba é o fato de ela estar localizada em meio a muitas unidades de conservação (áreas protegidas e terras indígenas), bem como também estar cercada de assentamentos de reforma agrária. Com esse perfil de uso da terra, Itaituba abriga um dos territórios com mais conflitos de uso de terra e sobreposição de políticas públicas; o Parque Nacional da Amazônia.

A ilustração 17 apresenta mapa com novos lotes para assentamento rural, segundo dados do Incra, sobre o Parque Nacional da Amazônia, que segundo a Lei N° 9.985 de 18 de julho de 2000, é uma unidade de conservação de proteção integral e só poderia ter seus recursos naturais explorados indiretamente, não sendo permitido propriedades privadas se estabelecerem em seus domínios.

Ilustração 16: Mapa de Conflitos Ambientais entre Unidades de Conservação e Assentamentos Rurais do Incra



Fonte: Autora

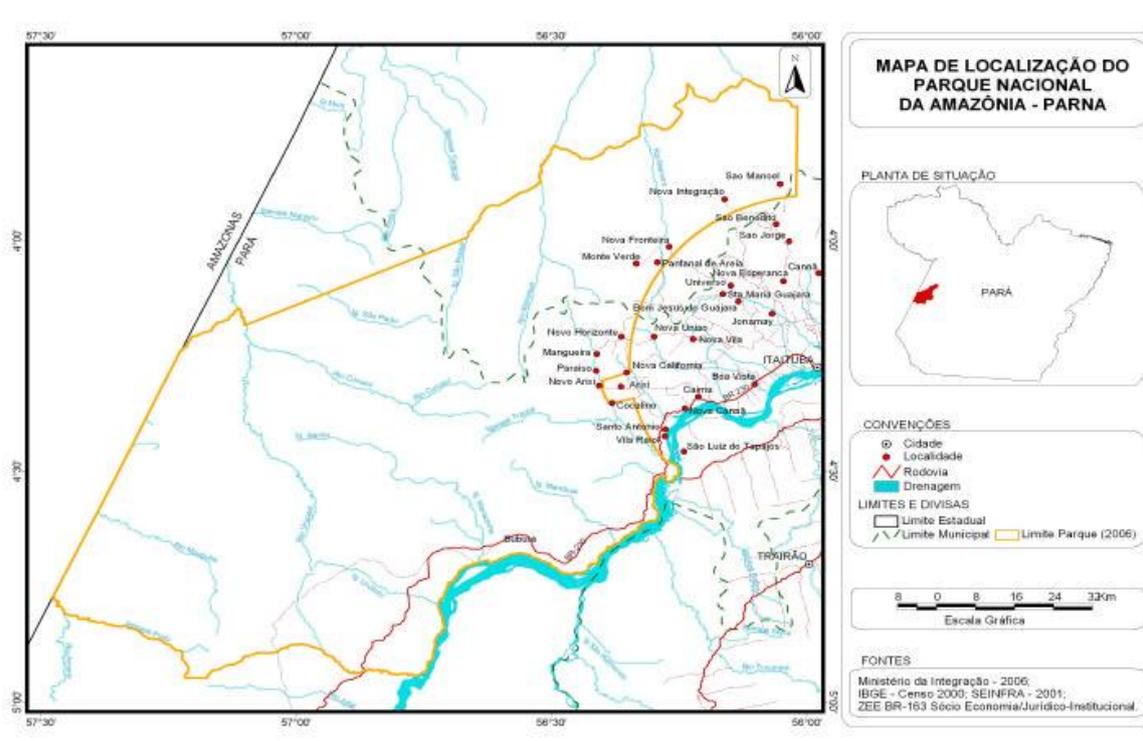
### 3.1.3.1 O Parque Nacional da Amazônia

Criado em 19 de fevereiro de 1974 por meio do Decreto N°73.683, o Parque Nacional da Amazônia foi uma das primeiras unidades de conservação a serem implementadas na Amazônia. Sua criação estava bastante vinculada ao lógica do Plano Nacional de Integração (PIN), tanto que foi criado ao lado da rodovia Transamazônica (BR – 230).

Desde sua criação em 1974, o Parque tem sofrido algumas remarcações territoriais. As razões para isso são devidas à lógica instalada no entorno do Parque. A primeira alteração feita no território do Parque aconteceu em 1984, beneficiando a Companhia Agroindustrial de Monte Alegre (CAIMA), localizada no “arco” do Parque Nacional próxima a BR – 230.

A segunda remarcação ocorreu em 2006 pelo decreto presidencial de 13 de fevereiro, com a criação do Distrito Florestal Sustentável da BR – 163, na qual ele acabou abrangendo algumas áreas ao seu redor. Atualmente o Parque Nacional da Amazônia apresenta uma área de 1.095.390 hectares, compreendendo os municípios paraenses de Aveiro e Itaituba, além do município amazonense de Maués. Segue abaixo ilustração com a localização do Parque Nacional da Amazônia.

Ilustração 17: Mapa de Localização do Parque Nacional da Amazônia



FONTE: UFPA (2007)

Há uma demanda contínua e ascendente da população local reivindicando a redução do Parque Nacional. Atualmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaituba elaborou uma proposta que segue sob análise do Parna. A proposta seria a de que o Parque fosse delimitado pelos cortes naturais dos rios Arixi, Tracoá e Mamurú.

De acordo com UFPA (2007) há uma estimativa de que 1194 famílias vivam nos domínios do território do parque. Dessas famílias que habitam o Parque, algumas são de frentes de ocupação antigas e outras nem tanto. Ainda segundo UFPA:

“Embora ocorra uma diversidade de atores sociais envolvidos no processo de ocupação do PARNA, sobressaem os pequenos produtores rurais, trazendo para o governo uma questão tanto de origem jurídica como origem social. Pois, esses trabalhadores são os chamados “clientes da reforma agrária”, aqueles que não foram atendidos pelos PIC’s, mas que serviram de mão-de-obra para trabalhar nos projetos que foram implantados na Amazônia a partir de 1970 ou, de alguma forma, por eles atraídos. Analisar a dinâmica territorial do PARNA é, sobretudo, um esforço para entender a dinâmica de ocupação da fronteira no espaço amazônico; é chamar atenção para a responsabilidade que o Estado teve como indutor de expansão do capital sobre a região; é resgatar a responsabilidade e compromisso que o Estado tem com milhares de famílias de trabalhadores que estão largados a própria sorte no meio da floresta. Portanto, rever os limites do PARNA não é um mero artifício cartográfico, mas se reveste de toda uma complexidade, pois envolve o destino de centenas de pessoas, que depois de perambularem pela Amazônia, encontraram “finalmente” um pedaço de

terra de onde podem tirar seu sustento e, cabe ao Estado, apoiado pela sociedade, assegurar esse direito. Mesmo que para isso tenha que arcar como o ônus de assentar essas famílias em outro lugar fora do PARNA.”

(UFPA, 2007 P. 13)

Ilustração 18: Acidentalidade do terreno. Parque Nacional da Amazônia



FONTE: CANTO, Otávio (2006) apud in UFPA (2007) P. 13

Com a falta de sinalização sobre os reais limites do Parque, o mesmo tem sofrido um processo ascendente de desmatamento. A pressão dos assentamentos dentro do Parque Nacional também é alimentada pela falta de consenso entre Incra e Ibama sobre os reais limites do Parna. Além de trazer desconforto para funcionários dos dois órgãos, os colonos também se sentem desconfortáveis com a situação. Um bom exemplo disso é que uma das conseqüências desse embate de políticas públicas é que alguns dos assentamentos feitos pelo Incra não conseguem licenciamento ambiental pelo Ibama. Fato esse que prejudica os colonos dos assentamentos terem acesso a cartas de crédito para financiamento de suas produções.

De acordo com UFPA (2007) na área do Parque voltada para Itaituba é fácil encontrar diversas comunidades rurais como as de São Manoel, Nova Integração, Novo Horizonte, Nova Fronteira, Cocalino, Novo Arixí, Pantanal de Areia e Monte Verde. Algumas

áreas rurais são carentes de todo e qualquer tipo de serviço público, outras no entanto, possuem além uma rede de infraestrutura logística financiada em muitos casos por empresas particulares do ramo madeireiro.

Muitas áreas do PARNA sofreram uma grande exploração madeireira que veio acompanhada pelo desmate da floresta. Esse processo produtivo é contínuo e cíclico, no qual as áreas desflorestadas viram roças, que por seguinte viram pastos, trazendo uma situação de perigo para as áreas de floresta do PARNA.

Segundo UFPA (2007):

“A presença dessas comunidades, junto as suas formas de uso da terra (agricultura epecuária) tem levado a uma série de conflitos envolvendo vários atores sócias, tais como: grileiros, madeireiros, Estado, pecuaristas, além de outros Por ser um dos últimos espaços não apropriados, na área de influência da Transamazônica, o PARNA vem sofrendo um processo de contínuo de ocupação na sua borda oeste, também conhecida como “arco do PARNA”. Inicialmente essa ocupação foi desencadeada por pequenos produtores-posseiros, que alijados da posse da terra e/ou pressionado pela dinâmica de fronteira, vendem suas terras e se deslocam para frentes de expansão da fronteira.”

(UFPA, 2007 P. 35)

Segue abaixo tabela com a relação de famílias que estão alocadas no Parque Nacional da Amazônia.

Tabela 8: Comunidades da Área do PARNA

**COMUNIDADES DA ÁREA DO PARNA**

<b>NOME</b>	<b>Nº DE FAMÍLIAS</b>	<b>USO DA TERRA</b>
Cocalino	41	Agricultura, arroz, milho, feijão, abacaxi, melancia.
Novo Arixi	103	
Pantanal de Areia	50	
Monte Verde	100	
Nova Fronteira	150	
Novo Horizonte	150	
Universo	150	
Nova Integração	250	Pecuária: pato, galinha, porco, carneiro, cavalo, gado bovino.
São Manoel	200	
<b>Total</b>	<b>1194</b>	

Adaptado de UFPA (2007)

Segundo Becker (2004) esse fenômeno de sobreposição de políticas públicas contraditórias sobre o mesmo espaço geográfico é fruto da negligência do Estado após o processo de falência dos programas governamentais de desenvolvimento realizados na

década de 1970. Outra variável que incita a ocupação do Parque Nacional por pequenos agricultores é o conflito de competências existentes entre o Incra e o Ibama. Denota-se então uma posição dúbia do Estado, pois ao mesmo tempo em que do ponto de vista de legislação ambiental, as ocupações são ilegais, o Incra afirma que todos os assentamentos tem respaldo.

### **3.1.1.1 A Comunidade do Açaisal do Prata**

#### **3.1.1.1.1 A Amazônia Rural e a Energia**

A Amazônia brasileira é caracterizada por uma baixa densidade demográfica e por uma concentração significativa de sua população em grandes centros metropolitanos. A grande extensão e pouco povoamento das áreas rurais são considerados como um entrave por grande parte dos gestores para a implementação de políticas de acesso à energia elétrica em comunidades isoladas.

Desta maneira, a maioria dos vilarejos e das moradias isoladas não recebe fornecimento regular de energia elétrica. Sem o acesso a energia o beneficiamento da produção se torna impossível e, por conseqüência, a comunidade não pode agregar um valor maior na sua produção.

Nas localidades onde não existe oferta de energia elétrica são registrados também os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo fácil identificar que esta deficiência é o principal entrave ao desenvolvimento e ao bem estar social. Fontes de energia alternativa, que não estejam necessariamente ligadas aos grandes empreendimentos públicos e privadas do setor hidrelétrico na região norte são inviáveis em razão dos custos operacionais excessivos.

A eletrificação de áreas rurais isoladas exige uma percepção que evidencie além das necessidades técnicas as questões sociais, culturais, políticas e econômicas. Mas para tanto é necessário que haja uma mudança paradigmática que afete não somente a produção energética, mas também uma mudança no comportamento psicossocial.

A implantação da tecnologia das Pico Centrais Hidrelétricas (PCH<sup>27</sup>) como gerador de energia elétrica em comunidades isoladas é uma alternativa viável devido ao seu baixo

---

<sup>27</sup> As pequenas centrais hidrelétricas – PCH são “os empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 1.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW e com área total de reservatório igual ou inferior a 3,0 km<sup>2</sup>.”

custo, facilidade de manuseio e de manutenção do equipamento e ecologicamente sustentável.

#### **3.2.4.2.2 A Comunidade do Açaizal do Prata**

A comunidade do Açaizal da Prata situada a 80 km de Santarém, dentro do município de Belterra, no quilômetro 145 da rodovia Cuiabá-Santarém – BR 163. A comunidade conta hoje com eletrificação gerada por meio de micro central hidrelétrica que conta com duas turbinas hidrocínéticas, cada uma com capacidade de 40 kW. A rede de distribuição elétrica possui 14 quilômetros de extensão e atende a 80 famílias residentes nas comunidades do Açaizal do Prata, São Raimundo e Fé em Deus. A gestão de energia é feita pela Associação Comunitária de São Raimundo e Açaizal (ASCOM).

A primeira forma de tecnologia procurada pelos moradores foi a energia fotovoltaica, todavia, trata-se de uma energia cara e de pouca eficácia para a comunidade visto que cada placa solar custa em torno de R\$500 e o kit transformador R\$1500,00 e não era possível manter uma geladeira.

Ilustração 19: Turbinas da Comunidade do Açaizal do Prata



FONTE: Autora.

De acordo com relatos dos moradores coletados durante a pesquisa de campo, a mobilização social para buscar a inserção de Energia elétrica na comunidade teve seu início no ano de 2003. Os moradores do Açaizal do Prata, que na época contava com cerca de 60 famílias, fundaram uma associação, a ASCOM, que contou com 50 sócios membros da comunidade.

A primeira forma de tecnologia procurada pelos moradores foi a energia fotovoltaica, todavia, tratava-se de uma tecnologia cara e de pouca eficácia para a comunidade visto que

cada placa solar custa em torno de R\$ 500,00 e o kit transformador R\$1500,00 e a eletricidade gerada não tornava possível o funcionamento de uma geladeira.

A quantidade de sócios participantes da associação dos moradores acabou caindo para 45 membros, quando se decidiu pela a tecnologia das PCH. Durante um ano todos os sócios da associação todos colaboraram com a quantia mensal de R\$ 200 por mês. Ao acumularem R\$ 18.000 houve uma mobilização dos membros da comunidade para a construção da barragem e da micro usina hidrelétrica. A inauguração da rede elétrica na comunidade foi em 23 de dezembro de 2003. Após essa data até novembro de 2009, o presidente da associação e líder comunitário, Seu Raimundo, relatou que a comunidade gastou apenas R\$ 2000,00 para manutenção da barragem, postes, fiação e turbinas.

As duas turbinas trouxeram qualidade de vida para as pessoas da comunidade, pois cada casa pode contar com geladeira, televisão, liquidificador, ferro de passar roupa e bomba d'água. Permitiu também a instalação de um pequeno mercado na comunidade no qual é comercializado alimentos perecíveis, evento impossível antes da instalação da rede elétrica.

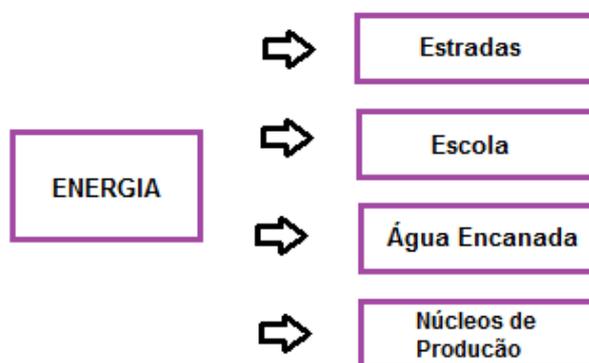
Ilustração 20: Imagens da Comunidade do Açaisal do Prata



Fonte: Autora

A entrada de energia elétrica na comunidade foi além de gerar melhorias significativas na qualidade de vida das pessoas da comunidade, trouxe desenvolvimento social, pois seguidamente foram construídas estradas, instalou-se uma escola rural na comunidade, por meio do uso de bombas d'água os moradores começaram a encanar a água e houve a formação de núcleos de produção objetivando o melhoramento da produção agrícola da comunidade.

Ilustração 21: Ilustração das Dinâmicas trazidas pela energia



Fonte: Autora

Observa-se dentro da comunidade um efeito de êxodo reverso. Ou seja, com melhoria das condições de vida dentro da comunidade, pessoas que haviam se mudado para núcleos urbanos retornaram e estabeleceram moradia fixa dentro da comunidade. Das 80 famílias atendidas hoje, apenas 51 são sócias da associação comunitária. A cobrança do serviço é de R\$0,40 para não sócios, enquanto que é isenta para sócios até o limite de consumo de 60 kW. Ultrapassando isso, o custo é de 40 centavos por Kw. Todo o recurso arrecadado com a cobrança de energia elétrica vai para a associação dos moradores, que administra os recursos para manutenção da rede de distribuição e de geração.

De acordo com os moradores a única falha da rede, e que mesmo assim não chega a ser problema, é que na época de verão por conta de estiagem, a energia torna-se mais fraca. Já o presidente da associação apresenta outra adversidade, que trata do aumento da demanda por energia elétrica, uma vez que além da haver uma fixação das famílias houve também um aumento considerável do número de membros da comunidade, o que extrapolou a capacidade de atendimento das turbinas.

De acordo com o líder da comunidade, Senhor Raimundo, a causa do sucesso da experiência se deve pelo *'interesse comunitário estar acima dos comuns pelo uso da terra*. Se fosse só por eles, aumentava a roça, mas como tem a comunidade eles deixa como está". Isso ele estava se referindo a questão da consciência da sociedade no uso racional da energia.

Perguntado sobre a possibilidade de extensão da rede pública de energia elétrica para a comunidade, Senhor Raimundo pareceu descrente e afirmou que caso o Programa "Luz para Todos" chegue ao Açaizal, não haverá um acompanhamento da manutenção da rede

como é feita hoje pela comunidade. E caso esse atendimento seja feito, a associação pedirá o ressarcimento dos gastos feitos com a rede elétrica comunitária, pois ele se informou via jornais televisivos que existe uma legislação que obriga as concessionárias de energia elétrica a comprarem o excedente produzido por outros empreendedores.

O Estado no sistema político contemporâneo assumiu um grau tão forte de soberania que consegue intervir diretamente sobre os territórios, o meio social e a própria vida das pessoas. Estabeleceu-se assim uma democracia dicotômica que aceita uma apartação social na qual há indivíduos valorizados e outros não. Nesta lógica observa-se um processo de cidadania substantiva na qual, indivíduos são inseridos no meio social por meio de um processo de exclusão.

Dentro desta zona de exclusão social, encontram-se sociedades e comunidades que muitas vezes são desassistidas pelo Estado, todavia, conseguem se romper com esta relação de dominação através de tecnologias de resistência e ruptura. A comunidade do Açaizal do Prata é um exemplo de resistência social em um ambiente de exclusão. Através da tecnologia de geração de energia por meio de Pico Centrais Hidrelétricas, a comunidade conseguiu produzir desenvolvimento social para seus membros, conseguindo promover o bem-estar, acesso a infraestrutura e um relativo desenvolvimento econômico.

## **CAPÍTULO 4. ANÁLISE DE IMPACTOS DA POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL SOBRE O DESMATAMENTO**

Com relação específica a construção de estradas e rodovias na partes sul do estado do Pará, Ab'Saber (2005:74-75) afirma que se trata de “*um pérfido e irrefreável sistema interconectado de devastação e uso indevido do solo*”. A abertura de rodovias próximas ao coração das leivas, por intermédio de inflúvios, interferem de maneira brutal nos Igarapés Segundo o autor, políticas públicas para exploração madeireira são uma segunda herança da implantação de rodovias da década de 1970 e propiciam a exploração desordenada de madeira, que ameaça bastante a biodiversidade da região.

Outro efeito da construção de rodovias próximas em áreas protegidas, inexploradas ou mesmo pouco perturbadas consiste na fragmentação. A criação de áreas desmatadas em meio a um espaço rico em diversidade biológica cria verdadeiros clarões de ambientes com pouquíssima ou mesmo quase nula de vida. A fragmentação pode deteriorar a qualidade de vida de populações tradicionais, propagação de doenças endêmicas e aumento das emissões de carbono (GOOSEM, 1997; DALE & PEARSON, 1997; FEARNSTIDE, 2006).

A fragmentação é a divisão de um espaço contínuo em áreas menores, manchas ou “retalhos”, pode ser ocasionado por ação natural ou antrópica. Os problemas relacionados a fragmentação são: tamanho e forma do fragmento, a distância entre os fragmentos, matriz ao redor; e o efeito de borda. A lógica entre o tamanho e distância dos fragmentos é diretamente proporcional a vulnerabilidade da biodiversidade. Isso porque quanto maior for o fragmento, menor será a área de preservação, bem como menor será a quantidade de espécies protegidas. (PRIMACK, 2001)

A fragmentação do habitat atua diretamente na quantidade e qualidade dos habitats. Deste modo um território pequeno pode ser favorável a uma espécie que precisa de pouco território e encontra ali as condições ambientais que necessita para viver e reproduzir, já para outras espécies que precisam de áreas maiores (exemplo grandes mamíferos) pode ser uma sentença de morte. A qualidade diz respeito do que é bom ou não para cada espécie. Isso é variável, pois há espécies que podem ser beneficiadas e outras não. A evolução de cada espécie é única, mas no geral deve-se buscar um equilíbrio o favorecimento de um grupo.

Quando se pensa em metapopulações a fragmentação dos habitats dificulta a migração entre as populações, bem como o povoamento dessas em áreas que ocorram extinção local. Também diminui a variabilidade genética da população por que os grupos

ficam menores e há menos trocas de indivíduos. As extinções locais ganham força devido ao isolamento genético que ocorre nos fragmentos....ou seja, quanto menor o fluxo gênico (troca de genes) é mais fácil de ocorrer a eliminação de alelos via deriva genética o que reduz a variabilidade genética das populações em questão.

A Fragmentação do habitat atua diretamente na quantidade e qualidade dos habitats. Deste modo um território pequeno pode ser favorável a uma espécie que precisa de pouco espaço territorial e encontra ali as condições ambientais que necessita para viver e reproduzir. Contudo para outras espécies que precisam de áreas maiores, por exemplo, para grandes mamíferos, pode ser uma sentença de morte. (PRIMACK, 2001)

A criação de estradas ou assentamentos humanos em áreas até preservadas ou pouco habitadas gera a fragmentação dos ambientes além de causar os chamados “efeitos de borda”. Primack (2001) argumenta que a fragmentação dos habitats naturais provoca inevitavelmente aumento da quantidade de bordas de um determinado ambiente, fato esse que intensifica efeitos como incidência da luz, temperatura, umidade e vento.

Ao se comparar a fragmentação florestal e os efeitos borda com a ocupação humana em áreas conservadas, para a prática de atividades agropecuárias é necessária a abertura de estradas e assentamentos. Tais atividades comprometem a preservação da biodiversidade, pois gera efeitos negativos principalmente às populações vegetais e animais. Tais efeitos representados por: predominância de espécies vegetais tolerantes as novas condições locais, facilidade para estabelecimento de espécies invasoras, eliminação de espécies sensíveis, mudança de composição das comunidades bióticas. (PRIMACK, 2001; RAMBALDI, 2003)

Um dos grandes desafios de projetos de desenvolvimento sustentável em áreas como expressiva conservação ambiental é de aliar benesses modernas – estradas, infraestruturas, equipamentos, entre outros – com a conservação/preservação ambiental, pois inevitavelmente a criação de novas estradas implicará em efeitos de borda e ocupação humana próxima as rodovias e estradas vicinais.

A presença de estradas aumenta também a pressão antrópica sobre Unidades de Conservação e Terras Indígenas, que ficam mais vulneráveis a invasões, desmatamento e conseqüentemente a redução de suas áreas protegidas. Observa-se dessa maneira que a redução de áreas protegidas culminamna perda de habitats.

Wilson (2008) afirma que a perda de habitats é o principal problema enfrentado para a conservação das espécies. A falta desses espaços naturais possui ligação direta com a extinção de espécies, haja vista que os nichos necessários para a sobrevivência diminuem e deixam de existir. Dessa maneira a criação de grandes áreas naturais protegidas é fundamental para minimizar os impactos negativos da perda de habitats, e sempre que possível sem que haja ação humana nessas áreas, exceto quando existir a necessidade de manejo (CÂMARA, 2004).

Atualmente a perda de habitats consiste no principal problema enfrentado para a conservação de espécies. Este problema tem ocorrência em todas as regiões do globo, entretanto as florestas tropicais mundiais têm sido as mais afetadas. A destruição ou perda de habitats terrestres de acordo com Wilson (1994) é a pior ação para destruição da vida em regiões tropicais. Outros consagrados cientistas como Primack e Rodrigues (2001,) concordam com Wilson, pois também afirmam que “a maior ameaça à diversidade biológica é a perda de habitat”.

É fato que o ritmo de extinções nos dias atuais é maior que o de aparecimento de novas espécies, o que faz com exista uma curva descendente de biodiversidade. Para Wilson (2008) a perda de biodiversidade é o resultado involuntário de diversos fatores que possuam relação direta com as atividades antrópicas, como: perda de habitats; espécies invasoras e exóticas; poluição; superpopulação humana, e exploração de demasiada como a caça, pesca e coleta. Mais de metade da biodiversidade de plantas e animais conhecidos são de espécies dos trópicos, fato que mostra a importância de se conservar e preservar a biodiversidade nesses ambientes. (WILSON, 2008; PRIMACK & RODRIGUES, 2001)

Wilson (1994) apresenta quatro principais ações desde a pré-história até os dias atuais, para a destruição da biodiversidade: caça sem limites, introdução de animais, doenças transmitidas por animais exóticos e por fim a destruição de habitats. Esses quatro elementos podem ser comparados com situações em ambientes naturais onde é realizada a instauração de rodovias como no caso das áreas protegidas ou terras indígenas, como o caso BR -163.

É fato que o ritmo de extinções nos dias atuais é maior que o de aparecimento de novas espécies, o que faz com exista uma curva descendente de biodiversidade. Para Wilson (2008) a perda de biodiversidade é o resultado involuntário de diversos fatores, os quais possuem relação direta com as atividades desenvolvidas pelo ser humano, quais

sejam, perda de habitats; espécies invasoras e exóticas; poluição; superpopulação humana, e exploração de demasiada como a caça, pesca e coleta.

Ao se traçar estratégias de conservação e preservação da biodiversidade envolvendo a presença humana em áreas protegidas é necessário estabelecer mecanismos para atingir os objetivos propostos. Existem atividades humanas que mesmo sendo exercidas por populações que tradicionalmente convivem com os recursos naturais cotidianamente, causam grandes impactos sobre o meio ambiente, por exemplo, a caça de animais em períodos de reprodução, extrativismo madeireiro e mineral, dentre outros.

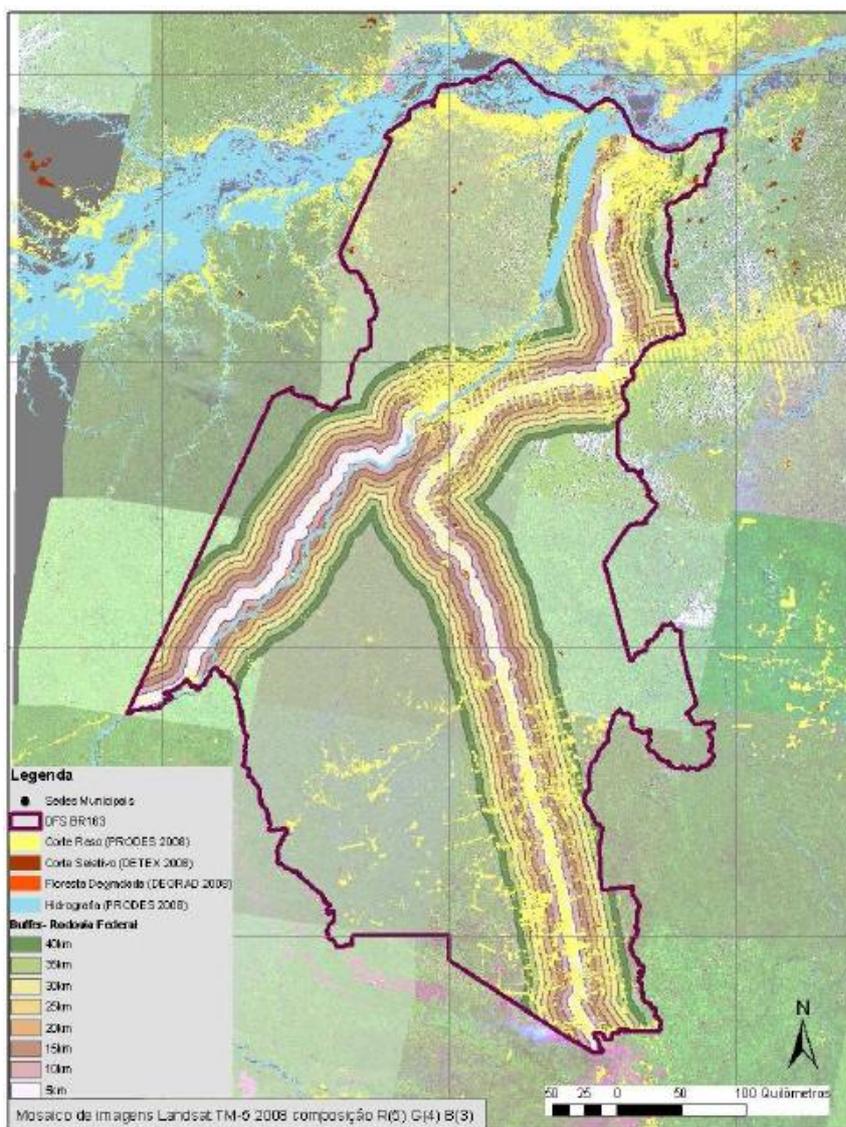
De acordo com Câmara(2001) para ter-se uma rede eficaz de áreas naturais protegidas, com vista a conservação e preservação da biodiversidade é preciso que haja mínimo de interferência humana. Nesse sentido áreas naturais protegidas que existam atividades mineradoras não cumprem o principal objetivo das unidades que é assegurar a existência em longo prazo de espécies.

#### **4.2. Desmatamento nas Proximidades das Rodovias Cuiabá – Santarém (BR-163) e Transamazônica (BR-230)**

O desmatamento ao redor da rodovia ocorre mais intensamente em sua proximidades devido ao fato que após construído acesso a rodovia, permite o deslocamento de produtos e/ou pessoas. Esse processo de desmatamento ao longo da rodovia faz com que esta tenha uma aparência similar a de uma espinha de peixe, por isso é comum se referir a esse tipo de desmatamento como efeito espinha de peixe.

De acordo com a ilustração 22 há o cruzamento de três desmatamentos distintos (corte raso, corte seletivo e degradação ambiental). Em relação às distâncias das rodovias BR-163 e BR – 230, predomina o desmatamento por corte raso. Na faixa de 5 km a área total desmatada chega a 5.000 km<sup>2</sup>. Entretanto esse percentual diminuiu gradativamente a medida que se vai afastando quilômetros da rodovias, chegando a percentuais bem mais baixos cerca dos 40 km de distância das rodovias.

Ilustração 22: Carta imagem de 2008 do Distrito Florestal da BR-163 com destaque para as rodovias federais e indicação de distância a cada 5 km.



FONTE: LOBO, ESCADA & ALMEIDA (2009) INPE

Quanto a degradação florestal, Lobo, Escada & Almeida (2009) chamam a atenção para o fato de que nos 5km e 15 km ao redor das rodovias o ápice do desmatamento na região. Isso significa que apesar de haver uma concentração do desmatamento nas proximidades das rodovias (5km) este está se dirigindo para o interior da floresta (até 15 km).

Essa análise demonstra que parte significativa do processo de degradação ambiental acontece principalmente na borda entre as áreas desmatadas e a floresta por conta das queimadas, uma vez que o fogo é utilizado como mecanismo de limpeza das áreas desmatadas, e também pela retirada de madeira da floresta. Observa-se que o pico do desmatamento após o km15 das rodovias BR-163 e BR-230, conforme verificado na

ilustração 24 se deve por conta da maior disponibilidade de madeira. Quanto mais distante das rodovias, menor é o desmatamento por conta do corte seletivo de madeira. Conforme pode ser verificado na ilustração seguinte, há uma diminuição considerável do corte seletivo após 25 km das estradas.

### 4.3 Desmatamento nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária

Nos assentamentos destinados a reforma agrária dentro do DFS da BR-163 20% de sua área (3.961 km<sup>2</sup>) já está desmatada por corte raso, 0,02% (4 km<sup>2</sup>) de degradação florestal e 0,13% pó corte seletivo. Conforme pode ser verificado na tabela 9, pode se observar que há uma relação diretamente proporcional entre o número de famílias com desmatamento. Ou seja, quanto maior o número de famílias instaladas em determinado assentamento, maior será o desmatamento por corte raso. Para validar essa hipótese Lobo, Escada & Almeida (2009) apresentam o dado de que nos assentamentos com de 1.000 a 5.000 famílias há um desmatamento por corte raso de 1.553 km<sup>2</sup> o que corresponde a 29% dos desmatamentos desse tipo nos assentamentos em todo DFS da BR-163. Nesses assentamentos a proporção de desmatamento chega a 46%, enquanto que nos com até 1 família por km<sup>2</sup> essa média cai para 10%.

Tabela 9: Níveis de Desmatamento em Assentamentos por Número de Famílias

Número de Famílias	Área Total	Floresta Total	Corte Raso	Floresta Degradada	Corte Seletivo
Até 100 Famílias	1024	737	90(12%)	0	2 (0,27%)
100 < Famílias < 400	9562	8689	1668 (19%)	2 (0,02%)	7 (0,07%)
400 < Famílias < 1000	4692	4628	650(14%)	2 (0,04%)	12 (0,26%)
1000 < Famílias < 5000	5540	5190	1553 (29%)	0	7 (0,13%)
<b>TOTAL</b>	<b>20818</b>	<b>19244</b>	<b>3962 (20%)</b>	<b>4 (0,02%)</b>	<b>28 (0,13%)</b>
Até 1	5399	4596	484 (10%)	0	4 (0,07%)

Família km <sup>2</sup>					
De 1 a 2	11601	11274	2065 (18%)	2 (0,02%)	24 (0,21%)
De 2 a 5	3617	3183	1325 (41%)	2 (0,06%)	0
De 5 a 19	202	192	89 (46%)	0	0
<b>TOTAL</b>	20818	19244	3962 (20%)	4 (0,02%)	28 (0,13%)

FONTE: Adaptado de LOBO, ESCADA & ALMEIDA (2009)

Nos assentamentos com uma densidade populacional menor há uma área maior corte seletivo. Uma das razões para explicar esse evento é a maior disponibilidade de áreas de floresta nesses assentamentos do que nos outros.

#### 4.4 Desmatamento referentes a sua Zona de Aptidão Agrícola

A Embrapa realizou em 2008 Zoneamento Ecológico Econômico no qual classificou o DFS em seis grupos distintos de aptidão agrícola nas seguintes categorias:

**Grupo 1:** Aptidão agrícola boa para lavoura com ênfase para a produção intensiva de grãos;

**Grupo 2:** Aptidão agrícola regular para lavoura com ênfase para culturas perenes, essências florestais, pastagens e culturas perenes;

**Grupo 3:** Aptidão agrícola para lavouras anuais e pastos perenes;

**Grupo 4:** Aptidão agrícola boa, regular ou restrita para pastagem plantada;

**Grupo 5:** Terras destinadas a pastagem natural ou à Silvicultura.

**Grupo 6:** Terras Inadequadas para uso agrícola, porém, indicadas para conservação e preservação ambiental ou ecoturismo.

Nesse estudo da Embrapa (ZEE, 2007) foram identificados 67.030 km<sup>2</sup> (35% da área dentro do DFS da BR-163 em 4 grupos de aptidão: 1,2,4 e 6. Essas quatro áreas de estudo foram cruzadas com os dados de desmatamento por Lobo, Escada e Almeida, (2009) conforme pode ser visualizado na tabela 10:

Tabela 10: Níveis de Desmatamento referentes a sua Zona de Aptidão Agrícola

	Área Total (Km <sup>2</sup> )	Corte Raso (Km <sup>2</sup> )	Floresta Degradada (Km <sup>2</sup> )	Corte Seletivo (Km <sup>2</sup> )	Assentamentos (Km <sup>2</sup> )
<b>Grupo 1</b>	40041 (59,7%)	10877 (27%)	41% (0,1%)	110 (0,3%)	9053 (22%)
<b>Grupo 2</b>	788 (1,2%)	368 (47%)	0	0	31 (4%)
<b>Grupo 4</b>	15110 (22,5%)	2594 (17%)	5 (0,03%)	3 (0,2%)	4074 (27%)
<b>Grupo 6</b>	11092 (16,6%)	2362 (21%)	29 (0,03%)	21 (0,02%)	4470 (40%)
<b>TOTAL</b>	<b>67030</b>	<b>16202 (24%)</b>	<b>74 (0,1%)</b>	<b>133 (0,2%)</b>	<b>17628 (26%)</b>

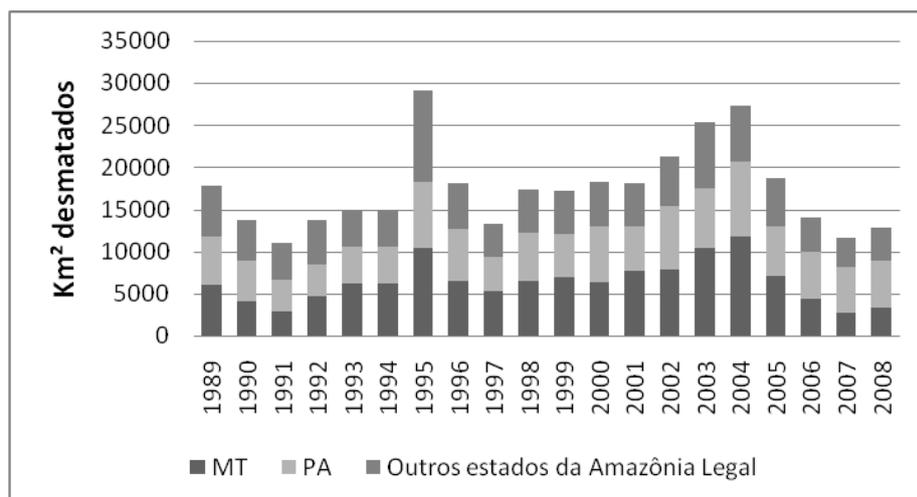
FONTES: Adaptado de LOBO, ESCADA & ALMEIDA (2009)

O grupo que mais sofreu desmatamento por corte raso (67% da área total desmatada por corte raso) e floresta degradada (55%) foi o grupo 1. É no grupo 1 também que houveram os maiores índices de desmatamento por corte seletivo e degradação florestal. Todavia, desse total dos assentamentos estão localizados nos grupos 1 e 2, os mais aptos ao uso agrícola. Outro ponto interessante levantado pelo trabalho da Embrapa é que mais de 40% dos assentamentos para reforma agrária do Incra estão foram definidos como áreas para conservação e preservação ambiental e ecoturismo. Observa-se assim, um desencontro das políticas para assentamento rural e da Embrapa para definição de áreas prioritárias para agropecuária e extrativismo.

#### 4.5 Desmatamento nas Áreas Protegidas e Terras Indígenas

O Pará, conforme pode ser visualizado abaixo, apresentou o segundo maior desmatamento entre os estados da Amazônia Legal entre 1989 e 2008 (figura 15) perdendo apenas para o estado do Mato Grosso. Esse desmatamento se faz mais presente em propriedades rurais e menos intenso em assentamentos e áreas protegidas. (LINDOSO, 2009)

Gráfico 4: Evolução do Desmatamento na Amazônia Legal (Mato Grosso, Pará e demais estados da Amazônia Legal) entre os anos de 1989 e 2008



FONTE: LINDOSO (2009)

De acordo com Lobo, Escada & Almeida (2009) as terras indígenas são as menos desmatadas na área de influência do DFS da BR-163. De acordo com dados do INPE (2008), apenas 0,7%, enquanto que as UC de proteção integral e de uso sustentável tiveram respectivamente 1,5% e 2,5% de seus territórios desmatados por corte raso. Alves (2009) aponta como possível causa do baixo desmatamento das Terras Indígenas (TI) o fato dessas áreas terem sido demarcadas antes da década de 1990, ou seja, antes do período mais intenso de ocupação da região. Já a maior parte das Unidades de Conservação da área de influência do DFS da BR-163, foi instaurada entre 2004 e 2006.

Ao se analisar as tabelas e figuras são possíveis observar também que o desmatamento por corte raso e degradação floresta é pequeno, mas à medida que se distancia das TI, o desmatamento também aumenta, sendo o corte raso a principal forma de desmatamento. Referente ao corte seletivo verifica-se que este segue uma trajetória diferenciada do corte raso e da degradação florestal. Isso porque ele se apresenta muito mais no interior das TI do que no buffer de 5km.

Tabela 11: Soma Total das áreas e dos Buffers das Terras Indígenas e das Unidades de Conservação

	Área Total(Km <sup>2</sup> )	Floresta Total	Corte Raso (Km <sup>2</sup> )	Floresta Degradada (Km <sup>2</sup> )	Corte Seletivo (Km <sup>2</sup> )
<b>Limite das TI</b>	108.711	102.947	6.523 (0,7%)	652 (0,06%)	109 (0,01%)
<b>Buffer 5 km</b>	21.390	19.476	706 (3,6%)	28 (0,13%)	0 (0,00%)
<b>Buffer 10 km</b>	21.049	203.44	926 (4,6%)	30 (0,14%)	20 (0,09%)
<b>TOTAL UC's Sustentável</b>					
<b>Limite das</b>	95.464	94.688	2.387 (2,5%)	12 (0,01%)	12 (0,01%)

<b>UC's</b>					
<b>Buffer 5 km</b>	34.300	32.126	1.270 (3,9%)	13 (0,03%)	13 (0,04%)
<b>Buffer 10 km</b>	33.732	32.364	1.822 (5,6%)	6 (0,02%)	10 (0,03%)
<b>TOTAL UC Integral</b>					
<b>Limite das UC's</b>	62.223	59.844	933 (1,5%)	93 (0,15%)	20 (0,03%)
<b>Buffer 5 km</b>	17.048	15.987	955(6%)	8 (0,04%)	2 (0,01%)
<b>Buffer 10 km</b>	16.298	15.554	864 (5,6%)	0	0

FONTE: LOBO, ESCADA & ALMEIDA (2009)

Exemplos de uma dinâmica territorial predatória implantada previamente pode ser observada na ESEC da Terra do Meio que só foi criada em 2005, todavia em 2004 de acordo com dador do INPE, já apresentava 359 km<sup>2</sup> desmatados. Outro exemplo emblemático é a Reserva Biológica (REBIO) Serra do Cachimbo. Em 2004 a área apresentava 170 km<sup>2</sup> de área desmatada, contudo, mesmo após sua criação em 2005 como UC, a região continuou apresentando altos índices de desmatamento, chegando a totalizar 208 km<sup>2</sup> em 2008, totalizando um total de 13,8% de desmatamento de sua área por corte raso.

A criação de áreas protegidas tem sido utilizada como mecanismo para a redução da degradação ambiental em regiões com alto grau de desmatamento, todavia, conforme, verificado com as análises acima feitas, nem sempre consegue se firmar como mecanismo eficiente para frear os processos de predação socioambiental. Aspectos importantes das dinâmicas territoriais como contexto histórico e de ocupação social da região devem ser considerados para uma elaboração de políticas de gestão de UC's o que nem sempre é feito.

No caso específico do DFS da BR-163, apesar de Lobo, Escada & Almeida (2009) afirmarem o desmatamento foi reduzido no período compreendido entre 2006 e 2009 no interior das Unidades de Conservação, na visita em campo observou-se um avanço significativo dos índices de desmatamento. Já as áreas não protegidas ao redor da rodovia e das UC sofreram uma maior pressão devido a redução da disponibilidade de terras, fazendo que em algumas regiões fossem identificado um aumento no desmatamento.

De acordo com dados de LOBO, Escada & Almeida (2009), verificou-se uma maior porcentagem das taxas de desmatamento por corte raso em áreas próximas às Unidades de Conservação de Proteção Integral no DFS da BR -163, cerca de 5,4% do total dos buffers

nas UCs), quando comparado com as UCs de Uso Sustentável e TIs, correspondendo a 4,2 % e 3,8% de suas áreas.

Um dado preocupante faz referência a degradação ambiental nas Florestas da área de influência do DFS da BR-163. **Comparando – se as tabelas 12 e 14, verifica-se a presença de um índice de degradação ambiental maior** nas Unidades de Conservação de Proteção Integral do que nas de Uso Sustentável e TIs, o que representa 91 km<sup>2</sup> a mais. As UCs que apresentaram os maiores índices de degradação ambiental foram a Rebio da Serra do Cachimbo, criada em 2006, com 56 km<sup>2</sup> desmatados e o Parque Nacional (Parna) do Jamanxim, criado em 2005, com 22 km<sup>2</sup> respectivamente.

O Parna do Jamanxim é um caso bem específico, pois além de ter 1,6% de sua área desmatada, ainda é cortado ao meio pela BR-163. A rodovia cria um grande fluxo de carros transitando pelo parque o dia inteiro, o que facilita o acesso ao Parna, bem como de atividades ambientalmente degradantes como a exploração ilegal de madeira, agropecuária e de queimadas. A Rebio Serra do Cachimbo padece do mesmo mal, considerando que é limitada pela BR-163 na parte oeste de sua área. Ambas as UCs apresentam índices altíssimos de degradação ambiental nos buffers de 5 e 10 km, conforme pode ser observado na tabela 11.

Tabela 12: Índice de Desmatamento em Unidades de Conservação de Proteção Integral

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL			CORTE RASO			FLORESTA DEGRADADA			CORTE SELETIVO		
	Área Total (Km <sup>2</sup> )	Floresta Total (Km <sup>2</sup> )	Limite da Área	Buffer5 km	Buffer 10 Km	Limite da Área	Buffer5 km	Buffer10 Km	Limite da Área	Buffer 5 km	Buffer 10 Km
<b>ESEC TERRA DO MEIO (2005)</b>	33.807	33.422	424 (1,3%)	269	293	12	0	0	0	0	0
<b>PARNA AMAZÔNIA (1974 – 1998)</b>	11097	11095	69 (0,6%)	169	186	0	0	0	0	0	0
<b>PARNA JAMANXIM (2006)</b>	8574	8533	133 (1,6%)	96	118	22	0	0	16	0	0
<b>PARNA RIO NOVO (2006)</b>	5376	5256	70 (1,33%)	94	117	1	0	0	0	0	0
<b>REBIO CACHIMBO (2005)</b>	3369	1538	208 (13,5%)	331	158	56	6	0	0	0	0

FONTE: Adaptado de LOBO, ESCADA & ALMEIDA (2009)

Quanto as Terras Indígenas as que apresentaram os maiores índices de desmatamento foram respectivamente Menkragnoti, com 60km<sup>2</sup>, Andirá-Marau com 357 km<sup>2</sup> e Cachoeira Seca com 255 km<sup>2</sup> respectivamente.

Tanto Andirá Marau quanto Cachoeira Seca sofrem interferência direta de ocupação ribeirinha. Isso se deve ao fato de quem quando Andirá Marau foi declarada Terra Indígena em 1987, já haviam comunidades ribeirinhas que segundo Coudreau (1977) lá viviam há mais de duzentos anos. Já Cachoeira Seca foi declarada Terra Indígena em 2009 e até março de 2011 não foi demarcada. Vale a pena ressaltar que a área dessa TI faz fronteira com vários assentamentos do Incra, implantados na década de 1970, próximos a Transamazônica (BR-230). (LOBO, ESCADA & ALMEIDA, 2009)

Além dos mais de 40 anos de ocupação e exploração, Cachoeira Seca conta com estradas cortando transversalmente seu território, além do Rio Iriri que tem um porto construído e instalado pela madeireira Perachi, que dá acesso às terras da ESEC Terra do Meio. Segue abaixo tabela com níveis de desmatamento em terras indígenas na área de influência do DFS da BR-163.

Tabela 13: Desmatamento de Terras Indígenas

TERRAS INDÍGENAS			CORTE RASO			FLORESTA DEGRADADA			CORTE SELETIVO		
	Área Total (Km <sup>2</sup> )	Floresta Total (Km <sup>2</sup> )	Limite da Área	Buffer5 km	Buffer 10 Km	Limite da Área	Buffer5 km	Buffer10 Km	Limite da Área	Buffer 5 km	Buffer 10 Km
<b>ANDIRÁ MARAU</b>	7900	7760	357 (4,6%)	44	51	0	0	0	0	0	19
<b>BAÚ</b>	15402	15291	4 (0,03%)	138	226	0	0	0	4	0	0
<b>CACHOEIRA SECA</b>	7353	7351	255 (3,5%)	224	348	0	0	0	2	0	0
<b>KURUÁYA</b>	1668	1648	1 (0%)	0	6	0	0	0	0	0	0
<b>MUNDURUKU</b>	23845	19936	49 (3,0 %)	68	87	0	0	0	0	0	0
<b>SAI CINZA</b>	1249	1107	11(1%)	80	57	0	0	0	0	0	0
<b>XIPAYA</b>	1787	1778	0	12	14	0	0	0	0	0	0
<b>MENKRAGNOTI</b>	49508	48077	23 (0,1%)	142	139	60	28	30	0	0	0

FONTE: Adaptado de LOBO, ESCADA &amp; ALMEIDA (2009)

Das Unidades de Conservação de Uso Sustentável a que acumulou maiores índices de desmatamento foi a Floresta Nacional (FLONA) de Jamanxim. A Flona de Jamanxim acompanha uma taxa de desmatamento por corte raso de 1.036 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 8% de sua área. Após aparece a APA de Tapajós com o nível de desmatamento acumulado em 602 km<sup>2</sup> (2,9% da APA), seguida da Reserva Extrativista (RESEX) Arapiuns com 426 km<sup>2</sup> (correspondendo a exatamente 6,4%).

A Flona de Jamanxim está localizada próxima ao município paraense de Novo Progresso, que apesar de ter tido o seu processo de ocupação territorial intensificado a partir da década de 2000, está dentre os dez municípios que mais desmatam na Amazônia Legal Brasileira.

Segundo Lobo, Escada & Almeida (2009) há possibilidade de que a APA Tapajós, localizada no município de Itaituba e fronteira com a FLONA de Jamanxim esteja inserida em atividades garimpeiras. Isso porque a APA está sob influência direta da região vizinha, uma área de intensa atividade garimpeira nos domínios de uma estrada denominada Transgarimpeira.

O garimpo provoca impactos ambientais comuns em áreas que submetidas a processos de extração de modo predatório dos recursos minerais, por exemplo, o solo, vegetação e a água. Os recursos hídricos são entre outros os que sofrem maior impacto devido sua contaminação (CPRM, 2002).

Existem diferentes formas para extração de minérios que variam de acordo com o produto a ser explorado, localização e investimento. Dentre estas apesar de rudimentar a dragagem é o principal método utilizado para a exploração mineral de ouro. Neste processo utilizam-se dragas que ficam instaladas nos leitos de cursos d'água, no local ou próximo da lavra. Para gerar acúmulo de água geralmente realiza o represamento do corpo hídrico para que a draga possa funcionar. Apesar de ser um método precário a dragagem reúne vários processos em um, pois a draga desmonta, carrega e transporta tudo em apenas uma operação.

Porém para o meio ambiente a utilização desse método causa a poluição da água por combustíveis usados na draga, assoreamento de cursos d'água, desintegração do solo e destruição de habitats. A cada nova lavra a ser explorada é necessário abrir caminhos entre a vegetação para a entrada de trabalhadores, alimentos e maquinários. A exploração de uma lavra implica necessariamente que áreas sejam desmatadas para então iniciar o processo de retirada ou desintegração

da cama de solo, logo toda biota existente deixará de existir no referido local, além de provocar efeitos de borda que variam de acordo com o ecossistema.

Segundo Guerra (2005, p. 21) a degradação é apresentada de diversas formas, porém a do solo é a mais difundida. No caso de atividades de mineração o solo é revolvido ou mesmo removido para encontrar ou agrupar os minerais desejados, logicamente com a retirada da camada de solo muitos ecossistemas são eliminados. Haja vista que em ambientes terrestres o solo sustenta a maior parte da diversidade biológica sobre ele, e outra parte, porém menor abaixo da superfície.

Os processos de formação de solos são lentos e graduais, podem levar de centenas a milhares de anos para formar uma cada de 2,5 cm de solo sob condições normais (GUERRA, 2005). Levando-se em consideração o cadenciado processo de formação dos solos versus a velocidade intensa de destruição dos mesmos, é evidente que a destruição de habitats naturais, por exemplo, com ações destruidoras dos solos tal qual a mineração, é incompatível com a proteção de ambientes naturais.

Tabela 14: Níveis de Desmatamento em Unidades de Conservação de Uso Sustentável

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL	CORTE RASO					FLORESTA DEGRADADA			CORTE SELETIVO		
	Área Total (Km <sup>2</sup> )	Floresta Total (Km <sup>2</sup> )	Limite da Área	Buffer5 km	Buffer 10 Km	Limite da Área	Buffer5 km	Buffer10 Km	Limite da Área	Buffer 5 km	Buffer 10 Km
APA TAPAJÓS	20595	20533	602 (2,9%)	158	329	2	2	0	0	0	0
FLONA ALTAMIRA	7610	7608	66 (0,9%)	138	168	0	0	0	5	0	1
FLONA AMANA	5404	5394	19 (0,4%)	3	18	0	0	0	0	0	0
FLONA CREPORI	7407	7404	20 (0,3%)	56	78	0	0	0	0	0	0
FLONA JAMANXIM	13006	12942	1036 (8%)	519	618	5	8	5	4	0	2
FLONA PAU ROSA	9904	9790	24 (0,3%)	37	41	0	0	0	0	0	0
FLONA ITAITUBA	6466'	6374	42 (0,7%)	115	231	0	0	0	0	0	0
FLONA TRAIRÃO	2575	2575	24 (1%)	28	104	0	0	0	0	8	5
FLONA TAPAJÓS	20595	20533	602 (3%)	158	329	2	2	0	0	0	0
RESEX ANFRÍSIO	7363	7361	16 (0,2%)	35	40	0	0	0	0	0	1
RESEX IRIRI	3996	3649	64 (1,8%)	13	11	0	0	0	0	0	0
RESEX ARAPIUNS	6742	6698	426 (6,4%)	154	192	0	0	0	0	3	1
FLORESTA DO IRIRI	4397	4361	23 (0,6%)	2	6	0	0	0	0	0	0

FONTE: Adaptado de LOBO, ESCADA & ALMEIDA (2009)

## CONCLUSÃO

O crescimento do movimento ambientalista levou a política contemporânea a adotar uma lógica ecológica e um discurso ecopolítico que dificilmente podem ser ignorados pelos governantes. Isso por que quando se fala em domínios da natureza, fala-se também em conservação do domínio ecológico, que posteriormente incidiria sobre a governabilidade de territórios. Assim a inserção do ecologismo no discurso político culminou numa expansão do Estado para governança ambiental. No caso do Brasil, o movimento ambientalista encontrou abrigo também na questão social, surgindo assim a mescla entre os dois: o Socioambientalismo, que busca além da conservação ambiental um desenvolvimento que seja sustentável nos parâmetros sociais e ambientais. Todavia dentro desse discurso político, existe uma interação assimétrica entre poderes vigentes nos interesses econômicos e nos ambientais. Essa ambivalência de interesses acaba estabelecendo relações tensas dentro dos territórios sob tutela do Estado, que acabam desfavorecendo tanto as políticas de conservação ambiental como de apoio às comunidades estão inseridas nesses territórios.

O boom de criação de unidades de conservação a partir de 2000 apenas vem a refletir uma nova face que a política ambiental brasileira assumiu que é a de combate ao desmatamento fruto de uma política de crescimento econômico acelerado. Apesar do alto número de unidades de conservação, isso não implica em uma melhoria na política ambiental. Essa política do “ambientalismo do crescimento acelerado” é caracterizada pela intervenção dicotômica e contraditória do Estado que muitas vezes encontra conflitos entre os interesses econômicos e os interesses ambientais.

Diante deste impasse, a Política Nacional de Áreas Protegidas acaba encontrando dificuldades para sua implementação de maneira coordenada e efetiva. O Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR-163 é um ótimo exemplo disso. As relações entre os atores são bastante delicadas e ao mesmo tempo intrinsecamente ligadas e controversas. Desta maneira a política de conservação ambiental desenvolvida dentro do DFS da BR – 163 ainda tem seus conceitos de sustentabilidade fragilizados. Em outras palavras, o DFS é um projeto ambicioso, que busca o desenvolvimento sustentável da região por meio do extrativismo madeireiro, todavia, por suas políticas de desenvolvimento econômico e de conservação ambiental serem desencontradas não vingam.

Além disso, a própria população regional é contra a criação de tantas unidades de conservação e vem se manifestando como contraria a essas políticas. Outro problema enfrentado pelo DFS em relação é a questão de uma dinâmica territorial predatória já instaurada previamente a instalação desse distrito florestal sustentável. O desenvolvimento com bases sustentáveis até então pleiteado pelo Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR-163, não está conseguindo cumprir com os objetivos e metas de suas Unidades de Conservação, não consegue atender a comunidade local e muito menos promover o desenvolvimento sustentável. Assim sendo, o DFS não passa de uma utopia.

A política brasileira, no que tange a Conservação Ambiental ainda está calcada numa lógica que compreende que a criação de Unidades de Conservação por si só viria a combater problemas com o desmatamento, exclusão socioambiental e uso inadequado da terra. Todavia, o fato de hoje mesmo que de maneira ainda bastante conflituosa, se delinear políticas públicas para a conservação e o desenvolvimento em um mesmo território já demonstra uma certa mudança nessa política ambiental. Isso porque, o socioambientalismo brasileiro da década de 1980 ainda estava fortemente arraigadas a idéia de combate a pobreza e subdesenvolvimento. Hoje, contudo, observa-se uma mudança paradigmática nas formulações das políticas conservacionistas e de áreas protegidas, que muito mais do que combate a pobreza, agora estão a serviço de um país diferente, o país inserido num projeto de desenvolvimento, e talvez o grande desafio das políticas públicas contemporâneas no Brasil é se fazer entender nesse projeto novo: A Conservação a do Desenvolvimento.

A conclusão que esta dissertação chega é a de que as políticas para o desenvolvimento regional, com bases sustentáveis no Distrito Florestal Sustentável (DFS) são sobrepostas e antagônicas, não correspondendo, dessa maneira, aos objetivos para os quais foram criadas. Entretanto, compreende que apesar de todas as dificuldades de implementação e gerenciamento das políticas públicas para o desenvolvimento e a conservação no Distrito Florestal Sustentável da BR-163, elas trabalham numa lógica diferenciada das políticas de conservação ambiental já implementadas no país. Neste sentido, o DFS da BR-163 tem um projeto interessante de desenvolvimento sustentável, todavia, ainda há muitos desafios pela frente para que ele consiga alcançar suas metas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**, São Paulo, Ed. Ateliê Editorial, 3ª Edição, 2005.

ALIER, Juan Martinez. **Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular**. Blumenau. Ed. FURB, 1998.

ALIER, Juan Martinez. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo. Ed. Contexto, 2007.

ALVES, Pedro Assumpção; AMARAL, Silvana; ESCADA, Maria Isabel Sobral & MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. **Explorando as Relações entre a Dinâmica Demográfica, Estrutura Econômica e Mudanças no Uso e Cobertura da Terra no Sul do Pará: Lições para o Distrito Florestal Sustentável da BR- 163**. Geografia, 2009.

ARIMETÉIA, José de. **A Amazônia no Contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento – I**. Amigos da Terra. 2001.

AZEVEDO, Andréa Aguiar, VARGAS, Glória Maria, ANDRADE, João, MICOL, Laurent, OLIVEIRA, Marília Silva & PASQUIS, Richard. **Desenvolvimento Territorial. Diretrizes para a Região da BR-163**. Brasília. WWF – Brasil. 2009.

BALSAN, Rosane. **Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira**. Campo–Território: Revista de Geografia Agrária. Vol. 1. Agosto, 2006.

BARRETO, Clarissa de Araújo. **Os impactos socioambientais do cultivo de soja no Brasil**. 2005.

BARRETO FILHO, Henyo. Notas para uma História de Proteção Social de Áreas de Proteção Integral no Brasil. In:RICARDO, Fany (org) **Terras Indígenas e Conservação da Natureza: O desafio das Sobreposições**. São Paulo. Instituto Socioambiental. 2004.

BECKER, Bertha. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território**. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 1990.

BECKER, Bertha. **Os caminhos de Ocupação do território pela soja no Brasil e na Amazônia**. In Geopolítica da Soja. Museu Paraense Emílio Goeldi Belém, Outubro de 2002.

- BECKER, Bertha. K. **Amazônia - Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.
- BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. In: **Estudos Avançados**. Vol. 19, N° 53, 2005.
- BERLIN, Isaiah. **Limites da Utopia: Capítulos da História das Idéias**. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 1991.
- BORINELLI, Benilson; LANZA Fábio. **Questão Socioambiental, Cultura Política e Cidadania no Brasil**. Sem Data
- BRAGA, Maria Lúcia S.. **Tristes Cerrados: Sociedade e Biodiversidade**. Brasília, Ed. Paralelo 15, 1998
- BRASIL, República Federativa. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988
- BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR – 163 (Cuiabá – Santarém)**. Brasília: Presidência da República. 2006.
- BRASIL. **Avaliação e Planejamento Integrado no Contexto do Plano BR – 163 Sustentável**. Brasília, 2006.
- BRITO, Daniel Chaves de & RIBEIRO, Tânia Guimarães. **A Modernização na Era das Incertezas: Crises e Desafios na Teoria Social**. São Paulo. Revista Ambiente e Sociedade. Vol. V. N° 2 – ago./dez.2002.
- BUARQUE, Cristovam. **A Desordem do Progresso: O Fim da Era dos Economistas e Construção do Futuro**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1990.
- BUARQUE, Cristovam. **O que é Aparição: O Apartheid Social no Brasil**. São Paulo. Ed. Brasiliense. 2003.
- BUENO, Eduardo. **A Viagem do Descobrimento: A verdadeira história da expedição de Cabral**. Rio de Janeiro. Ed. Objetiva, 1998.
- BURSZTYN, Marcel. **Armadilhas do Progresso**. Sociedade & Estado. Brasília. Volume X, N o. 01 Jan/Jun, 1995.
- BURSZTYN, Marcel, org. **A Difícil Sustentabilidade**. Rio de Janeiro, Garamond. 2001.

CALSING, Renata de Assis. **O Protocolo de Quioto e o Direito ao Desenvolvimento Sustentável**. Artigo não publicado.2005

CÂMARA, Ibsen de Gusmão. **Megabiodiversidade**. Rio de Janeiro. Ed. Sextante, 2001.

CÂMARA, Ibsen de Gusmão. **As unidades de conservação e o paradigma de Durban**. In: Revista Natureza & Conservação.Vol2. N° 2. Curitiba Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. 2004

CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo R. & PUPPIM, José Antônio de Oliveira. **Meio Ambiente Brasil – Avanços e Obstáculos pós Rio – 92**. São Paulo. Estação Liberdade; Instituto Socioambiental; Fundação Getúlio Vargas. 2002.

CPRM- Serviço Geológico do Brasil. **Perspectivas do Meio Ambiente do Brasil- Usos do Subsolo**. 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O Modelo Político Brasileiro**. São Paulo. 2ª Edição. Difusão Européia do Livro, 1973.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro. 3ª Edição. Zahar Editores. 1975

CARVALHO, David Ferreira. **Estado e Planejamento das Políticas Públicas à Modernização da Agricultura**. NAEA. 1996.

CAVALCANTI Clóvis, **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**, pp. 179-192. São Paulo, Recife: Editora Cortez e Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

CIMA – Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília, CIMA, 1991.

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Relatório da Delegação Brasileira**. Brasília. Ed. Fundação Alexandre Gusmão, 1993.

COUDREAU, Henri. **Viagem ao Tapajós**. São Paulo. Ed. Universidade de São Paulo. 1977.

COY, Martin & KOHLHEPP, Gerd. **Amazônia Sustentável. Desenvolvimento Sustentável entre Políticas Públicas, Estratégias Inovadoras e Experiências Locais.** Rio de Janeiro. Ed. Garamond. 2005.

CUNHA, Aécio. S. (coord.) **Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados.** Brasília: IPEA, 1994.

DALE, V.H. & PEARSON, S. M. Quantifying Habitat Fragmentation due to Land Use Change in Amazonia. In: LAURENCE, W. F. & BIERREGAARD JR., R. O. (eds). **Tropical Forest Remnants: Ecology, Management and Conservation of Fragmented Communities.** The University of Chicago Press, Chicago, EUA. 1997.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo, 3<sup>o</sup> Edição. Ed. Hucitec. 2001.

DOMINGUES, José Maurício. **A Dialética da Modernização Conservadora e a Nova História do Brasil.** Rio de Janeiro. Revista de Ciência Sociais. Vol.45, No. 03, 2002.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade & NINIS, Alessandra Bortoni. **O Estado das Áreas Protegidas no Brasil – 2005.** Brasília, Relatório não publicado, 2006.

DUPUY, Jean Pierre. **Introdução à Crítica da Ecologia Política.** Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira. 1980.

Ecos da Notícia. **ONU debate mudança do clima a partir de segunda-feira.** Abril, 2007.

EHLERS, E. M. **O que se entende por agricultura sustentável?** 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo.

ESTEVA, Gustavo. “Desenvolvimento”. In : SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis, Ed. Vozes. 2000.

FARIA, Tiago. **Diferentemente do Tom de Lula, Repleto de Metáforas e de Improvisos, Dilma fixa seu estilo com Objetividade e Palavras Medidas.** Brasília. Jornal Correio Braziliense. 02/01/2011

FEARNSIDE, P. M. **Desmatamento na Amazônia: Dinâmica, Impactos e Controle.** Acta Amazônica 36 (3). 2006.

- FELDMANN, Fábio. **Falta fazer a Lição de Casa**. 2007.
- FLORIANO, Eduardo Pagel. **Políticas de Gestão Ambiental**. 3ª Edição Revisada. Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria, 2007.
- FORESTA, R. A. **Amazon Conservation in the age of Development : the limits of providence**. Gainesville, USA. University of Florida Press. 1991
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro. Ed. Forense Universitária. (2002)
- FRANCO, José Luiz de Andrade. Natureza no Brasil: idéias, políticas, fronteiras (1930 – 1992) In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (org). **Relações cidade – campo: fronteiras**. Goiânia: Ed. UFG, 2000.
- FRANCO, José Luiz de Andrade. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a Questão da Identidade Nacional. **Varia História**, nº 26, 2002.
- FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1974.
- GASPAR, Jorge Manuel Barbosa. O Novo Ordenamento do Território: Geografia e Valores. IN: **Dinamismos Socioeconômicos e Reorganização Territorial: Processos de Urbanização e Reestruturação Produtiva**. Coimbra. Instituto de Estudos Geográficos, 1996
- GOMES, Ana Paula Wendling & GOMES, Adriano Provezano. **A Teoria de Estruturação de Giddens como Complementação do Processo de Difusão de Tecnologia**. XLV Congresso da SOBER, 2007.
- GOOSEM, M. Internal Fragmentation: The Effect of Roads, Highways, and Powerline Clearings on Movements and Mortality of Rainforest Vertebrates. In: LAURENCE, W. F. & BIERREGAARD JR., R. O. (eds). **Tropical Forest Remnants: Ecology, Management and Conservation of Fragmented Communities**. The University of Chicago Press, Chicago, EUA. 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar. 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A Gestão das Políticas Agrícolas numa Agricultura Moderna**. Campinas, IE/UNICAMP. 1988

- GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo mundo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 2000.
- GUERRA, Antônio J. T.; ARAÚJO, G. H. de S. & ALMEIDA, J. R. **Gestão Ambiental de Áreas Degradadas**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil. 2005.
- HOCHSTETLER, Kathryn & KECK, Margaret E. **Greening Brazil**. Duke University Press. 2007.
- INGLEHART, Ronald., WELZEL, Christian. **Modernization, cultural change and democracy**. New York, Cambridge University Press. 2005.
- KERECKI, Márcio & SANTOS, Miguel. **Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG): Do Milagre Econômico ao fim do Sonho**. Porto Alegre: Revista do Historiador, Nº 02, Ano 02, Dezembro de 2009.
- KISSLER, Leo & HEIDEMANN, Francisco G.. **Governança Pública: Novo Modelo Regulatório para as Relações Estado, Mercado e Sociedade?** Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, Vol. 40, Nº 3, 2006.
- KITAMURA, P. C. **A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Embrapa-SPI, 1994.
- LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: Racionalidade Ambiental, Democracia Participativa e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Catarina. Ediurb. 2001.
- LE PRESTRE, Philippe. **Ecopolítica Internacional**. São Paulo. Ed. SENAC. 2000.
- LINDOSO, Diego Pereira. **Pegada Climática do Uso da Terra : Um Diagnóstico do Dilema entre o Modelo de Desenvolvimento Agropecuário mato-grossense e mudanças climáticas no período de 2001 a 2007**. Brasília. Universidade de Brasília. 2009 (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)
- LINS, C. & WAJNBERG, D. **Sustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro Brasileiro**. Rio de Janeiro; Fundação Brasileira para Desenvolvimento Sustentável. 2007.
- LOBO, Felipe de Lucia, ESCADA, Maria Isabel Sobral & ALMEIDA, Cláudio Aparecido. **Análise do Desflorestamento no Distrito Florestal Sustentável da BR – 163, PA**. Belém. INPE. Relatório Técnico. 2009.

LOBO, Felipe de Lucia, ESCADA, Maria Isabel Sobral & ALMEIDA, Cláudio Aparecido. **Análise do Desflorestamento no Distrito Florestal Sustentável da BR – 163, PA.** Belém. II Seminário PIME. 2010.

MACHADO, Vilma de Fátima. **A Produção do Discurso de Desenvolvimento Sustentável: De Estocolmo à Rio 92.** Brasília: Universidade de Brasília. 2005. (Tese, Doutorado em Desenvolvimento Sustentável).

MANKIWI, Gregory N. **Macroeconomia.** Rio de Janeiro. 3ª Edição. Ed. Livros Técnicos e Científicos. 2004

MCCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista.** Rio de Janeiro. RelumeDumará. 1992.

MCGRATH, David, ALENCAR, Ane & COSTA, Rosana. **O Planejamento Participativo da BR – 163: Um Estudo de Caso da Implementação de Grandes Projetos de Infraestrutura Rodoviária na Panamazônia.** Brasília, 2010

MERCADANTE, Maurício. Uma Década de Debate e Negociação: A História da Elaboração da Lei do SNUC. In: BENJAMIN, Antônio Herman (org). **Direito Ambiental das Áreas Protegidas.** Rio de Janeiro. Ed. Forense. 2001.

MILANO, M. S. Por que existem as Unidades de Conservação? In: MILANO, M. S.(org). **Unidades de Conservação: atualidades e tendências.** Curitiba: Fundação O Boticário, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Ação 2006-2007: Grupo de Trabalho Interinstitucional do Distrito Florestal da BR-163.** Brasília: MMA, 2006

MORE, Thomas. **A Utopia.** Porto Alegre. Ed. L & PM, 2001.

MUELLER, Charles. Curt. **Dinâmica, Condicionantes e Impactos Socioambientais da Evolução da Fronteira Agrícola no Brasil.** Instituto Sociedade, População e Natureza – Documento de Trabalho n. 7, 1992. (mimeo).

MUELLER, Charles Curt. **A sustentabilidade da expansão agrícola nos cerrados.** Instituto Sociedade, População e Natureza – Documento de Trabalho n. 36, 1995. (mimeo).

MUNIESA, Bernat. **Sociología de la Utopía.** Barcelona, Ed. Hacer, 1992.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do & DRUMMOND, José Augusto. **Amazônia. Dinâmismo Econômico e Conservação Ambiental**. Rio de Janeiro. Ed. Garamond, 2003.

NYE, Joseph. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York. Ed. PublicAffairs, 2004.

OLIVEIRA, Bernardo Jeferson de. **A Ciência nas Utopias de Campanella, Bacon, Comenius e Glanvill**. Kriterion, Belo Horizonte, nº 106, Dez/ 2002.

OLIVEIRA, Marília Silva de. **Autonomias Relativas: Estado e sociedade civil no eixo de influência da rodovia BR – 163**. Brasília. Universidade de Brasília. 2010. (Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais com Especialização em Estudos Comparados entre Américas).

OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues de. **A “Marcha para o Oeste” e o Progresso na Imprensa Mato-grossense do Século XX: Uma Análise Enunciativa**. São Paulo. Universidade Federal de São Carlos. S.D.

PARSONS, T. & SMELSER, N.J. **Economy and Society**. New York, The Free Press, 1956.

PEET, Richard. **Theories of Development**. New York, The Guilford Press, 1999.

PESSÔA, V. L. S. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba - MG**. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1988. 239p. (Tese, Doutorado em Organização do Espaço).

PINHEIRO, Taise Farias; RENNÓ, Camilo Daleles & ESCADA, Maria Isabel Sobral. **Mapeamento de Ambientes de Terra Firme no Distrito Florestal Sustentável da BR-163 Utilizando o Descritor de Terreno Hand**. Belém. INPE. Relatório Técnico. 2009.

PIRES, Mauro Oliveira. Programas Agrícolas na Ocupação do Cerrado. In: **Sociedade e Cultura**, vol. 3, N 1 e 2, Jan/Dez, 2000.

PREBISCH, Raúl. **El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de sus Principales Problemas**. Santiago. CEPAL, 1949.

PRIMACK, Richard B; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação**. Londrina. Ed. Rodrigues, 2001.

RAMBALDI, Denise Marçal e OLIVEIRA, Daniela América Suárez de (Orgs.). **Fragmentação de Ecossistemas: Causas, Efeitos sobre a Biodiversidade e Recomendações de Políticas Públicas**. Brasília: MMA/SBF, 2003.

ROGERS, Everett. M. **Diffusion of Innovations**. 4th. Ed. New York: Free Press, 1995

RÜCKERT, Aldomar A. A Política Nacional de Ordenamento Territorial no Brasil: Uma Política Territorial Contemporânea. IN: **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona. Universidad de Barcelona. Vol. XI Nº 245, 2007.

SACHS, Ignacy. **Stratégies de l'écodéveloppement**. Paris. Les Editions Ouvrières, 1980.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Incluyente, Sustentável e Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

SACHS, Ignacy. **Rumo à Socioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Cortez, 2007

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e Novos Direitos: Proteção Jurídica à Diversidade Biológica e Cultural**. São Paulo. Ed. Petrópolis, 2005.

SCHITTINI, Gilberto de Menezes. **Políticas Públicas, Conservação e Movimentos Sociais em uma área de Expansão de Fronteira: A criação de unidades de conservação no âmbito do Plano BR – 163 Sustentável**. Brasília: Universidade de Brasília. 2009. (Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento Sustentável).

SCHITTINI, Gilberto de Menezes. **Proteção à Natureza e Fronteiras: A Criação de Unidades de Conservação no âmbito do Plano BR – 163 Sustentável**. Brasília. WWF– Brasil. 2010

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. **Implementação da Agenda 21**. Carta Mensal, v. 43, Nº 502, 1997.

SILVA, Lílian Leandra; **O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80**. Revista Caminhos da Geografia. Uberlândia: EDUFU, Ano 2, V.2, p.25-36, fevereiro 2001.

SILVA FILHO, José Carlos L. da. **Sistema de Gestão Ambiental aplicado a Prefeituras: Uma Nova Possibilidade de Gestão Pública.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. 1999. (Dissertação de Mestrado em Gestão da Tecnologia e da Produção)

SIMÕES, Aquiles. **A Relação Estado e Agricultura Familiar na Fronteira Agrícola Amazônica: O caso da região Transamazônica.** NAEA. 2002

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental.** 2ª edição, revisada, atualizada e ampliada. São Paulo: Ed. Saraiva. 2003.

SOUZA, Josiane S. A. de, DRUMMOND, José A., SILVA, Lucila M. S. & SILVEIRA, Odete, F. M. **O Ordenamento Territorial e a Questão Ambiental nas Áreas Úmidas Urbanas da Amazônia.** Brasília. III Encontro da ANNPAS. 2006

SUNKEL, Oswaldo. **O Marco Histórico do Processo de Desenvolvimento/Subdesenvolvimento.** 2ª Edição. Rio de Janeiro. Ed. Forum. 1973

SZTOMPKA, P. **A Sociologia da Mudança Social.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1998.

TAUILE, José Ricardo. **Para (re) construir o Brasil contemporâneo: Trabalho, Tecnologia e Acumulação.** Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 2001.

THUAULT, Alice, CARVALHO Edivan, SABOURIN, Eric, TONI, Fabiano, RODRIGUES, José Alesando, LE MOAL, Maira, BURSZTYN, Marcel & PASQUIS, Richard. **Desenvolvimento Territorial. Diretrizes para a Região da BR – 163. Volume 2.** Brasília. WWF – Brasil. 2009.

TINBERGEN, Ian. **RIO – Reshaping the International Order: a report to the Club of Rome,** A.J. Dolman, NY, 1976.

WARNKEN, Philip. “O Setor da Soja no Brasil”. In: **Revista de Política Agrícola.** São Paulo, n.º2, ano VII, abril/jun. 1999.

WILSON, Edward O. **Diversidade da Vida.** São Paulo. Ed. Companhia das Letras. 1994.

WILSON, Edward O. **A Criação: Como Salvar a Vida na Terra.** São Paulo. Ed. Companhia das Letras. 2008.

VALLIATI, Fernanda Albino. **Visão Constitucional do Direito Ambiental**. Artigo não publicado.2004.

VEIGA, Jonas Bastos; TOURRAND, Jean François; PIKETTY, Marie Gabrielle; POCCARD-CHAPUIS, René; ALVES, Alice Margarida & THALES, Marcelo Cordeiro. **Expansão e Trajetórias da Pecuária na Amazônia: Pará – Brasil**. Brasília. Ed. Universidade de Brasília. 2004.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI** Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

